



REVISTA PATROCINADA PELA FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

CRUZEIRO SEMIOTICO

SEMIÓTIKA



Associação
Portuguesa
de Semiótica

CRUZEIRO SEMIÓTICO

Janeiro 1985



CRUZEIRO SEMIÓTICO

REVISTA SEMESTRAL

PROPRIEDADE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEMIÓTICA

R. Tenente Valadim, 231/57
4100 Porto

DIRECÇÃO

Norma Backes Tasca

PARTICIPARAM NA ELABORAÇÃO DESTE NÚMERO:

Américo Oliveira Santos

Ângela Marques

António Capataz Franco

Fernanda Hermínia Peixoto

Luís F. A. Carlos

Neuza Tasca

Vera Lúcia Vouga

CONDIÇÕES DE ASSINATURA (2 números):

Portugal e Ilhas: 750\$00

Espanha e Países Africanos de Expressão Portuguesa: US\$10

Brasil e outros países: US\$10

NÚMERO AVULSO:

Portugal e Ilhas: 400\$00

Espanha e Países Africanos de Expressão Portuguesa: US\$5

Brasil e outros países: US\$5

Todos os textos são da responsabilidade dos autores.

Toda a colaboração é solicitada.

A Associação Portuguesa de Semiótica deseja deixar expresso o seu agradecimento à Fundação Eng. António de Almeida e ao seu Presidente, Dr. Fernando Aguiar Branco, pelo patrocínio desta revista.

SUMÁRIO

<i>MARIA LÚCIA SANTAELLA BRAGA</i> Dialogismo	5
<i>MARTIN KRAMPEN</i> O que a Teoria dos Signos Pode Fazer pelo <i>Design</i>	14
<i>THOMAS A. SEBEOK</i> Sintoma (<i>conclusão</i>)	24
<i>JOSEPH COURTÉS</i> Semiótica e Teologia do Pecado (<i>conclusão</i>)	34
<i>CLAUDE CHABROL</i> Propostas para uma Investigação Psico-socio-semiótica ...	59
<i>ROLAND POSNER</i> Língua Falada — Língua Escrita — Língua Planeada (<i>conclusão</i>)	69
<i>FRANÇOIS RASTIER</i> Tipologia das Componentes Semânticas (<i>conclusão</i>)	80
<i>LUÍS F. A. CARLOS</i> Metamorfoses do Signo e uma Supra-metamorfose de Jorge de Sena	88

MARIA LÚCIA SANTAELLA BRAGA

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

DIALOGISMO

(M. M. Bahktine e Ch. S. Peirce: semelhanças e diferenças)

Desde os anos 70, a partir da recuperação mais sistemática da produção teórica do pensador russo M. Bahktine, a questão por ele enfatizada do Dialogismo (isto é, da natureza inalienavelmente dialógica da linguagem humana) tem repercutido nas reflexões levadas a cabo pelas ciências humanas, incidindo mais especificamente nas áreas da Teoria Literária, Teoria da Comunicação, Semiótica, Teoria das Ideologias e Linguística. O potencial incluso nessa questão transborda, no entanto, o campo das investigações acima arroladas, visto que apresenta instigadoras sugestões capazes de trazer contribuições às áreas da Psicanálise, Psicologia Social, Sociologia da Comunicação, assim como à Filosofia. Nessa medida, evidencia-se como imprescindível a tarefa de exploração mais aprofundada das idéias de Bahktine, de modo que se torne possível revelar com maior precisão a interferência que essas idéias deverão provocar nos diversos campos das ciências humanas, de uma forma ou de outra tocadas pela complexa problemática da linguagem.

A natureza deste estudo que ora efetuamos não apenas se encaixa no quadro da exploração de um dos aspectos centrais — o dialogismo —, coluna dorsal da teoria bahktiniana, mas, além disso, tem o objetivo de estabelecer um paralelo com a teoria dialógica do signo desenvolvida pelo filósofo americano, fundador da semiótica lógica, Ch. S. Peirce.

À primeira vista, a empresa que pretendemos levar a efeito pode parecer não só ambiciosa, mas impossível. É notória a complexidade e extrema extensão e diversidade da obra deixada por Ch. S. Peirce, obra que só recentemente, graças aos esforços incansáveis de grupos de investigadores, começou a ser mais sistematicamente recuperada. É notório também, por outro lado, o fato de que estamos longe de uma visão mais completa do conjunto da obra de Bahktine.

Acrescem-se a isso, ainda, as quase abissais diferenças entre esses dois pensadores: não apenas a diferença dos contextos histórico-geográficos, culturais e sociais em que ambos viveram, mas também a diversidade na formação intelectual de ambos, além das aparentes inconciliáveis naturezas das obras por eles deixadas. É de tal monta a distinção que

separa esses pensadores que, se tivéssemos de rotulá-los, por exemplo, enquanto a Bahktine caberia a categoria geral de um teórico da literatura e, mais amplamente, de um pensador da cultura, a Peirce, por outro lado, caberia a definição de um filósofo, mas, antes de tudo, a de um matemático-lógico, ou, mais precisamente, a de um cientista exato.

Contudo, por incrível que possa parecer, sob duas latitudes diferentes e no contexto de obras radicalmente dissemelhantes, sem nenhuma possibilidade de intercâmbio de suas idéias, na distancia temporal de apenas algumas décadas, ambos os pensadores estavam enfrentando — por vias metodológicas completamente distintas e a partir de referenciais teóricos, à primeira vista, irreconciliáveis — um mesmo problema: a questão semiótica do dialogismo.

Focalizado este ponto, temos por relativizada a aparente ambição deste trabalho, visto que, no extenso contexto de ambas as obras, pretendemos a aproximação de uma parcela apenas que se faz presente nas duas obras e que, por isso mesmo, incita à comparação.

Tomando por garantido que comparação não é sinónimo de identificação, mas de confronto das similaridades e diversidades, deve-se ainda esclarecer que este estudo não tem por função esgotar a questão que aqui se levanta. Ao contrário, trata-se de um exame preliminar que, não obstante seu caráter preliminar, seja capaz de evidenciar que este caminho se abre para um vasto campo de pesquisas futuras, considerando-se a importância deste paralelo (Bahktine/Peirce) na moldura da Teoria Semiótica em Geral.

O trabalho se divide em três partes. Na primeira, será discutido o conceito bahktiniano de dialogismo; na segunda, o conceito peirceano de Semiose ou ação do signo, dentro do qual transparece a natureza essencial do signo e pensamento como sendo inerentemente social e dialógico. A terceira parte será dedicada especificamente ao confronto das duas teorias, levantando os tópicos de suas correlações.

BAHKTINE E A «IMAGINAÇÃO DIALÓGICA»

Deixaremos de lado (pois que isto significaria caminhar para um outro trabalho) a importância das idéias de Bahktine, fundamentais para uma renovação dos estudos sobre Ideologia¹, visto ter sido Bahktine, no seu *MARXISMO E A FILOSOFIA DA LINGUAGEM*, o primeiro a colocar não só a materialidade da Ideologia na concreção do signo, mas também a relação da linguagem com as relações de produção e os modos como se representam ideologicamente os antagonismos sociais decorrentes das estruturas de produção. Deixaremos de lado, ainda, (pois que isso interessaria mais especificamente aos teóricos da literatura) o fato de que foi no discurso literário que Bahktine encontrou a forma privilegiada onde se manifesta a formação da consciência social num determinado momento histórico. Focalizaremos, desse modo, apenas o aspecto mais filosófico-semiótico de sua concepção de linguagem, centro originador e irradiador de todas as inferências e consequências a que foi levado no conjunto de sua obra.

Partindo de uma crítica acirrada às duas correntes nos estudos da linguagem, vigentes no início do século, correntes por ele denominadas

de «objetivismo abstrato» e de «subjetivismo idealista», Bahktine chegou àquilo que M. Holquist qualificou como sendo «um conceito altamente distintivo da linguagem»: «O conceito tem como seu suporte a priori um sentido quase maniqueísta de oposição e luta no coração da existência, uma batalha incessante entre forças centrífugas que buscam manter as coisas separadas, e forças centrípetas que lutam para fazer as coisas se juntarem. Esse embate Zoroástrico está presente na cultura assim como na natureza, e na especificidade da consciência individual; ele funciona na sua maior particularidade nas falas individuais. O mais completo e complexo reflexo dessas forças se encontra na linguagem humana, e a melhor transcrição da linguagem assim entendida está no romance. (...) Heteroglossia é o modo através do qual Bahktine se refere, em qualquer enunciação de qualquer espécie, à interação entre os dois fundamentos de toda a comunicação.»²

Tomando o diálogo, a fala viva como espaço privilegiado da heteroglossia, espaço da diversidade e do confronto, Bahktine não compreende, contudo, esse diálogo como o confronto de dois egos soberanos, fora do tempo e da história. Ao contrário, «cada uma das duas pessoas seria uma consciência num ponto específico de sua história, no qual essa pessoa se define através da escolha que fez — a partir de todas as linguagens existentes possíveis e disponíveis a ela naquele momento — de um discurso que transcreve sua intenção nesse intercâmbio específico»³.

O que disso se pode concluir é que, para Bahktine, contrariamente a todos os preconceitos cartesianos arraigados no homem ocidental, não é o nosso ego que dá sentido à linguagem, mas a linguagem que dá sentido ao homem, e esse sentido só pode emergir na interação de vozes, deslocamentos e cruzamentos entre o que fala e o que ouve. O sentido não está armazenado nas consciências individuais, como em um depósito estável e petrificado, mas na relação, nos interstícios entre o falante e o ouvinte que só se definem nas trocas recíprocas que estabelecem e pelo discurso que escolhem entre os discursos disponíveis. Sentido, portanto, é linguagem em movimento, diálogo. A linguagem não é. Está sempre sendo.

Ao contrário, portanto, de toda linguística moderna, na absolutização a que ela procede das regras da língua como objeto do seu discurso pretendidamente científico, Bahktine enfatiza o ato da fala, a enunciação, enfrentando, por isso mesmo, esse aspecto inelutavelmente heteróclito das falas particulares, na arena do cotidiano e nos conflitos gerados pelas estratificações e diversidades dos discursos vivos. É justamente devido a essa primazia da fala, ênfase da enunciação, que Bahktine encontrou no romance a forma privilegiada para o exame do caráter dialógico, polifonia de vozes, da linguagem humana, sempre circunstancializada pelas condições reais da existência histórico-social daquele que ouve-fala.

Nessa medida, dialogismo não significa, para Bahktine, mero intercâmbio de dois egos habitados de linguagem. A fala não é propriedade privada de um eu, mas transformação contínua de uma pergunta em resposta e vice-versa, propulsão criativa do falante que, para compreender a fala do outro, tem de traduzí-la em fala outra: «Própria-alheia»⁴. Daí a importância do contexto para a inteligibilidade do dialogismo. Contexto entendido não como ambientação circunstancial que rodeia de modo imediato os falantes, mas no sentido de tempo: «tempo-breve», mais

situacional, aqui-agora; e «tempo-grande», o tempo da linguagem, passado e futuro dos possíveis sentidos da linguagem, movimento sem fim em cuja espiral as falas particulares perdem a sua privacidade para o enriquecimento coletivo do sentido.

PEIRCE E O DIÁLOGO INFINITO DOS SIGNOS

Muito gradativamente está vindo a público a enorme quantidade dos escritos de Ch. S. Peirce. Conforme cresce, porém, o número das publicações de e sobre sua obra, com elas cresce a certeza de que Peirce pode ser considerado o fundador, criador e sistematizador da moderna ciência semiótica. Em meio à imensa diversidade de sua produção — que vai desde a matemática até a história e literatura — delinea-se um núcleo constante, fonte ou semente de todo o seu pensamento: a teoria geral dos signos ou semiótica.

Essa teoria lida com todos os aspectos dos signos verbais e não-verbais, todos os possíveis tipos de signos, seus modos de significação, denotação, informação, e a totalidade de seus comportamentos e propriedades⁵. Dado o fato de que a semiótica peirceana é concebida como lógica, a sua teoria é geral, abstrata e formal. Desse modo, Peirce só recorre às aplicações concretas ou exemplificações quando surge a necessidade de esclarecimento de um conceito. Sua semiótica se desenvolve como um «constructo» altamente abstrato que tem seu cerne na noção de Signo como uma relação tricotômica. A partir daí, sua análise sógnica desdobra-se em séries de tríades tricotômicas.

«A idéia da estrutura triádica-tricotômica do universo sógnico é comumente chamada de classificação dos signos, no entanto, as dez classes de signos peirceanos apresentam-se muito mais como um padrão para a compreensão da análise sógnica do que como uma simples classificação «strito sensu». Esse padrão inclui todos os aspectos ontológicos e epistemológicos do universo sógnico, o problema da referência, da realidade, ficção, a questão da objetividade, a análise lógica do significado e o problema da verdade»⁶. Como se pode ver, o «constructo» lógico, fenomenologicamente construído da semiótica peirceana, apesar de abstrato, ou justamente por isso, fornece todas as bases metodológicas para a inteligibilidade do funcionamento e ação própria do signo, de qualquer tipo ou espécie.

Muito poderia ser dito a respeito das possibilidades abertas à aplicação prática que a semiótica de Peirce oferece. Não é esse, porém, o escopo deste estudo. Dentro do amplo espectro da teoria peirceana dos signos e das implicações por ela envolvidas, focalizaremos apenas um ponto que se revela como fundamental aos propósitos deste trabalho: a noção de semiose ou ação do signo, isto é, a noção de signo como processo.

Partindo da definição lógica de signo como uma relação triádica:

«Defino signo como qualquer coisa que é, de um lado, de tal modo determinada por um objeto, e, por outro lado, de tal modo determina uma idéia na mente de alguém, que esta última

determinação, que chamo interpretante do signo, é consequentemente determinada mediadamente por aquele objeto»⁷,

fica evidenciado que funcionar como signo é determinar um interpretante. Desse modo, na semiótica, um signo é descrito em termos de semiose como um processo. Um signo não é uma espécie de coisa, mas é descrito como funcionando num sentido relacional. «Peirce considerava a semiose como o processo pelo qual a realidade é revelada. A relação signo-objeto-interpretante dessa teoria visa descrever a forma desse processo. A realidade (o objeto) se torna manifesta através da mediação dos signos e esses signos são apreendidos pelo interpretante. O objeto é acessível apenas através da mediação dos signos.»⁸ Evidencia-se, por aí, a natureza inevitavelmente incompleta de qualquer signo. Sua ação é a de crescer, desenvolvendo-se num outro signo. Nessa medida, a revelação da realidade não é um dado petrificado, mas um processo contínuo e ininterrupto.

Dessa forma, o modelo peirceano do conhecimento é triádico, sendo o signo o termo mediador, o meio para o conhecimento. E, na tríade genuína, o objeto do signo não se confunde com uma coisa física ou com a causa material de uma sensação vinda do exterior, mas é, ele também, de natureza sógnica, de modo que, do lado do objeto, estamos sempre diante de uma regressão infinita de signos. Mas, na medida em que o signo produz (em progressão também infinita) interpretantes e neles se desenvolve a fim de melhor revelar a relação de representação que ele mantém com o objeto, então, em última instância, o objeto do signo significa «escopo», «propósito», «objetivo». Nesse sentido, é o objeto (a realidade ou verdade) que funciona como causa final (infinitamente remota, aproximável, mas inatingível) na teleonomia do conhecimento. Assim, o que é chamado de regressão infinita do signo ou conhecimento é concebido por Peirce como uma progressão infinita em direção do real ou da verdade⁹.

Sendo esse modelo do conhecimento de natureza inalienavelmente triádica, todo conhecimento, então, é mediado, ocorrendo por meio de representações, isto é, todo pensamento se dá em signos e não há pensamento, por isso mesmo, que não seja dialógico por excelência, visto que a mera presença de um signo chama a presença de um outro, conforme Peirce o explicou muito precisamente: «Da proposição de que todo pensamento é um signo, segue-se que todo pensamento deve se dirigir a algum outro, deve determinar algum outro, visto que essa é a essência do signo»¹⁰. Para podermos entender um signo ou pensamento temos de traduzí-lo em outro signo-pensamento. Um pensamento é sempre continuação de um outro para continuar num ainda outro pensamento, e assim *ad infinitum*. Nessa medida, não é o pensamento que está em nós. Nós estamos no pensamento.

É por isso que, segundo Peirce, nenhuma cognição pode ser descrita como uma relação a dois termos, ou diádica, entre uma mente que conhece o objeto conhecível. Cognição é minimamente uma relação triádica, mediada pela ação do signo. Essa ação não é nunca individual, mas social. Cada ato particular de entendimento é uma resposta a um signo através do outro signo, ocasião na qual a cadeia infinita dos signos se manifesta e prossegue. Diz Peirce: «nenhuma cognição é como tal ou

tem uma significação em si mesma, mas apenas pelo que ela é nos seus efeitos sobre outros pensamentos» (7.357). É por isso que, segundo nos informa Hanna Buczynska, «o tempo é um fator importante na noção peirceana de interpretação. Uma interpretação é um processo no tempo. E o termo interpretante inclui todas as fases desse processo: seu início (o interpretante interno), a interpretabilidade, e seu fim relativo (o interpretante externo), o signo apelando para uma interpretação e subsequentemente apelando para outra. O interpretante final, que é uma regra de interpretação adequada do signo, é também o estado futuro da interpretação. É o estágio final para o qual o diálogo tende. No entanto, ele só é relativamente final, pois que sempre requer outras interpretações em outros signos»¹¹.

A partir disso, pode-se afirmar, segundo Hanna Buczynska, que, «para Peirce, o Pensamento se destaca não apenas da subjetividade psicológica, mas também da subjetividade transcendental. O Pensamento não é um ato de um sujeito, mas é Terceiridade — representação ou signo. (...) Peirce mudou, assim, a imagem filosófica do pensamento. O pensamento não é mais visto por ele como um ato da consciência, mas antes como um fato ôntico. O Pensamento pertence ao mundo objetivo. A categoria da terceiridade é a expressão dessa idéia. É por isso que ele diferencia claramente os atos do pensamento (isto é, atos intelectuais de um sujeito) do conteúdo intelectual que é independente da subjetividade psicológica ou transcendental e tem seu modo de ser no mundo dos signos»¹². Dessa forma, a interpretação não se restringe à atividade de uma ou outra metade humana (hipostasiada em portadora da verdade do mundo), mas pertence à lei intrínseca da evolução do Pensamento concebido como Terceiridade ou Diálogo Infinito.

CONFRONTOS

À simples apresentação, embora sintética, das idéias centrais do dialogismo em Bahktine e Peirce, as semelhanças já saltam aos olhos. Em primeiro lugar, a ruptura que ambos instauram em relação a qualquer forma de cartesianismo, declarado ou disfarçado. O ego privado, habitado pelo sentido do mundo, é pulverizado pelo dialogismo.

Para ambos, a linguagem é inalienavelmente social. Qualquer ato individual de produção de sentido, para Bahktine, «não cabe em uma só consciência (unitária e fechada em si mesma); toda resposta gera uma nova pergunta. A pergunta e a resposta supõem uma extraposição recíproca. (...) As palavras alheias assimiladas («próprias-alheias») e eternamente viventes, renovadas criativamente em novos contextos, opõem-se às palavras mumificadas»¹³.

Para Peirce, a semiose ou ação signíca é eminentemente social. Um ato interpretativo, uma interpretação aqui-agora de um signo não é senão um caso especial do interpretante, visto que este é, por natureza, mais geral, social e objetivo do que um ato particular e exclusivo de um só intérprete. «A objetividade do interpretante é, por natureza, coletiva, não se restringindo aos humores e fantasias pessoais de uma interpretação particular, embora esta, sem dúvida, possa existir e até mesmo se tornar, por algum tempo, popular. No entanto, a ação de gerar, cedo ou tarde,

interpretantes efetivos é própria do signo cujo caráter não é aquele de uma matéria inerte e vazia à espera de algum ego cartesiano privado que venha, à maneira de um fiat, injetar-lhe vida»¹⁴.

Desse modo, «Peirce não via o indivíduo como uma unidade discreta e autônoma, nem acreditava que a essência da história devia ser buscada na emancipação da irracionalidade e tirania do passado. Como se pode reclamar a autonomia de um indivíduo, quando os desenvolvimentos das gerações passadas são responsáveis por suas características humanas, e quando seu desenvolvimento cognitivo, estético, moral depende de suas relações com outros seres humanos? Certamente, o que Peirce descrevia era uma rede humana estendendo-se continuamente do passado e conectando-se com os indivíduos no presente»¹⁵. As analogias com Bahktine são aí evidentes.

A diferença entre ambos instala-se, porém, no fato de que, enquanto o dialogismo bahktiniano corresponderia mais a um pensamento lógico-diádico, visto que, para ele, o sentido nasce e cresce no embate e propulsão (duelo) de forças, em Peirce o dialogismo é dialético, isto é, triádico, pois que na semiose todo sentido é sempre mediação (isto é, para significar, a ação do signo é a de gerar um outro signo). Daí que a cadeia infinita e dialética do sentido fique lógica e precisamente explicitada na construção teórica peirceana, enquanto que, em Bahktine, embora ela seja vislumbrada e enfatizada, para esclarecê-la esse pensador teve de recorrer a uma noção ambígua e metafórica de contexto.

A partir disso, já podemos começar a formular a tese que aqui defendemos, ou seja, a de que a teoria peirceana, mais abstrata, conceitualmente abrangente e economicamente categorizada, evidencia a teoria de Bahktine como sendo um dos casos particulares de manifestação do dialogismo. Isso se comprova, primeiramente, no fato de que Bahktine privilegia a linguagem verbal, relegando para um plano neutro todos os outros sistemas de signos diferentes do verbal: formas, cores, volumes, movimentos, luzes, etc, que são também realidades signícas e, portanto, dialógicas. Já, na classificação de signos peirceana, o signo linguístico não é senão um caso particular de símbolo.

Mas Peirce vai muito além disso: para ele, a semiose não é patrimônio exclusivo do homem. Engendra-se no vegetal, na ameba, em qualquer animal, no homem e nas inteligências artificiais. Ou melhor: «a semiose integra a experiência direta e a lógica, projetando a lei da racionalidade para dentro da realidade e existência. Basicamente, a função integradora do signo, estendida como uma lei estrutural no todo do sistema peirceano, não é outra coisa senão a forma tomada pela dialética ela mesma, levada da abstração da filosofia germânica pós-kantiana para o estágio de uma lógica concreta»¹⁶.

É certo que, no fim da vida, Bahktine já formulava tentativamente uma visão cósmica do dialogismo¹⁷. Esta visão, porém, ficou a nível de vislumbre, em anotações esparsas que não chegaram a ser sistematizadas. Mal podia ele supor que as suas intuições já estavam cientificamente elaboradas, e em precisão de detalhes, embora não divulgadas, do outro lado do globo.

Desse modo, podemos, em suma, formular nossa tese, concluindo que o dialogismo peirceano está dentro de uma teoria geral, lógica e abstrata, fundada na fenomenologia e numa epistemologia originalíssimas,

constituindo-se, portanto, numa espécie de base metodológica geral para a orientação dos estudos de qualquer espécie de dialogismo manifesto.

Conforme nos informa J. Ransdell, «talvez possamos entender isso mais claramente, se notarmos que Peirce indica explicitamente, num manuscrito não publicado (MS 318), que a relação objeto-signo-interpretante pode ser derivada, por uma espécie de análise abstrativa, da noção logicamente mais crua da relação entre um enunciador, um enunciado e a interpretação do enunciado. Conforme ele coloca, os termos da relação objeto-signo-interpretante são os «ingredientes essenciais» dos termos da relação enunciador-enunciado-interpretação. O objeto-signo-interpretante são aquilo em que enunciador-enunciado-interpretação se transformam, quando conduzidos a suas «essências» lógicas, por assim dizer. Assim, o conceito técnico de signo é derivado da noção logicamente mais crua de «enunciado» e a noção de interpretante é, certamente, um refinamento lógico da noção de «interpretação». Para nossos propósitos, no entanto, o mais interessante é o fato de que Peirce considerava o conceito semiótico de «objeto» como sendo derivado da noção de «enunciador».

«Acredito que possamos entender isso da seguinte maneira. O «enunciador», em última instância, de todos os signos — de todos os fenômenos interpretáveis — é a realidade ela mesma. Isto é verdadeiro mesmo no caso de um enunciador humano, onde somos levados a pensar a realidade como «falando através» daquela pessoa. Não se trata tanto aí de nós usarmos a linguagem para expressar-se a si mesma linguisticamente. Ou seja, isso é assim, quando a comunicação atinge sua forma perfeita ou normal. Isto não quer dizer que não possamos falar falsamente, ou mentirosamente, ou imaginativamente (quando não pretendemos, e deixamos claro que não pretendemos, estar representando algo real em nossa fala). Mas estas são formas desviadas ou modificações da forma básica normal e têm de ser entendidas com referência a ela. Suas naturezas e estatutos são, como diríamos, «parasitários» em relação à função normal.¹⁸»

Em relação ao dialogismo peirceano, como se pode ver, o dialogismo bahktiano constitui-se, por sua vez, naquilo que acima foi chamado de noção logicamente mais crua do dialogismo, isto é, no que chamaremos de *dialogismo aplicado* às manifestações concretas da fala e de suas relações contextuais. Constitui-se, desse modo, num caso exemplar de dialogismo analisado no seu modo de funcionamento concreto e real.

Longe de serem antagônicas, portanto, as duas teorias são complementares, pois que Peirce fornece, justamente, as bases epistemológicas que estão faltando à Bahktine. Os especialistas nesse pensador russo só têm a ganhar no cotejo com Peirce, visto que este ajuda a esclarecer e enriquecer todos os pontos que Bahktine deixou obscuros e não resolvidos. Já os especialistas em Peirce poderão encontrar, em Bahktine, o estudo de um dos tipos de manifestação concreta do fenômeno do dialogismo, exatamente um caso particular apto a gerar — na interação com as abstrações peirceanas — a interação teoria e prática, a relação entre conceito e realidade, o que acaba por se constituir também numa espécie de dialogismo, ou seja, este que é necessário a toda e qualquer ciência e forma de conhecimento.

NOTAS

¹ Cf. a esse respeito, Santaella Braga, ML. «Literatura e Ideologia» em *Produção de Linguagem e Ideologia*, Cortez, ed., SP, 1980.

² Holquist, M. Prefácio a *The Dialogic Imagination*, University of Texas Press, Austin, USA, 1982, pp. XVIII et. seqs.

³ Idem.

⁴ Cf. Bahktine, M. M. «Hacia una Metodologia de las Ciencias Humanas», em *Estética de la Creación Verbal*, S. Veinteuno Ed., 1982, pp. 381 a 396.

⁵ Cf. Fisch, M. H. «Peirce's General Theory of Signs», em *Sight, Sense and Sound*, Indiana Press, 1979.

⁶ Buczynska-Garewicz, H. «Sign and Dialogue», em *American Journal of Semiotics*, vol. 2, numbers 1-2, 1983, p. 27.

⁷ Apud cit. Scott, F. «Process from the Peircean Point of View, *A. J. of Semiotics*, volume 2, op. cit., p. 158.

⁸ Idem, p. 159.

⁹ Cf. Weinsheimer, J. «The realism of Ch. S. Peirce», em *A. J. of Semiotics*, op. cit., p. 242.

¹⁰ CP. 5.253. Várias referências ao dialogismo podem ser encontradas nos CP: 4.6, 4.551, 5.421, 5.506, 6.338, 6.481, 7.103.

¹¹ Buczynska-G., H. Op. cit., p. 35.

¹² Buczynska-Garewicz, H. «The Idea of Object of Knowledge in Peirce's Theory of Signs», em *Proceedings of the Ch. S. Peirce Bicentennial International Congress*, Texas Tech. Press, Lubbock, Texas, 1981, p. 37.

¹³ Bahktine, M. M. Op. cit.

¹⁴ Santaella, ML. «Como se chegar até a Semiótica de Peirce», *Caderno de Leituras*, *Jornal da Tarde*, 8 de Outubro de 1983, SP.

¹⁵ Tarr, E. R. «Peirce's Social Thought», em *Proceedings ...*, op. cit., p. 242.

¹⁶ Nadin, M. «The Integrating Function of the Sign in Peirce's Semiotics», em *Proceedings ...*, op. cit., p. 366.

¹⁷ Cf. Schnaiderman, B. *Turbilhão e Semente*, ed. Duas Cidades, SP. 1983, p. 102.

¹⁸ Ransdell, J. «Another Interpretation of Peirce's Semiotic», em *Transactions of the Ch. S. Peirce Society*, 1975, p. 104.

O QUE A TEORIA DOS SIGNOS PODE FAZER PELO DESIGN

1. O design funciona como uma correlação entre expressões e impressões

1.1. O ponto de partida — a prática humana

Há basicamente dois pontos de partida, filosófico e científico, segundo os quais se pode abordar os problemas humanos:

- o estudo das práticas humanas, ou
- os ideais e os princípios espirituais.

Nesta investigação dos mecanismos que permitem o funcionamento óptimo do *design*, seguiu-se a abordagem empírica. Isto significa, em primeiro lugar, que deve ser desenvolvida uma descrição de como os consumidores utilizam nas suas actividades diárias os resultados da actividade do *design*, *i. e.*, produtos e processos. Em segundo lugar, significa que a actividade diária dos *designers* deve ser clarificada.

1.2. O design de boa qualidade releva de uma boa correlação entre expressões e impressões

A primeira tese desta investigação é que o *design* funciona sempre que haja uma correlação adequada entre os meios de expressão e as impressões por eles engendradas.

O utente confronta-se com os meios de expressão seleccionados pelo *designer*. Estes meios de expressão vão criar certas impressões. O *designer*, sabendo que impressões pretende activar no utente, deve esforçar-se por apresentar os meios de expressão que melhor se correlacionem com estas impressões.

Um dos problemas centrais do *design* poderia assim ser definido como a organização de impressões por expressões. Neste aspecto, o *design* liga dialecticamente o simples cumprimento de funções características da engenharia e a simples expressão de emoções subjectivas que são do domínio artístico.

1.3. Exemplos a partir do design ambiental

1.3.1. A diversificação de funções no design urbano¹

Tomando as nossas cidades como exemplo, o *design* urbano é de boa qualidade se as funções dos edifícios forem reconhecidas pelos seus traços. Os utentes duma cidade observam as formas expressivas seleccionadas pelo arquitecto-*designer*. Se estas formas forem convenientemente seleccionadas, os utentes reconhecerão as funções dos edifícios.

O arquitecto deve antes de mais conceptualizar as funções dos edifícios, para ser capaz de seleccionar as expressões apropriadas a estas funções.

1.3.2. A diversificação do estilo em arquitectura¹

Na esfera de uma dada função, são possíveis diversificações e inovações adicionais por meio de uma organização das impressões. Os utentes podem ser confrontados com diferentes formas de edifícios servindo a mesma função mas engendrando diferentes impressões. O arquitecto-*designer* enfrenta portanto a tarefa de primeiro seleccionar impressões apropriadas aos edifícios de uma dada função e, subsequentemente, encontrar os meios formais de expressão que engendrem estas impressões nos utentes.

1.4. Exemplos a partir do design de objectos tridimensionais²

Mantém-se o mesmo princípio, se passarmos do *design* arquitectural ao *design* de objectos tridimensionais: o *design* de objectos funciona (para utentes e *designers*) sempre que exista a correcta correlação entre os meios de expressão e as impressões por eles engendradas. Verificou-se que as formas tridimensionais simples têm impressões específicas a si associadas. O conhecimento de que impressões estão correlacionadas com que formas tridimensionais simples é muito importante para o *designer*. Os objectos tridimensionais mais complexos podem ser entendidos como inclusivos de formas tridimensionais mais simples. As impressões associadas a objectos tridimensionais complexos deveriam consequentemente ser relacionadas com as impressões associadas a estes componentes básicos — embora decerto não de uma maneira simples. Por exemplo, duas carroçarias despertam diferentes impressões no observador, porque incluem diferentes partes componentes.

1.5. Exemplos a partir do design gráfico

1.5.1. O design bidimensional como uma projecção do design tridimensional

Num sentido muito geral, o *design* gráfico bidimensional é a projecção de meios de expressão tridimensionais numa superfície. Parece

razoável supor-se que as impressões associadas a formas tridimensionais se identifiquem com as impressões associadas às suas projecções bidimensionais. Mais uma vez, o segredo do *design* gráfico de boa qualidade reside em encontrar-se uma correcta correlação entre os meios de expressão e as impressões por eles engendradas. O público defronta-se com expressões gráficas bidimensionais e daí obtém certas impressões.

1.5.2. Formas geométricas bidimensionais²

O principal problema é saber que formas de expressão estão correlacionadas com que impressões.

A investigação revelou, por exemplo, que as impressões associadas à forma-moldura geométrica exterior dominam as impressões associadas à forma que a moldura envolve. Sob dadas circunstâncias, a moldura de uma mensagem visual pode por conseguinte tornar-se mais importante do que a mensagem que contém. O *designer* gráfico deveria saber que a selecção de um triângulo, um quadrado ou um círculo como a forma exterior de, digamos, uma marca de fábrica, promove em cada caso diferentes impressões a par das produzidas pelas formas dentro dessa moldura.

1.5.3. Formas tipográficas³

A investigação sobre tipografia tem revelado que a diferença básica na impressão transmitida pelos diferentes tipos se apoia na presença ou ausência de uma oposição entre traços grossos* e traços finos* combinados com traços de remate*. A presença desta oposição incluindo os traços de remate produz uma série limitada de impressões que poderia ser resumida por adjectivos tais como «clássico», «tradicional», etc. A ausência destas características formais, *i. e.*, traços de igual espessura e ausência de traços de remate, produz uma série aberta de impressões que varia de «moderno» até «preciso», «eficiente» e «funcional», em suma, impressões que são compatíveis com o conteúdo de uma série muito vasta de mensagens impressas. Para resumir os resultados de maneira um tanto polémica: as formas tipográficas internamente diferenciadas trazem consigo impressões específicas, enquanto que as letras «uniformes» internamente indiferenciadas não têm impressões específicas associadas — são «sem carácter».

1.6. Sumário: o design como uma correlação entre expressão e impressão

As práticas de utente e *designer* sugerem que a correlação deveria ser estabelecida entre um conjunto de expressões (dentro de um universo de formas expressivas) e um conjunto de impressões (dentro de um universo de impressões). O utente enfrenta um conjunto de expressões

* No original: *thick stems, hairlines e serifs*, respectivamente (N. T.).

e associa-lhe um conjunto de impressões. O *designer* selecciona um conjunto de impressões e encontra um conjunto de expressões para engendrá-lo.

2. O design de comunicação

2.1. O design de comunicação como um caso especial de correlação entre universos

O *design* de comunicação é simplesmente um caso especial do que acima foi descrito — o estabelecimento de correlações entre dois conjuntos dentro de dois universos diferentes. Mas, para ser mais preciso, esta correlação deve ser estabelecida em cada um de três diferentes níveis.

2.1.1. A situação de comunicação⁴

Um nível decisivo é a situação de comunicação. O *design* de comunicação funcionará se for tida em conta a situação na qual a mensagem vai ser recebida. A proposição inglesa «*it is coming*» pode significar coisas completamente diferentes, dependendo de ser proferida numa paragem de autocarro ou numa estação ferroviária. Os ponteiros que num relógio mostram 10:30 significam uma coisa se o sol estiver a brilhar, e outra se houver luar.

A correlação a estabelecer aqui ocorre entre um conjunto de circunstâncias e um conjunto de sentidos intencionais das mensagens. O *designer* de comunicação deve prever as situações que irão favorecer a interpretação de uma mensagem no sentido por ele pretendido e seleccioná-las a partir do universo de todas as situações nas quais a mensagem potencialmente venha a ser recebida. Assim procedendo, por um lado poderá salvaguardar a codificação da sua mensagem. Em vez de dizer «*the commuter bus is coming*», pode atalhar com a frase «*it is coming*». Em vez de um mostrador de 24 horas, pode-se usar um de 12 horas. Por outro lado, ele assume toda a responsabilidade pelo insucesso da comunicação, se a situação receptora for incorrecta ou incompletamente prevista, desde que o receptor não possa ser culpado das circunstâncias em que recebe a mensagem.

2.1.2. O papel dos códigos em comunicação⁴

Outro nível decisivo do *design* de comunicação é o do enquadramento da mensagem num código correcto. Um código, mais uma vez, consiste em dois universos correlacionados — um de significantes, outro de significados. A particular coordenação de um conjunto num destes universos e de um conjunto no outro constitui o que se chama um «signo». Um código é portanto um sistema integral de signos, sendo cada signo composto por um significante e um significado. O significante de um signo deve ser suficientemente distintivo para excluir a sua confusão com todos os outros significantes no código, em ordem a que o seu significado associado não seja confundido com outros significados no

código. Assim, o significante verbal /it comes/ deve ser perfeitamente distinguível do significante /he comes/ ou /she comes/, de modo a evitar confusão quanto ao género dos significados, sendo a definição final da identidade do significado dependente das circunstâncias em que o signo é recebido. O que o código faz é por conseguinte restringir através dos seus signos a área em que os significados se situam (e. g., objectos do neutro, mais do que dos géneros masculino ou feminino). Subsequentemente, as circunstâncias de recepção — conforme anteriormente descritas — definem o exacto significado ou sentido. Para o *designer* de comunicação, em seguida, é extremamente importante escolher o código correcto, visual ou auditivo, de modo a permitir que a sua audiência efectivamente reduza a área na qual os sentidos que ele tenciona transmitir se situam. A escolha do código errado (e. g., o francês no lugar do inglês, ou um estilo tipográfico estranho à audiência em vez de um conhecido) engendra um insucesso de comunicação.

2.1.3. A clarificação da intenção de comunicar⁴

O nível fundamental do *design* de comunicação implica que se torne clara a intenção de comunicar. Este nível parece tão óbvio que tende a ser subestimado ou negligenciado. Como já se salientou, as circunstâncias de recepção ajudam a definir o significado particular correlacionado com o significante de um signo. O código delimita a área na qual o receptor deve procurar o significado. Mas somente a apresentação clara da intenção comunicativa lança os alicerces para que a comunicação tenha lugar. Assim, o *designer* de comunicação pode ter previsto correctamente as circunstâncias de recepção e pode ter escolhido o código certo. Se, contudo, não tornar clara a sua intenção de comunicar, por exemplo falando numa voz baixa ou não realçando distintamente a figura do seu signo visual contra um fundo-ruído de signos concorrentes, a comunicação não terá lugar. Ou vice-versa: se as circunstâncias de recepção forem indevidamente calculadas, e escolhido um código errado, a clarificação de uma intenção de comunicar serve pelo menos de sinal de que a comunicação é desejada. O comunicador pode falar russo ou erigir um signo que ninguém compreenda — pelo menos, a intenção de comunicar é feita clara para a sua potencial audiência.

2.2. Sumário: design de comunicação

Em ordem a funcionar eficientemente, o *design* de comunicação deve estabelecer correlações em três diferentes níveis. Em primeiro lugar, o *designer* deve prever as circunstâncias que definam o sentido exacto de um signo. Em segundo, o *designer* deve escolher o código certo para delimitar a área na qual o receptor possa localizar o sentido transmitido pelo signo. Em terceiro, o *designer* deve mostrar a sua intenção de comunicar realçando a figura do seu signo contra o fundo de ruído produzido por outros signos.

3. Estilo e comunicação

3.1. O aspecto positivo do estilo: produção de formas distintas

Como se evidenciou, o *design* de comunicação apenas pode funcionar se as formas dos significantes num código forem suficientemente distinguíveis para que seja evitada a confusão nos seus significados associados. Quanto menos distinguíveis forem as formas dos caracteres, mais difícil se torna a leitura. Por isso é necessária, para que o *design* de comunicação funcione, uma constante produção de figuras distinguíveis que possam ser usadas num código como significantes distintivos separando os seus correlativos significados. Se definirmos «estilo» como a produção de soluções alternativas para os mesmos problemas, então o estilo será uma fonte constante de novas formas para os significantes utilizáveis em comunicação. Sempre que houver um excesso de formas bem distinguíveis, estas poderão ser empregues como significados num sistema de signos — não importa a sua função original. Por exemplo, os diferentes modos de solução para o problema de vestir a parte inferior do corpo, tais como calças e saias compridas ou curtas, podem ser usados como um pequeno código visual para separar os significados «idoso», «jovem», «feminino», «masculino».

3.2. O aspecto negativo do estilo: separações disfuncionais entre grupos e classes⁵

O exemplo da separação de grupos etários e sexuais por um código fundado em diferentes estilos como forma de resolver o problema de vestir a parte inferior do corpo aponta, contudo, para um perigo social ligado aos fenómenos da moda*. As formas geradas em excesso por diferentes estilos de solucionar o mesmo problema podem ser utilizadas como rótulos a favor da segregação social. Diferentes estilos de carros, de casas, de vestuário, de objectos para uso diário podem servir para produzir distinções indevidas entre grupos económicos ou raciais na sociedade. Em particular, o conhecimento de diferenças no estilo tende a ser um privilégio das classes dominantes na sociedade. Isto reforça as diferenças já existentes no poder económico e político pelo acréscimo de superioridade ao nível do conhecimento cultural. O *designer* deve pois saber que o *design* pode ter consequências para a justiça social.

3.3. Sumário: os aspectos positivo e negativo do estilo

Os diferentes estilos envolvidos na resolução do mesmo problema do *design* produzem um excesso de formas. As formas rapidamente distinguíveis podem ser associadas como significantes a significados nos códigos de comunicação. O aspecto positivo do estilo é por conseguinte a sua capacidade de gerar formas. No entanto, o aspecto negativo do

* No original: *style* (N. T.).

estilo tem a ver com o facto de diferentes estilos serem frequentemente usados como significantes para a segregação de grupos sociais, assim perpetuando a injustiça social.

4. O «como» e o «quê» do design* — estilo e função

4.1. O «como» do design — a questão do estilo

O *design* que funcione é inventivo. Há sempre diferentes modos de resolver o mesmo problema. O *designer* selecciona um modo de resolver um dado problema de um universo de modos de resolver esse problema e encontra uma forma adequada para implementar o seu próprio estilo de solução de problemas. Da mesma maneira, o utente geralmente escolhe, entre as soluções para os problemas que lhe são oferecidos, o mais conveniente, o seu próprio modo de olhar o problema. Tanto o *designer* como o utente têm os seus estilos de solucionar problemas, os seus estilos cognitivos, os seus estilos de vida. Como acima se mostrou, o problema de proteger do frio a parte inferior do corpo pode ser solucionado de diferentes modos por diferentes culturas — as mulheres podem usar saias, como os escoceses usam *kilts*. O transporte de pessoas pode ser efectuado por veículos colectivos ou individuais, luxuosos e de alta velocidade ou simples e de baixa velocidade.

O «estilo» fornece sempre informação acerca do autor da solução e do utente. «Estilo» não é, todavia, um signo que forneça informação intencional, como sucede na comunicação, é um índice apontando para o carácter especial do procedimento dos *designers* e dos utentes na solução dos problemas.

4.2. O «quê» do design — a questão da função

Mas antes de poderem ser introduzidas variedades de estilo, antes de poderem ser encontradas diferentes soluções para um problema, o próprio problema deve ser claro. Não há um «como» submeter qualquer coisa ao *design* sem que se clarifique o «quê» submeter primeiro ao *design***. Para que o *design* funcione, o problema do «quê» deve primeiro ser determinado claramente. As funções a desempenhar devem ser definidas e separadas das restantes. Então o conjunto de ferramentas*** correlacionadas com as funções a desempenhar pode ser definido em oposição a todas as outras ferramentas num universo particular de ferramentas. A propósito, o caso das ferramentas e funções suas correlatas é o caso geral, de que a correlação entre signifiante e significado, aplicando-se à

* No original: «How» and «what» to design (N. T.).

** No original: *There is no «how» to designing something without clarifying «what» to design first.* (N. T.).

*** No original: *tools*. A tradução de *tool* por «ferramenta» deve-se a dois factores de coerência interna: o de seguidamente surgir a expressão *tool-boxes* = «caixas de ferramenta»; e o de o A. estabelecer em 5. a distinção signifiante e teórica entre *tool* e *instrument* (N. T.).

comunicação, apenas é uma instância especial. Os códigos são «caixas de ferramenta da comunicação».

Assim, antes de o *designer* sugerir uma solução para o problema do transporte de pessoas, seja colectivo ou individual, de alta ou de baixa velocidade, as funções do transporte de pessoas têm de ser determinadas em oposição a outras funções do transporte, tais como o transporte de mercadorias, toros, barras de ferro, etc. Antes de o *designer* de comunicação poder escolher um estilo particular para lançar a sua mensagem, deve primeiro saber qual é a mensagem que vai transmitir.

4.3. Sumário: o «como» e o «quê» do design

Para que o *design* funcione, o *designer* e o utente devem antes de tudo entender tão distintamente quanto possível «que» função ou significado irão desempenhar a ferramenta ou o signifiante do *design*. Somente depois disto pode ser encontrada uma variedade de soluções para o problema, *i. e.*, pode a questão do «como» ser resolvida.

5. Designer e utente

O *design* funciona se as necessidades do utente forem satisfeitas pelas actividades do *designer*. O *designer* tem de estabelecer as funções a desempenhar em oposição às que não serão desempenhadas, e encontrar as ferramentas correspondentes. Isto significa que ele deve articular um conjunto de funções dentro de um universo de funções com um conjunto de ferramentas dentro de um universo de ferramentas. O *design* que funciona resulta da unidade bifacial de um «instrumento», a correlação de uma ferramenta e a sua utilidade. No caso especial da comunicação, o «instrumento» bifacial é chamado «signo», consistindo, como já se assinalou, num signifiante e num significado.

Por outro lado, o utente confronta-se com uma bateria de ferramentas das quais deve seleccionar as que melhor desempenhem as funções de que necessita para a solução dos seus problemas. Assim, uma solução em *design* é sempre uma estrutura bifacial que pode ser considerada como a selecção de funções para o *designer* criar ferramentas apropriadas ou como a selecção de ferramentas para o preenchimento de funções por parte do utente.

6. Estruturas bifaciais

6.1. Estruturas bifaciais: artificiais e naturais

Foi dito que o ponto de partida desta investigação se situa ao nível da prática humana. Mostrou-se que esta prática consiste no estabelecimento de estruturas bifaciais. O processo de que o *designer* dispunha para estabelecer estas estruturas era começar por uma classificação de funções dentro de um universo de funções, e, subsequentemente, identificar ferramentas (ou recursos) dentro de um universo de ferramentas

(ou recursos). A conexão de um conjunto num destes universos com um conjunto no outro universo foi designada por «instrumento» no caso geral, por signo no caso especial da comunicação. A propriedade particular destas estruturas bifaciais é a de que cada um dos dois universos fornece a pertinência do outro. Cada um dos dois universos transporta, por detrás das suas propriedades observáveis, informação acerca do outro universo e vice-versa. Isto é expresso, por exemplo, quando se diz que um significante aponta para além dele mesmo, ou que um sentido depende de um condutor de sentido. A implicação parece consistir em que as nossas mentes obtêm informação através do estabelecimento de estruturas bifaciais que são cognitivas em substância. Esta hipótese releva da observação de que o mesmo princípio também é válido para outras estruturas bifaciais além das estabelecidas no *design*. Se um caçador for capaz de classificar rastos num universo de rastos de animais e os correlacionar com diferentes espécies de animais, está a obter informação sobre a presença ou ausência de certos animais. Os rastos com as espécies suas correlatas são chamados índices. Os índices relacionam um conjunto dentro de um universo de indicadores com um conjunto dentro de um universo de objectos indicados.

6.2 As estruturas bifaciais são estruturas semióticas⁹

As estruturas bifaciais cognitivas, na base de todas as relações significantes — índices naturais ou culturais, instrumentos ou signos —, são consideradas estruturas semióticas. São «semióticas» enquanto cada lado da unidade bifacial obtém do outro o seu sentido. Em conclusão, por consequência, pode sustentar-se que o *design* que funciona se baseia em estruturas semióticas «bem formadas». O *design* funciona se as funções num universo de funções forem devidamente classificadas e correlacionadas com uma classificação de ferramentas ou recursos igualmente correlacionada com clareza. O termo função, nesta equação, não deveria, evidentemente, ser interpretado num estrito sentido funcionalista. Similarmente, o termo ferramenta deveria ser compreendido no sentido mais largo de «recurso». O conceito de estrutura semiótica revela outra regra básica da actividade cognitiva: não há classificação sem um «ponto de vista» de que a classificação dependa. Este ponto de vista enraíza na prática humana. Por exemplo, os sons de uma língua podem ser classificados segundo muitos pontos de vista — estética, sonoridade ou dificuldade de produção, para nomear apenas alguns. De facto, são geralmente classificados pelos falantes e ouvintes do ponto de vista da comunicação numa dada língua. A prática da comunicação fornece assim o ponto de vista, de acordo com o qual os significantes e os significados dos sistemas de signos são classificados, conceptualizados ou reconhecidos. O facto de a classificação apenas poder ser realizada de um dado ponto de vista explica porque as estruturas semióticas devem ser bifaciais e precedidas por um dado objectivo humano. O segundo universo representa sempre o ponto de vista de acordo com o qual o primeiro é classificado. Para a prática do *design*, isto implica que as funções e as ferramentas devam basear-se sempre numa prática humana estabelecida.

6.3. Sumário: estruturas bifaciais

As estruturas bifaciais, compostas por dois sistemas de classificação correlatos, ocorrem como artificiais ou naturais. As estruturas bifaciais artificiais são chamadas sistemas de instrumentos em geral e sistemas de signos no caso específico da comunicação. O caso mais geral é o dos sistemas de índices. Compreende estruturas bifaciais tanto naturais como artificiais. As estruturas bifaciais são «semióticas» desde que os dois universos envolvidos proporcionem uma informação adicional a partir da sua interação. As estruturas semióticas devem ser bifaciais, visto que a classificação de um dado universo envolve sempre um ponto de vista, segundo o qual a classificação é feita. Este ponto de vista é representado pelo segundo universo. As estruturas semióticas têm origem em práticas humanas estabelecidas.

7. Cognição e classificação

Uma vez assumido um ponto de vista, a actividade cognitiva de classificação é conduzida pelo estabelecimento de oposições entre conjuntos de objectos num universo de acordo com traços pertinentes. Portanto, de um dado ponto de vista, os traços pertinentes de que se serve um agricultor para classificar e assim estabelecer a identidade das suas vacas podem ser a cor e as malhas. É fácil ver que os objectos classificados dentro dos conjuntos de um sistema de classificação apenas são classificáveis em relação mútua. Isto significa que os objectos recebem a sua identidade somente como membros de um sistema de classificação e não pelas suas propriedades «naturais». O «mesmo» som da fala classificado por um falante ou ouvinte inglês dentro do sistema da língua inglesa pode ser classificado de um modo completamente diferente por um falante ou ouvinte francês dentro do sistema da sua língua.

Esta última ideia tem mais uma vez as suas implicações para o *design*. O *design* deveria acentuar os traços pertinentes das suas funções opondo-os aos traços de outras funções dentro de um dado universo de funções. Ao mesmo tempo, os traços de objecto ligados a funções pertinentes também deveriam ser tornados pertinentes deste modo, *i. e.*, opondo-os a outros traços de objecto dentro do seu universo de objectos.

Traduzido do inglês *What Sign Theory Can Do for Design*, por LUIS F. A. CARLOS — Universidade do Porto.

NOTAS

- ¹ Krampen, M. *Meaning in the urban environment*. Londres: Pion Ltd., 1978.
- ² Pesquisa inédita do autor.
- ³ Lindekens, R. *Éléments pour une sémiotique de la photographie*. Paris: Didier, 1971.
- ⁴ Prieto, L. J. *Messages et signaux*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.
- ⁵ Bourdieu, P. «Éléments d'une théorie sociologique de la perception artistique». *Revue internationale des sciences sociales*, 1968, 20, 640-664.
- ⁶ Prieto, L. J. *Pertinence et pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1975.

SINTOMA

(Conclusão)

Apesar de Hipócrates (c460-c377 A. C.) permanecer como a figura ancestral emblemática da semiótica, isto é, semiologia, no sentido restrito e particularmente românico de sintomatologia, ele «tomou a noção de indício dos médicos que o antecederam» (Eco 1980:277). (Baer 1982:18 refere-se a uma «sintomatologia romântica», a qual postula poder ter sido «a original», transportando esse campo «a uma era de consciência mítica ...»). Alcmaeon observou, num dos escassos fragmentos do seu livro, abruptamente deixado inacabado a meio da frase: «Quanto a coisas invisíveis e a coisas mortais, os deuses têm certezas; mas até onde os homens podem inferir ...», ou, numa tradução alternativa, «os homens devem proceder por indícios ...» (Eco 1980:277), isto é, conjunturar provisoriamente. É o que deve ser a base de tal inferência circunstancial? Aqui o conceito central é, claramente, *sintoma* (sêmeion) (cf. Ginzburg 1983).

Enquanto Alcmaeon é tido comumente como o fundador da psicologia empírica, foi Hipócrates, este professor clínico *par excellence* (Temkin 1973:161), quem quebrou a tradição da prática médica arcaica na qual o médico estava tipicamente preocupado com a natureza da doença, suas causas e manifestações, visto que incidia directamente no doente e nas suas queixas, em resumo, nos *sintomas* da doença: «Nicht so sehr die Krankheit als das kranke Individuum» (Neuburger 1906:196).

Para Hipócrates e seus discípulos, os sintomas eram simplesmente «fenómenos significantes» (cf. Heidel 1941:62). A sua consideração dos sintomas como signos naturais — aqueles tendo o poder de significar as mesmas coisas em todos os tempos e lugares — foi do tipo mais compreensivo. Uma discussão muito antiga sobre signos deste tipo é encontrada no *Prognóstico XXV* de Hipócrates:

Deve-se compreender claramente, acerca de certos signos e dos sintomas em geral (*peri tōn tekmeriōn kai tōn allōn sêmeiōn*), que em todo o tempo e em todo o lado os maus signos indicam algo de mau, e os bons signos indicam algo de

favorável, desde que os sintomas (sêmeia) descritos acima provem ter a mesma significância na Líbia, em Delos e na Cítia. Assim, deve-se compreender claramente que dentro dos mesmos distritos não é estranho alguém estar certo dentro de uma vasta maioria de instâncias, se esse alguém as aprender bem, souber como avaliá-las e apreciá-las apropriadamente.

Recordei previamente um exemplo permanente deste método, a descrição detalhada da famosa *facies Hippocratica* (Sebeok 1979:6f.); pode-se citar outro exemplo de *Epidemics I* (após Heidel 1941:129):

Formei os meus julgamentos através das seguintes circunstâncias de tratamento de doenças, aprendendo a partir da natureza comum de tudo e da natureza particular do indivíduo, da doença, do paciente, do regime prescrito e do médico — pois isto torna a diagnose mais favorável ou menos; da constituição, como um todo ou com respeito às partes, do clima e de cada região; dos costumes, modo de vida, práticas e idade de cada paciente; da conversa, do comportamento, do silêncio, dos pensamentos, do sono ou da ausência de sono, da natureza e tempo dos sonhos, dos arranhões, das lágrimas; das exacerbações, das fezes, da urina, dos escarros, do vômito, dos antecedentes e consequentes de cada membro na sucessão das doenças, de um tumor fatal, do suor, do calafrio, da friagem, da tosse, dos espirros, dos soluços, da respiração, dos arrotos, das flatulências, silenciosas ou ruidosas, das hemorragias e hemorróidas. Devemos considerar também que consequências estas coisas terão.

Em *A Ciência da Medicina*, Hipócrates também constatou: «Temos que entender através da visão mental o que escapa à nossa visão, e o médico, se for incapaz de ver a natureza da doença e sobre ela não for informado, deve ter recursos para raciocinar a partir dos sintomas que se lhe apresentam.» Os meios pelos quais uma diagnose pode ser alcançada «consistem em observações da qualidade da voz, se clara ou rouca, da marcha respiratória, se rápida ou lenta, e da constituição de vários fluidos que emergem dos orifícios do corpo, levando em conta cheiro e cor, bem como espessura e viscosidade. Pesando a significação desses vários signos, é possível deduzir em que doença resultam, o que aconteceu no passado e prognosticar o futuro desenvolvimento da doença» (Chadwick e Mann 1950:87-89).

Contudo, foi Galeno (130-201 D. C.), cujo único ídolo era Hipócrates, e cuja medicina permaneceu (no total) hipocrática, quem tentou estabelecer prognósticos, sempre que possível, em bases científicas, isto é, baseados em observações reais. Isto foi-lhe possível por ter praticado dissecação e experimentação: enquanto Hipócrates estudou a doença como naturalista, Galeno «ousou modificar a natureza como um cientista» (Majno 1975:396; cf. Neuburger 1906:385). «O método empírico foi formulado primeiramente na medicina antiga», como expressão detalhada e sistemática no «corpus» hipocrático (De Lacy 1941:121), e tornou-se parte da teoria dos signos nos epecuristas e cépticos, em oposição à

posição racionalista estóica. O tratado fragmentário de Philodemus (composto cerca de 40 A. C.) é de longe a discussão mais completa de um tratado metódico descoberto (na biblioteca herculeana), e extensivamente esclarecido nos nossos dias. Galeno, apesar de todo o seu treinamento platónico, foi mais tarde «forçado pela sua profissão a ser mais empírico» (Phillips 1973:174) (mesmo assim esse investigador liberal, que continuou a falar com voz e autoridade de um homem da ciência, converteu-se gradualmente em qualquer coisa de místico dogmático; cf. Sarton 1954: 59). Ele pode desta forma ser considerado como um fundador subtil da semiótica clínica como tal; o seu trabalho foi como uma linha divisória, desde «die galenische Semiotik verwertet die meisten Beobachtungs und Untersuchungsmethoden die das Altertum ausgebildet hat» (Neuburger 1906:385). Provavelmente também poderá ser considerado o primeiro semioticista «científico».

A pena de Galeno foi tão activa como o seu escalpelo. No curso dos seus excepcionalmente volumosos trabalhos, classificou a semiótica como um dos seis principais ramos da medicina (*merē iatrikēs ta men prōta estī, to te phusiologikon kai to aitiologikon ē pathologikon kai to hugieinon kai to sēmeiotikon kai to therapeutikon* [XIV:689]), classificação que teve uma importância especial pelo seu «efeito na história posterior da medicina» (Phillips 1973:172); a força do galenismo, como Temkin (1973:179) também enfatizou, «repousava em não pequena medida no ter estabelecido categorias médicas ... por relacionar o indivíduo com a saúde e a doença», incluindo «a semiologia (a ciência dos signos)». Sobre a semiótica, especificou mais tarde: *sēmeiōsis de kai eis therapeian men anakaia, all' ouk estin autē hē therapeia. dia gar tēs hulēs hē therapeia sunteleitai kai to men hulikon aneu therapeias ouden heteron sumballetai. to de sēmeiōtikon kai aneu therapeias anankaion pros to eidenai tina therapeutika kai tina atherapeuta kai periistasthai auta, hopōs mē epiballomenoi adunatois sphallōmetha* (XIV:689). No final deste mesmo capítulo, dividiu o campo em três partes permanentes: no presente, afirmou, a sua preocupação é a *inspecção*, ou diagnose, no passado, a *cognição*, ou anamnésia (etiologia), e, no futuro, a *providência*, ou prognose (*diaireitai de kai to sēmeiōtikon eis tria, eis te epignōsin tōn parelēluthotōn kai eis tēn episkepsin tōn sunedreuantōn kai eis prognōsin ton mellontōn*; XIV:690). O seu procedimento clínico foi descrito por Sarton (1954:6): «Quando um doente o consultava, Galeno ... tentaria primeiro extrair o seu historial médico e a sua maneira de viver; faria perguntas relativas à incidência de malária e outras doenças comuns. Então, o paciente seria convidado a contar a história dos seus problemas recentes, e o médico faria todas as questões necessárias para esclarecê-los, além de alguns exames que fossem possíveis». Galeno considerava como *sintoma* «tudo de irregular que ocorria no corpo» (VII:50,135; X:71ff.), e uma agregação de sintomas (*athroisma tōn symptomaton*) como um *síndrome* (VII: 516). Estava totalmente ciente que os sintomas e os síndromas se reflectiam directamente na observação clínica, mas a formulação de uma diagnose requeria uma reflexão causal (cf. Siegel 1973:231). Foi mestre em prever o curso da doença: Galeno «pflēgte ... die Prognostik in besonderem Masse, und nicht den geringsten Teil seines Rufes als Praktiker dankte er richtigen Vorhersagungen» (Neuburger 1906:385). Apesar de os seus prognósticos se basearem essencial e fielmente no *Corpus Hippo-*

craticum, os seus próprios conhecimentos anatómicos e exactidão mental predisuseram-no a desenvolver as suas prognoses a partir de um fundamento diagnóstico irrefutável.

Não pareceria irracional esperar uma conformação subtilmente recíproca e harmónica entre os estados internos do homem e a «realidade», entre o seu *Innenwelt* e o circundante *Umwelt*, ou, mais estreitamente, entre sintomas e as suas interpretações, como um resultado da adaptação evolucionária — *prodotto genetico*, na formulação sucinta de Prodi (1981: 973) — que beneficia um organismo aumentando a sua adaptação. Mas tal não reflecte o estado da arte da diagnose. O carácter probabilístico dos sintomas tem sido compreendido há bastante tempo pelos lógicos de Port-Royal, entre outros (Sebeok 1976:125); as suas disposições, muitas vezes vagas e incertas, foram claramente articuladas por Thomas Sydenham, o médico do século XVII frequentemente chamado «O Hipócrates inglês» (Colby e McGuire 1981:21). Este médico muito admirado, tido em tal grande conceito pelo seu irmão de profissão, John Locke, foi também conhecido como o «Pai da medicina inglesa» (Latham 1848:XI). Sydenham foi notado pelo seu reconhecimento escrupuloso da prioridade da observação directa. Ele exigia «a percepção segura e distinta de sintomas peculiares», enfatizando astutamente que estes sintomas podem ser «atribuídos menos à doença do que ao médico». Sustentou que «a Natureza, na produção de doenças, é uniforme e consistente; tanto que, para a mesma doença em pessoas diferentes, os sintomas são os mesmos na maioria dos casos; e os mesmos fenómenos que se observariam na doença de um Sócrates observar-se-iam na doença de um simplório» (ibid.: 14 f.). Esta sua afirmação estava, certamente, muito errada, embora a velha brincadeira do estudante médico referida por Colby e McGuire (1981:23), «Que o problema com a psiquiatria é que todos os síndromas psiquiátricos consistem nos mesmos signos e sintomas ...», pareça ser igualmente exagerada. Existem, certamente, certas dificuldades diagnósticas inerentes às similaridades entre a sintomatologia de síndromas funcionais e a dos das doenças orgânicas. Os sintomas marginais ou suplementares da primeira podem, contudo, ser assimilados segundo critérios específicos, tais como são descritos, por exemplo, por Uexkül et al. (1979:461).

Este conjunto de críticas leva-me a considerar um aspecto dos sintomas raramente mencionado na literatura, mas que acho tanto fascinante quanto, certamente para a semiótica, de amplo valor heurístico. Isto tem a ver com «anomalias», um problema que preocupou, num contexto filosófico, especialmente Peirce. Segundo Humphries (1968: cap. 2), um estado de ocorrências naturalmente anómalas é semelhante «a um conjunto de afirmações que são, no presente, supostamente verdadeiras» (ibid.:88); ou, colocando o problema de uma maneira mais directa, «qualquer facto ou estado de coisas que realmente requerem uma explicação pode ser apresentado como necessitando de explicação na base do conhecimento existente» (ibid.:89). O carácter enigmático das anomalias semióticas pode ser bem ilustrado especialmente por exemplos clínicos, onde alguns modelos existentes são capazes de dar conta de uma multidão de factos. A medicina pode, na verdade, ser uma das poucas disciplinas deficientes de uma teoria elaborada, embora existam paradigmas locais, não-lineares, e por isso restritos e demasiadamente simples, como a «teoria das doenças infecciosas».

Como primeira tentativa de um contacto com o problema das anomalias, toma-se a espiroqueta *Treponema pallidum*. Este vírus, na sua fase terciária, pode manifestar-se («causa») como aortite no indivíduo A, neurosífilis parética no indivíduo B, ou não manifestar-se no indivíduo C. Pode-se dizer que este, o paciente com sífilis terciária *assintomática*, é portador da doença sem estar doente. Note-se que uma pessoa pode não somente transportar uma doença sem estar doente, como, de modo contrário, estar doente sem ter uma doença específica e identificável. O que podemos dizer, em casos como este, sobre o nexos implicativo conjugando a «proposição», isto é, o vírus, com as suas consequências, expressas de alguma maneira tangível ou, pelo contrário, misteriosamente encoberta? Estão A, B e C em distribuição complementar, e, se sim, segundo que princípio — a constituição do paciente, ou algum factor extrínseco (geográfico, temporal, social, idade, sexo e assim por diante), ou a coligação das acima mencionadas? Suspeita-se que a influência do contexto pode ser predominante. Isto fica anulado no caso da hipertensão — que não é uma doença, mas um *signo* de desordem cardiovascular (Robert Paine e William Sherman, in MacBryde e Blacklow 1970:272-303) — que é compreendida numa e só numa estrutura restrita: dentro desta interacção paciente/médico, assumindo o auxílio de certos acessórios, tal como um esfigmoscópio. A *semiosis* é, como foi, chamada à existência somente sob as circunstâncias mencionadas; de outro modo, não há sintomas (a hipertensão *assintomática*, *i. e.*, chamada «silenciosa», dura em média 15 anos [ibid.:291]) — não há signos e, portanto, não há um objecto determinado, isto é, diagnosticável.

Um estudo recente revelou que uma variada maioria de pessoas — entre elas cerca de 15 milhões de americanos — com cálculo biliar passam a vida sem problemas palpáveis. A presença destas pequenas pedras de colesterol que se formam numa bolsa que armazena o suco digestivo pode ser claramente vista ao raio X: as sombras são «os signos objectivos», mas a maioria deles nunca causam dor ou outro sintoma: permanecem mudos. Em outras palavras, são diagnosticados somente no decorrer de *checkups* detalhados, assim não requerendo intervenção cirúrgica.

Experiências sensoriais, às vezes, levam a paradoxos semióticos, tal como a seguinte contravenção clássica. Um buraco num dos meus dentes, que me parece gigantesco quando passo a língua nele, é um sintoma subjectivo que posso escolher para falar ao meu dentista. Ele deixa-me observá-lo num espelho e fico surpreso com a abertura — o signo objectivo — trivialmente pequena. A questão é: que interpretação é «verdadeira», a conseguida via modalidade táctil ou a transmitida pela percepção óptica? A imagem sentida e a forma vista não correspondem. Naturalmente o dentista não está preocupado com o tamanho do buraco; ele obtura a cavidade que vê.

É uma experiência bastante comum que o sintoma (por razões essencialmente ligadas ao desenho evolucionário do sistema nervoso do homem) se refira a uma parte diferente do corpo daquela onde o mal está realmente situado. «A dor do problema coronário, por exemplo, é sentida na parte frontal do tórax, nos ombros, braços e por vezes no pescoço e no queixo. Não é sentida onde o coração está — levemente sobre a esquerda» (Miller 1978:22). Tal relatório incorrecto é abiológico, no

sentido em que uma interpretação leiga poderia ser fatal. Um sintoma ainda mais estranho é aquele cuja referência não está abrigada em lugar nenhum, dramaticamente ilustrado por um membro fantasma após amputação. Miller (ibid.: 20) escreve: «O membro fantasma pode parecer mover-se — enrolar os dedos, segurar coisas, ou sentir as suas unhas fantasmas fincarem-se na sua palma fantasma. Com o tempo, o fantasma diminui, mas de maneira peculiar. A parte do braço pode ir-se, deixando um enlouquecedor pedaço de mão agitando-se da borda do ombro real; a mão pode aumentar para engolfar o restante do membro». O que está envolvido aqui é uma instância da dor *subjectiva* — em oposição a *objectiva* —, uma distinção introduzida por Friedrich J. K. Henle, o ilustre anatomista e fisiologista alemão do século XIX, e desde então geralmente perpetuado nas classificações da dor (*e. g.*, Behan 1926: cap. 5). A dor *subjectiva* é descrita como não tendo «causa física para existência», isto é, não há base orgânica para a sua presença (realmente, a respeito de um membro desconjuntado, nem mesmo um órgão): resulta «de impressões abrigadas nos centros da memória, que são chamadas por associações próprias... despertadas» (ibid.: 74f.), o que é dizer que a dor permanece relacionada com uma estrutura de significação dependente da cognição retrospectiva. Dor referida e dor projectada estão intimamente associadas; o segundo termo é atribuído à dor que é sentida como estando presente tanto na parte não sensível (como na ataxia locomotora) como na parte que, como vimos, já não existe, por causa da amputação.

Certos sintomas — dor, náusea, fome, sede e afins — são experiências particulares, alojadas em lugar não identificável, num anexo isolado a que os humanos costumam chamar «o ego». Sintomas como estes tendem a ser significados por meios parafonéticos, como gemidos, ou signos verbais, que podem ou não ser acompanhados por gestos, variando desde o franzir de sobrelhas até contorções. Um problema excessivamente complexo, que aqui somente pode ser mencionado, surge dos diversos sentidos do *ego* e de como se relacionam com a questão da sintomatologia. A definição biológica depende do facto de o sistema imune não responder abertamente ao antígeno de seu próprio *ego*; existem marcadores específicos que modulam o sistema gerando linhas de células antígeno-específico e idiotipo-específico, em resumo, que activam o processo da tolerância do *ego*. Além do *ego* imunológico, há também um «ego semiótico», que já discuti noutro lado (Sebeok 1979:263-267).

Outra categoria diacrítica de sintomas merece pelo menos uma menção passageira. Um linguista poderia ser tentado a chamar a estes sintomas «características negativas» ou sintomas de abstracção; Miller (1978:34) chama-lhes imperfeições ou erros de funcionamento. Pertencem aqui todas as variedades de *asemasia* (Sebeok 1976:57; 1979:58,70) — agnosia, agrafia, alexia, amnésia, amusia, afasia, apraxia, etc., «deficiências» como visão embaciada, dificuldade de audição, entorpecimento, em suma, sintomas que indicam um deficit de um padrão ideal de «normalidade».

Em qualquer discussão sobre sintomas deveria ser notado que mesmo um síndrome, ou constelação de sintomas — digamos, de carácter gastrointestinal (anorexia, indigestão e hemorróidas) — pode não ser acrescentado em nenhum manual classificatório de doenças ou terminologia. Assim, o tratamento resultante pode ser denominado «sintomático», acompanhado pelo conselho suplementar de que o paciente permaneça sob contínua

observação. Em algumas circunstâncias, «o síndrome poderia ser atribuído à etiologia psicológica» (Cheraskin e Ringsdorf 1973:37). O que isto parece significar é que a interpretação de sintomas é frequentemente uma questão envolvendo um espectro de gradações por vezes escassamente perceptíveis, acarretando um número progressivamente multiplicador de ainda outros sintomas (ibid.: 69). Também vale notar que, temporariamente, ou para propósitos proféticos, os sintomas geralmente precedem os signos, o que é dizer que o esclarecimento sistemático da evidência pode ser denominado *prognóstico*.

Ninguém sabe, actualmente, como a actividade neuronal aferente adquire significado, para além de uma forte suspeita de que o que é comumente chamado «o mundo externo», incluindo os objectos e eventos postulados como contidos nele, é a sua estrutura formal (*logos*; ver Sebeok 1979:289, n.6; 1981b:11). Para todos os propósitos práticos, somos ignorantes acerca de como o CNS preserva qualquer estrutura e lhe atribui um sentido, como este processo se relaciona com a percepção em geral e como induz uma resposta. Está implícito neste conjunto de dúvidas um modelo claramente linear: por exemplo, as causas do medo e alegria aumentam a marcha do coração. Este modelo não somente me parece muito simplista; não há mesmo qualquer prova de que exista.

O futuro da sintomatologia dependerá claramente do desenvolvimento de programas usando técnicas de computador (Sebeok 1976:127) derivadas de estudos da inteligência artificial. Estes são planeados para parodiar e complementar, se não mesmo substituir, os processos da semiótica humana, como o julgamento baseado na intuição (em outras palavras, *abdução*; cf. Sebeok 1981b: cap. 2). Tais conselheiros de diagnose já estão em funcionamento, como o programa intitulado CADUCEUS (McKean 1982). No exemplo simplificado na fig. 1 (abaixo), este

	Cirrhosis	Hepatitis	Pneumonia	Nephritis
Fever	1	1	2	0
Parcells in urine	0	1	0	3
Bloody sputum	0	0	3	0
Jaundice	3	3	1	0
	4	5	6	3
	First alternative		Most probable hypothesis	

Fig. 1 — Com a permissão dos Editores de *Discovery*.
Ilustração de George V. Kelvin.

programa «examina um paciente com febre, sangue na urina, catarro com sangue dos pulmões, e icterícia. O programa acrescenta números que mostram como cada sintoma está relacionado com quatro diagnoses possíveis — cirrose do fígado, hepatite, pneumonia e nefrite ... e toma pneumonia como contendor principal. Em segundo lugar vem a hepatite. Mas, porque a hepatite tem um sintoma não partilhado com a pneumonia (sangue na urina), CADUCEUS escolhe cirrose como primeira alternativa. Este processo, chamado seleccionador, dirige a atenção do computador para grupos de doenças relacionadas» (ibid.: 64).

A capacidade de interpretar sintomas tem um significado que transcende o dia-a-dia do médico no tratamento da doença. Como Hipócrates já havia antecipado, o seu sucesso depende do poder psicológico do médico, o qual criticamente depende da sua habilidade em imprimir a sua perícia tanto no paciente como no meio-ambiente comum (a assistência reunida no seu consultório, que pode consistir nos familiares e amigos do paciente, como também os colegas e assistentes do médico), como o Dr. Joseph Bell, da Enfermaria Real de Edimburgo, atingiu tal habilidade com tanto brilhantismo, deixando a sua marca para sempre na história dos detectives, seguindo as pegadas da realização ficcional do Dr. Arthur Conan Doyle, Sherlock Holmes (Sebeok 1981b: cap. 2; ver também Ginzburg 1983). De acordo com recente opinião médica, que, uma vez mais, se alinhou em conformidade com a teoria e prática da semiótica, a preocupação do médico moderno com a diagnose — isto é, a sua tarefa distinta ou esforço central, para *explicar o significado* das condições do paciente — depende, em última análise, do seu papel auto-designado de expositor e interpretador autenticado dos valores da sociedade contemporânea. A doença é assim elevada ao estatuto de uma categoria moral e a classificação dos sintomas tem sido, portanto, mais bem vista como um sistema de taxonomia semiótica — ou, na linguagem da semiótica russa, um «sistema de modelagem secundário».

A afirmação de Lord Horder — «que a coisa mais importante em medicina é a diagnose, a segunda coisa mais importante é a diagnose e a terceira coisa mais importante é a diagnose» (Lawrence 1982) — deve ser verdadeira, porque o conhecimento médico subiu à condição de um meio de controlo social. A sintomatologia passou a ser aquele ramo da semiótica que nos ensina os meios pelos quais os médicos funcionam dentro de seu meio cultural.

Traduzido do inglês *Symptom*, por
NEUZA TASCA.

BIBLIOGRAFIA

- Baer, Eugen.
1982. «The Medical Symptom: Phylogeny and Ontogeny», *American Journal of Semiotics* 1/3:17-34.
A sair. «Symptom (and Syndrome)», in *Encyclopedic Dictionary of Semiotics*, ed. Thomas A. Sebeok, Bloomington: Indiana University Press.
Barthes, Roland.

1972. «Semiologie et médecine», in *Les sciences de la folie*, ed. Roger Bastid, pp. 37-46. Paris: Mouton.
- Behan, Richard J.
1926. *Pain: Its Origin, Conduction, Perception, and Diagnostic Significance*. New York: D. Appleton.
- Bilz, Rudolf.
1940. *Pars Pro Toto*. Leipzig: Georg Thieme.
- Bornet, John.
1930⁴ [1892]. *Early Greek Philosophy*. London: MacMillan.
- Bühler, Karl.
1965² [1934¹]. *Sprachtheorie: Die Darstellungsfunktion der Sprache*. Stuttgart: Gustav Fischer.
- Chadwick, John e William N. Mann.
1950. *The Medical Works of Hippocrates*. Oxford: Blackwell.
- Chamberlain, Ernest N. e Colin Ogilvie, eds.
1974⁹. *Symptoms and Signs in Clinical Medicine*. Bristol: Wright.
- Cheraskin, Emanuel e William Ringsdorf.
1973. *Predictive Medicine: A Study in Strategy*. Mountainview, California: Pacific Press.
- Colby, Kenneth Mark e Michael T. McGuire.
1981. «Signs and Symptoms», *The Sciences* 21/9:21-23.
- De Lacy, Phillip Howard e Estelle Allen De Lacy, eds.
1941. *Philodemus: On Methods of Inference; A Study in Ancient Empiricism*. Philadelphia: American Philological Association.
- Eco, Umberto.
1980. «The Sign Revisited», *Philosophy & Social Criticism* 7:3/4:261-297.
- Elstein, Arthur S., Lee S. Shulman, Sarah A. Sprafka et al.
1978. *Medical Problem Solving: An Analysis of Clinical Reasoning*. Cambridge: Harvard University Press.
- Fabrega, Horacio, Jr.
1974. *Disease and Social Behavior: An Interdisciplinary Perspective*. Cambridge: MIT Press.
- Ginzburg, Carlo.
1983. «Clues: Morelli, Freud and Sherlock Holmes», in *The Sign of Three*, Thomas A. Sebeok e Umberto Eco, eds. Bloomington: Indiana University Press.
- Heidel, William Arthur.
1941. *Hippocratic Medicine: Its Spirit and Method*. New York: Columbia University Press.
- Humphreys, Willard C.
1968. *Anomalies and Scientific Theories*. San Francisco: Freeman, Cooper.
- Jakobson, Roman.
1971. *Selected Writings II: Word and Language*. The Hague: Mouton.
- Kleinpaul, Rudolf.
1972² [1888¹]. *Sprache ohne Worte: Idee einer allgemeinen Wissenschaft der Sprache*. The Hague: Mouton.
- Kuhn, Carolus Gottlob, ed.
1821-1833. *Claudii Galeni Opera omnia*, 22 Vols. Leipzig: Cnobloch. [Nesta edição «standard», é discutida a Semiótica in XIV:689f., 693, e XVIII/B:633. Embora não completa, esta edição é bilingue (grego e latim). Para detalhes bibliográficos sobre os escritos de Galeno, ver Sarton 1954, Cap. IV.]
- Labov, William e David Fanshel.
1977. *Therapeutic Discourse: Psychotherapy as Conversation*. New York: Academic Press.
- Latham, Robert G.
1848. *The Works of Thomas Sydenham, M. D.* London: Sydenham Society.
- Lawrence, Christopher.
1982. «Illnesses and Their Meanings», *Times Literary Supplement*, n.º 4, 148 (Outubro 1).
- Liebman, Ronald, Salvador Minuchin e Lester Baker.
1974a. «An Integrated Program for Anorexia Nervosa», *American Journal of Psychiatry* 131:432-435.
1974b. «The Role of the Family in the Treatment of Anorexia Nervosa», *Journal of the American Academy of Child Psychology* 3:264-274.
- MacBryde, Cyril M. e Blackion, Robert S., eds.

- 1970⁵. *Signs and Symptoms: Applied Pathologic Physiology and Clinical Interpretation*. Philadelphia: J. B. Lippincott.
- Majno, Guido.
1975. *The Healing Hand: Man and Wound in the Ancient World*. Cambridge: Harvard University Press.
- Markus, Robert A.
1957. «St. Augustine on Signs», *Phronesis* 2:60-83.
- McKean, Kevin.
1982. «Diagnosis by Computer», *Discover* 3/9:62-65.
- Miller, Jonathan.
1978. *The Body in Question*. New York: Random House.
- Mounin, Georges.
1981. «Sémiologie médicale et sémiologie linguistique», *Confrontations Psychiatriques* 19:43-58.
- Neuburger, Max.
1906. *Geschichte der Medizin* 1. Stuttgart: Ferdinand Enke.
- Ogden, Charles K. e Ivor A. Richards.
1938⁵ [1923¹]. *The Meaning of Meaning: A Study of the Influence of Language Upon Thought and the Science of Symbolism*. New York, Harcourt, Brace.
- Peirce, Charles S.
1935-66. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, ed. by Charles Hartshorne, Paul Weiss, and Arthur W. Burks. Cambridge: Harvard University Press. [Referências tanto a volumes como a parágrafos (não às páginas) ou a manuscritos inéditos do «Peirce Edition Project» da «Indiana University-Purdue University» em Indianapolis.]
- Phillips, Eustace D.
1973. *Greek Medicine*. London: Thames and Hudson.
- Polunin, Ivan.
1977. «The Body as an Indicator of Health and Disease» in *The Anthropology of the Body*, ed. John Blacking, pp. 85-98. London: Academic Press.
- Prodi, Giorgio.
1981. «Sintomo/diagnosi», *Enciclopedia: Ricerca-Socializzazione* 12:972-992.
- Sarton, George.
1954. *Galen of Pergamon*. Lawrence: University of Kansas Press.
- Sebeok, Thomas A.
1976. *Contributions to the Doctrine of Signs*. Lisse: The Peter de Ridder Press.
1979. *The Sign & Its Masters*. Austin: University of Texas Press.
1981a. *The Play of Musement*. Bloomington: Indiana University Press.
1981b. «Karl Bühler», in *Die Welt als Zeichen. Klassiker der modernen Semiotik*, ed. Martin Krampen, et al. 205-232. Berlin: Severin und Siedler.
- Shands, Harley C.
1970. *Semiotic Approaches to Psychiatry*. The Hague: Mouton.
- Siegel, Rudolph E.
1973. *Galen on Psychology, Psychopathology, and Function and Diseases of the Nervous System: An Analysis of His Doctrines, Observations and Experiments*. Basel: S. Karger.
- Staiano, Kathryn Vance.
1979. «A Semiotic Definition of Illness», *Semiotica* 28:107-125.
1982. «Medical Semiotics: Redefining An Ancient Craft», *Semiotica* 38:319-346.
- Temkin, Oswei.
1973. *Galenism: Rise and Decline of a Medical Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press.
- Thom, René.
1980. «L'espace et les signes», *Semiotica* 29:193-208.
- Uexküll, Thure von.
1982. «Semiotics and Medicine», *Semiotica* 38:205-215.
- Uexküll, Thure von, et al.
1979. *Lehrbuch der Psychosomatischen Medizin*. München: Urban & Schwarzenberg.
- Ullmann, Stephen.
1951. *Principles of Semantics*. Glasgow: Jackson, Son & Company.
- Waugh, Linda R.
1982. «Marked and Unmarked: A Choise Between Unequals in Semiotic Structure», *Semiotica* 38:299-318.

SEMIÓTICA E TEOLOGIA DO PECADO

(Conclusão)

1.2. Modelo teológico

1.2.1. Identificação

O nosso primeiro esboço do sistema axiológico só teve em conta um investimento semântico particular, que está longe de subsumir todo o material que J. Delumeau oferece à nossa reflexão. À medida que vamos examinando a sua obra tão rica, apercebemo-nos de que muitos outros dados temáticos, mais ou menos aparentados, são finalmente tão compatíveis com este modelo como aquele que representámos visualmente com o auxílio do quadrado semiótico. Assim, por exemplo, se adoptarmos o ponto de vista da teologia católica, substituiremos o par **contemptus mundi**/"furo de viver" — que representava até aqui o investimento dos subcontrários — pela oposição tradicional: "graça"/"pecado", de acordo com os ensinamentos da Igreja, a qual recorda, por exemplo, a propósito da acção salvadora de Cristo, que "a graça prevalece sobre o pecado" (p.275). Naturalmente, a transformação do **contemptus mundi** em "graça" é correlativa de uma mudança do ponto de vista, no plano da sintaxe narrativa: num caso (**contemptus mundi**) o acento é posto no destinatário-sujeito; no outro ("graça"), no destinatário-manipulador (cf. infra). Dito isto, que o "pecado" tenha como finalidade os "bens deste mundo", tal como a "graça" está orientada para os "bens do céu" — eis um dado constante dos ensinamentos eclesiásticos, de que J. Delumeau propõe mil ilustrações e ao qual teremos de regressar mais adiante, a propósito do pecado original.

Se passarmos agora da interpretação teológica ao discurso social, encontraremos, por exemplo, entre s_1 e s_2 uma oposição absolutamente comparável, à excepção, no entanto, de que os conteúdos semânticos diferem um pouco dos aqui apresentados anteriormente. Na posição s_1 — onde tínhamos inscrito os "bens do céu" — corresponderá aqui o tema da "idade de ouro" que foi a maior parte das vezes vivido e apresentado como um antídoto de um "presente" sombrio" (p. 138).

"O sonho da idade de ouro tomou múltiplas formas. A maior parte delas rejeitaram este tempo abençoado num passado não datado, misturando o paraíso terrestre da Bíblia e o das **Metamorfoses** de Ovídio, imaginando uma época de paz onde não houvesse na terra nem medo, nem mal, nem infelicidade" (p.138).

Em s_1 tomarão assim lugar as "Utopias" e os "Pays de Cocagne" (p. 141), bem como o célebre mito da Fonte da Juventude, segundo o qual a "água miraculosa" permite recontrar a "juventude e a saúde": "o tempo é abolido e, com ele, a velhice e a morte" (p.140). Em todos estes "paraísos",

"a alimentação é abundante e gratuita e (...) não há necessidade de trabalhar para viver. Além disso, de acordo com a maior parte das versões que nos restam, neles passa-se o tempo em festas contínuas e faz-se amor sem preocupações com a moralidade" (p.141).

Neste sentido, poder-se-ia quase dizer que o termo s_1 , sempre eufórico, teve por vezes tendência a descristianizar-se, sendo os "bens do Céu" difíceis de descrever — conforme sublinham J. Delumeau e M. Vovelle — de outro modo que não numa imagética demasiado terrestre.

Aos sonhos de optimismo, que têm lugar em s_1 , opõe-se então, em s_2 , não mais os "bens deste mundo" (que reenviam para o ponto de vista "paganizante"), mas o "presente sombrio" (p.138) e, mais precisamente, as "desgraças" sociais da época que serão lidas cristãmente como consequência do "pecado" (no final do percurso $s_1 - \bar{s}_1 - s_2$):

"...com as desgraças da segunda metade do século XIV — carências, pestes, guerra dos Cem Anos, lutas civis e revoltas diversas, Grande Cisma e avanço turco — deixa-se o domínio do banal e do geral. Os que viram estas desgraças abater-se sobre a cristandade tiveram a impressão de ter entrado num tempo de calamidades inéditas, explicáveis somente pelos excessos de uma humanidade e de uma Igreja horrivelmente pecadoras" (p.130).

Com estas "desgraças", estarão igualmente ligados ao termo s_2 a "loucura" e o "mundo às avessas" (p.146), outros dados que o discurso da Igreja interpretará também, cada vez mais, como outras tantas manifestações do pecado. Deste modo, a introdução do livro de Giacomo Affinati, **Le monde renversé sens dessus dessous** (início do século XVII) precisa:

"A intenção do autor é a de mostrar claramente que o pecado introduziu no mundo uma tal confusão, que podemos justamente dizer que nele tudo caminha ao contrário" (citado p.146).

Da mesma forma, é ainda ao pecado que seguidamente se recorrerá para explicar a loucura:

"A Igreja, no início dos tempos modernos, travou, portanto, um combate cada vez mais vigoroso contra a loucura colectiva e pública. Este combate só foi parcialmente coroado de êxito. Mas, na época em que se iniciou o encarceramento dos loucos, ele é revelador de um diagnóstico peremptório: a loucura é igual ao pecado" (p.145).

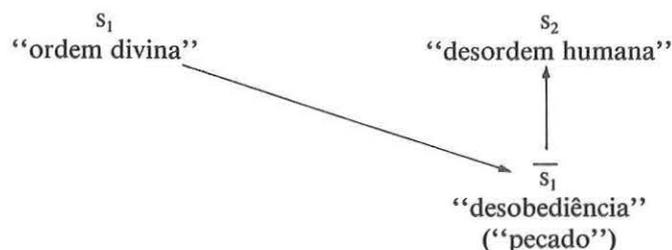
J. Delumeau encerrará então este importante dossier sobre os temas da loucura e do mundo às avessas, reconhecendo que:

"a cultura humanista e clerical (...) extrapolou e dramatizou as situações

de loucura e de inversão; ela distinguiu nelas o pecado” (p.151). Acrescentemos enfim, no mesmo sentido, que o “monstruoso” — nome dado, como diz o autor, a uma vasta proliferação de calamidades ao longo do período histórico estudado — é, ele também, associável ao mundo às avessas e, daí, ao pecado:

“O pecado do homem estendeu-se à Natureza que, com a permissão de Deus e para a instrução dos pecadores, parece tomada de uma “estranha loucura”. Ela deixa-se arrastar em “mil operações contrárias umas das outras ou dissemelhantes”. A diversidade perverteu-se nela em “misturas” absurdas: a porca “pare” um porco com cara de homem e eis um peixe com cabeça de leão que chora como um ser humano. Estas monstruosidades são outras tantas ilustrações do pecado” (p.152-153).

Podemos agora reagrupar estes poucos dados relativos ao “presente sombrio”, às “desgraças”, à “loucura”, ao “mundo às avessas” e mesmo ao “monstruoso”, sob a etiqueta bastante ampla da “desordem” (p.214) humana que bastará então opôr à “ordem divina” (p.274)..



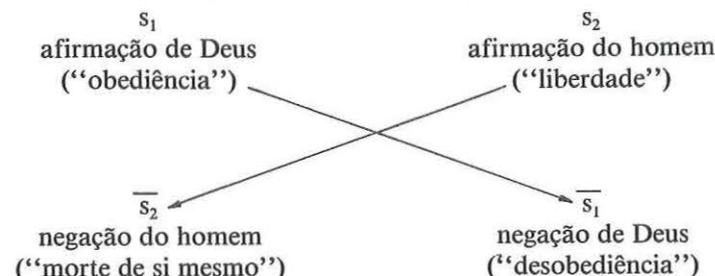
Precisemos aqui que se, nas nossas ilustrações anteriores, a “desordem humana” deve ser entendida num sentido colectivo, ela comporta também manifestações individuais: tal é o caso, por exemplo da “melancolia”, minuciosamente descrita (p.189-208) por J. Delumeau, que também ela se explica pelo pecado, como sendo uma desordem simultâneamente somática e espiritual. Quanto ao investimento de \bar{s}_1 , ele impõe-se por si mesmo relativamente, por exemplo, a este único chamamento do autor:

“No Antigo Testamento, o pecado de Adão é apresentado como uma desobediência voluntária do homem a um preceito divino” (p.212).

Esta estrutura elementar, que opõe à “ordem divina” () a “desordem” humana (s_2), é, para nós, um convite — devido à sua formulação mesma — a abandonar aqui o ponto de vista dos valores ou dos objectos que havíamos até agora escolhido na nossa apresentação da axiologia, para adoptar o das relações intersubjectivas. Desta forma continuaremos fiéis ao discurso do historiógrafo quando este começa a expôr, em termos intersubjectivos, a “teologia do pecado” (p.211).

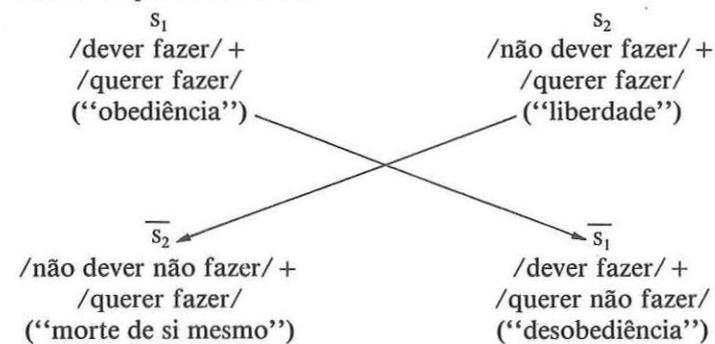
“... o cristianismo, na sequência do Judaísmo, fez do pecado uma oposição da vontade do homem à de um Deus pessoal — oposição que não se manifesta somente por actos exteriores mas também por pensamentos e sentimentos” (p.212).

Sabendo que o pecado é definido essencialmente como “desobediência” (p.212, 276 e *passim*) e que o que conduz o homem à “obediência” (em s_1) — passando (em s_2) pela “liberdade” que, como é bem sublinhado (p.213) encontra-se ligado ao “pecado” — é a “morte de si mesmo” (em \bar{s}_2 : esta expressão é tomada, pelo nosso autor, de Ph. Ariès), sugerimos aqui organizar as relações “pessoais” (p.212) entre Deus e o homem segundo uma oposição do tipo afirmação de Deus vs afirmação do homem:



Este novo quadrado necessita de duas observações complementares, uma relativa à definição sintáctica possível dos termos manifestados, a outra à homolação eventual dos conteúdos semânticos que nele estão investidos com outros mais ou menos comparáveis.

Consideradas numa perspectiva semiótica, a “obediência” e a “desobediência” podem ser parcialmente descritas em termos de estruturas modais: tratar-se-ia neste caso, segundo parece, do ponto de vista do sujeito do fazer, da copresença em si de duas modalidades: a do/dever fazer/ e do /querer fazer/. Se a “obediência” parece corresponder perfeitamente à compatibilidade do /dever fazer/ e do /querer fazer/, pelo contrário, a “desobediência” ou o “pecado” pressupõem a confrontação de um /dever fazer/ e de um /querer não fazer/.

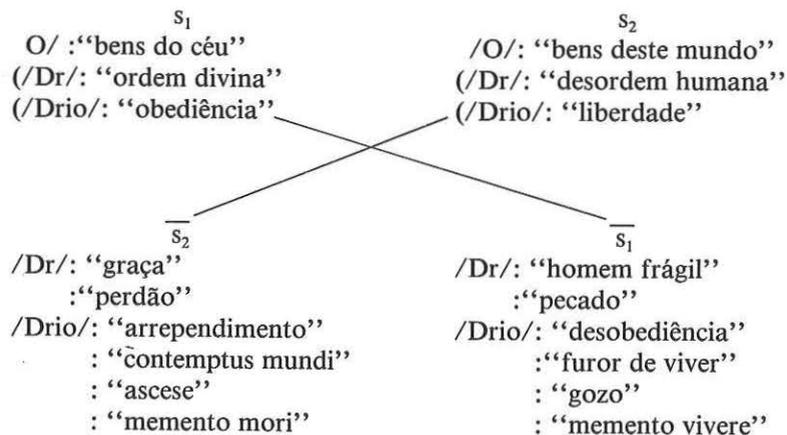


De acordo com esta distribuição, a “liberdade” estaria representada em s_2 por um /querer fazer/ associado a um /não dever fazer/, ao passo que a associação de um /não dever não fazer/ e de um /querer fazer/ parece conforme à “mortificação”, à “ascese” (já inscritos em \bar{s}_2) e, de uma maneira mais geral, a algo que, numa outra terminologia, se poderia chamar “alienação”.

No prolongamento desta última observação — e será esta a nossa segunda constatação — verificaremos que todas as articulações semânticas, apresentadas até este momento sob a forma de quadrados, são completamente homologáveis umas às outras. Se, ao passar de um quadrado ao outro, a formulação retida para manifestar cada um dos quatro termos mudar, dando assim conta do ponto de vista adoptado (por exemplo, o dos objectos ou dos sujeitos), as relações semânticas profundas — que lhes são subjacentes — permanecem, quanto a elas, constantes: de onde se justifica, como que a **posteriori**, a coerência do material posto à nossa disposição pelo historiógrafo das mentalidades.

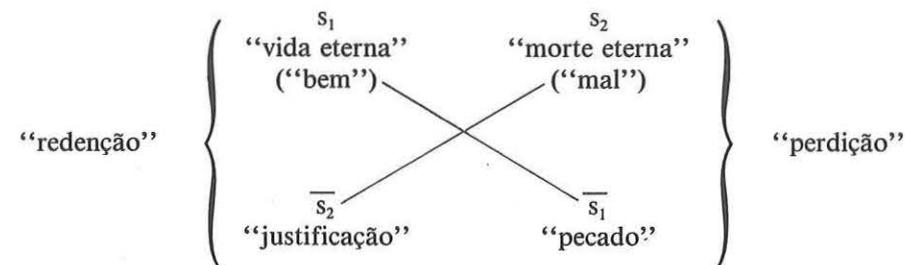
Na distribuição recapitulativa subsequente, que visa homologar os dados anteriores extraídos com o apoio de uma diferenciação sintáctica, verificaremos antes de mais que se, em s_1 , os “bens do céu” têm a ver com o/objecto/ (=O) da busca empreendida pelo cristão, a “ordem divina” e a “obediência”, que lhes estão associados, são relativos, quanto a eles, à categoria do/sujeito/: eles representam, na ocorrência, quer o ponto de vista do /destinador/ (=Dr) manipulador e judicador (no caso da “ordem divina”), quer o do destinatário-sujeito/ (=Drio) com a “obediência”; da mesma forma, em s_1 , tudo o que é dito do “homem frágil” (p.163-208) e do “pecado” será colocado na boca do /destinador/, enquanto a “desobediência”, o “furor de viver”, o “gozo” ou o **memento vivere** se referem evidentemente ao /destinatário-sujeito/.

Paralelamente, no outro esquema semiótico (s_2-s_2), se os “bens deste mundo” — colocados em s_2 e considerados, na perspectiva cristã, como “anti-valores” (p.22) — representam, para o pecador, o /objecto/ da sua busca, os outros dados, recenseados nesta mesma posição, têm a ver ora com o /destinador/ (“desordem humana”), ora com o /destinatário-sujeito/ (“liberdade”); finalmente, em s_2 , o ponto de vista do /destinador/ exprime-se pela “graça” ou pelo “perdão” (p.290; cf. infra) e o do /destinatário-sujeito/ pelo “arrepentimento”, pelo **contemptus mundi**, pela “ascese”, pelo **memento mori**, etc.



Constatamos desta forma que as diferentes manifestações de um modelo comum subjacente se desdobram relativamente às possibilidades da sintaxe narrativa de superfície que, sabe-se, acciona precisamente as duas relações essenciais: sujeito vs objecto, destinador vs destinatário. A partir daí, poder-se-ia facilmente determinar os diversos tipos de programas narrativos possíveis que subtendem o material de J. Delumeau, tomando ao menos como ponto de partida o jogo dos dois /objectos/, aos quais o /sujeito/ e o /anti-sujeito/ se encontram conjuntos ou disjuntos: recorrendo então à teoria das modalidades, apenas evocada acima, a descrição das formas narrativas refinar-se-ia cada vez mais para, progressivamente, encontrar, até ao detalhe, o conjunto de todos os dados que nos apresenta o historiógrafo.

Deixando aqui de lado este tipo de exploração semiótica — já que é outro o nosso propósito —, e para nos mantermos na perspectiva globalizante que caracteriza este nosso estudo, gostaríamos de resumir o nosso modelo recapitulativo numa fórmula aligeirada, respeitosa, todavia, na medida do possível, do levantamento realizado. Colocando-nos aqui unicamente sob o ponto de vista cristão — que adopta o nosso autor, por método e por convicção (p.10) — propomos o que, de agora em diante, chamaremos, para maior facilidade, “modelo teológico”:



As denominações escolhidas são, evidentemente, arbitrárias, não podendo praticamente recobrir, ao mesmo tempo, os diferentes pontos de vista anteriormente evocados. Por um lado, ao referirmo-nos à semiótica ética, somos tentados a recorrer à oposição clássica “bem”/“mal”, que não nos afastaria demasiado do material examinado: com efeito, o historiógrafo recorda-nos que ao longo do período estudado, o “Bem” e o “Mal” são muitas vezes apresentados, no domínio das artes (escultura, pintura) em particular, em combates alegóricos que os personificam (p.214), o que nos permitiria então considerá-los praticamente como isotópicos aos dois outros termos (“justificação” e “pecado”) que, quanto a eles, pressupõem, talvez mais explicitamente, um sujeito de fazer. De facto, optamos finalmente por um outro par — “vida eterna” (p.150 e **assim**) vs “morte eterna” (p.212, 276, 522 e **passim**) — que, mesmo estando ligado às duas categorias do /sujeito/ e do /objecto/, é mais representativo do discurso teológico, bem como das suas numerosas referências bíblicas (Jn 3/14-16,35; 4/14; 17/2-3, etc.) retomadas ao longo dos séculos: para informação do semioticista,

assinalamos somente que o qualitativo “eterno” deve ser interpretado menos em termos de temporalidade do que de qualidade: assim, a “vida eterna” começa, para o cristão, já “neste mundo”, definindo-se essencialmente como conjunção com Deus:

“Tal como Moisés educou a serpente no deserto, é necessário que também o Filho do homem seja educado, para que todo aquele que crê tenha, em si, a vida eterna. De facto, Deus amou tanto o mundo que lhe ofereceu o seu único Filho, para que todo o homem que nele acredite não morra, mas tenha a vida eterna” (Jn 3/14-16).

Quanto à oposição, ao nível dos subcontrários, entre “justificação” e “pecado” ela está, sabemos-lo, no centro do discurso teológico (em particular no da Reforma e do Concílio de Trento), como também na obra de J. Delumeau (p.213). Relembremos neste momento, para quem o tenha esquecido, que, se a “justificação” é obra divina (manifestando o “perdão”, a “graça”: cf. infra), ela exige contudo do homem uma certa cooperação, como a que vimos acima, denominada “arrepentimento” ou a “ascese”: para todos os cristãos, a justificação através de Deus só se aplica ao homem se este tiver fé, ou seja, a modalidade do /querer/; assinale-se, em contrapartida, que católicos e protestantes se separam, por exemplo, quanto à modalidade do /poder fazer/: se os primeiros acreditam que o-homem, antes mesmo da atribuição da “graça”, é dotado de um certo /poder fazer/, por menor que ele seja, os segundos, pelo contrário, reconhecem-no como modalizado negativamente, de acordo, portanto, com um /não poder fazer/, sustentando então que “desde a recusa de Adão e de Eva, todos os nossos actos são maus (a menos que Deus se apodere de nós)” (p.558). É por ter em conta o ponto de vista dos Reformistas, e também o dos católicos, que optamos pelo par “justificação” vs “pecado”, e não pela oposição corrente em moral: “merito” vs “culpabilidade”.

No nosso modelo teológico propomos enfim denominar as duas deixis por termos teológicos, também els tradicionais — “redenção” (p.275 e *passim*) para $s_1 + \overline{s_2}$, e “perdão” (p.276,315 e *passim*) para $s_2 + \overline{s_1}$ — cada um recobrando, pelo menos, o processo e a sua consequência.

1.2.2. Ilustrações

Por via de homologação, o nosso modelo teológico permite esclarecer um pouco o grande debate sobre o pecado original, a propósito do qual o autor sublinha que ele

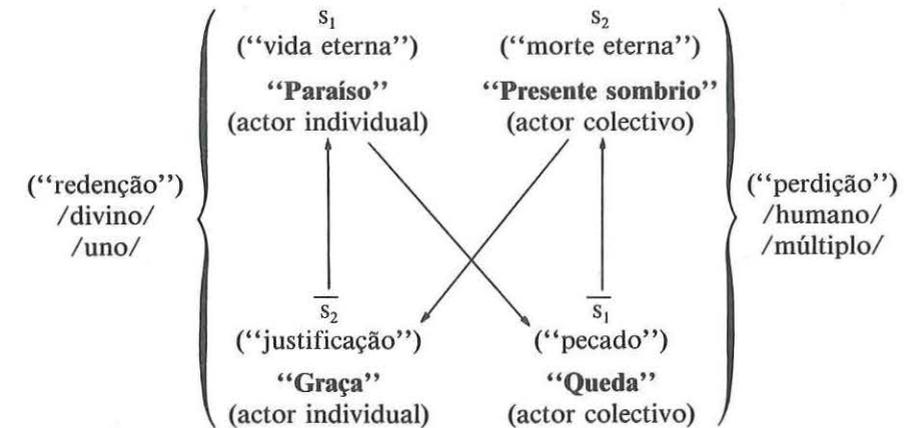
“se tornou então uma das principais preocupações da civilização ocidental e que ele diz respeito finalmente a toda a gente, desde os teólogos até aos mais modestos camponeses” (p.277)

Dadas as indicações acumuladas sob a forma enumerativa por J. Delumeau, colocaremos em s_1 (na ordem da “vida eterna” ou do “bem”) tudo o que tem a ver com o “paraíso terrestre” (p.284-285), a “idade do ouro” (p.286-288), as “Utopias” e “Pays de Cocagne” (p.141, 287).

Situaremos, então, em $\overline{s_1}$ a “narrativa da queda” (p.287), da “transgressão”, da “desobediência de Adão” (p.276), que é muitas vezes objecto de representações iconográficas nos séculos XV-XVII (p.278). Do ponto de vista actorial, notemos imediatamente que se Adão, no paraíso, é colocado sob o signo do /individual/ (em s_1), o seu “pecado” (em $\overline{s_1}$) é dado, pelo contrário, como sendo de natureza /colectiva/:

“no momento do seu pecado, Adão formava um só homem com a sua posteridade” (p.276).

Esta tese é constantemente reafirmada desde os Doutores da Igreja e ao longo do período estudado pelo nosso autor.



Se o esquema semiótico $s_1\overline{s_1}$ está ligado, temporalmente falando, ao /antes/, o outro ($s_2\overline{s_2}$) está-o ao /depois/. Compreende-se assim que se venha inscrever em s_2 o “presente sombrio” (p.138) —, subsumindo tanto as “desgraças do tempo” (p.108-116) como os fenómenos de “violência” (p.117-123), por exemplo — com o recurso, também aqui, a um actor /colectivo/ designado por “humanidade” (p.276). Inversamente, tudo o que é da ordem da “graça” (p.213,275 e *passim*) — a ser colocada, como já se disse em $\overline{s_2}$ — releva desse outro actor /individual/ que é, na terminologia pauliniana, o “último Adão” (1 Cor. 15/45), ou seja, o Cristo: “a proclamação da salvação por um redentor” (p.281), é o que é absolutamente conforme à doutrina de S. Paulo, evocada explicitamente pelo autor (p.275):

“Se pelo erro de um só a multidão sofreu a morte, com muito mais razão a graça de Deus, graça concedida a um único homem, Jesus Cristo, espalhou-se com abundância pela multidão” (Rm. 5/15).

Nesse sentido o autor pode acrescentar:

“Pela sua morte salvadora, Jesus foi o primeiro a passar da condição carnal à condição espiritual (Rm. 8;32). Venceu simultaneamente a morte e o pecado, abrindo assim, à humanidade, o caminho da salvação” (p.213).

Semioticamente falando, vê-se que a deixis positiva (“Paráiso” + “Graça”) é consagrada ao /divino/, “Adão”, no seu primeiro estado de

“inocência”, tendo sido “criado à imagem de Deus”; pelo contrário, a deixis negativa (“Presente sombrio” + “Queda”) está ligada ao /humano/. É precisamente esta oposição — totalmente independente, neste caso, das outras — que J. Delumeau sublinha, quando ele realça a tentação constante de “fazer recair sobre o homem toda a responsabilidade do mal e da infelicidade que afligem a terra” (p.282), de “ilibar (Deus) imputando a culpa a Adão” (p.282).

Estando em conexão, como vimos, com a deixis positiva, o /individual/ está, portanto, ligado ao /divino/, à “vida eterna”, à “justificação”, por oposição ao /colectivo/ que, inscrito na deixis negativa, está associado ao /humano/, à “morte eterna”, ao “pecado”. Sublinhemos, a este respeito, que a célebre oposição do “um” e do “múltiplo” — introduzida no cristianismo, em particular sob a influência do neoplatonismo (Plotino), e colocada em epígrafe, alguns séculos mais tarde, pelos místicos renou-flamengos do século XIV (Tauler, Suso, Ruysbroeck e, principalmente, Mestre Eckhart) que parece desinteressar um pouco o nosso autor — encontra muito naturalmente o seu lugar no nosso modelo teológico. O que confirma, à sua maneira, a seguinte passagem do livro de J. Delumeau, já citada no início e à qual somos aqui reconduzidos:

“As oposições termo a termo permitem definir a doutrina do **contemptus mundi** porque ela era dominada pelo conflito entre tempo e eternidade, multiplicidade e unidade, exterioridade e interioridade, vaidade e verdade, terra e céu, corpo e alma, prazer e virtude, carne e espírito” (p.19).

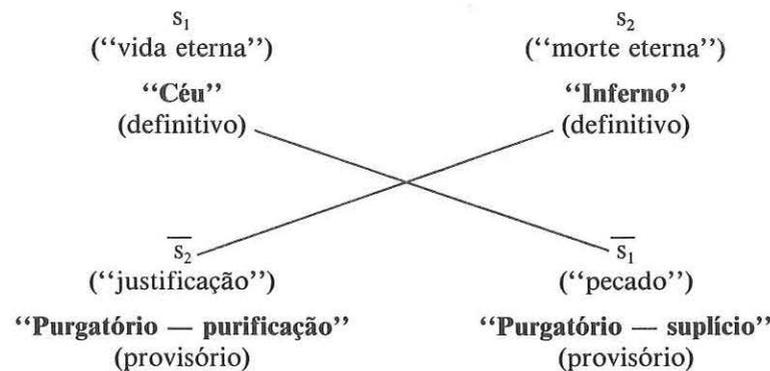
Uma outra ilustração entre muitas outras possíveis, do nosso modelo teológico diz respeito à espacialização da sanção no “além”. Em s_1 colocaremos, dessa forma, o “céu” (relevando da “vida eterna”) e, em s_2 , o “inferno”, como forma da “morte eterna” (p.416-426), pertencendo os dois à ordem do /definitivo/ por oposição aos subcontrários caracterizados pelo /provisório/. Se os Reformistas se contentaram com esta oposição de base, os católicos, por seu lado, procuraram identificar um terceiro lugar, o “purgatório” — do qual o Concílio de Trento fará, em 1563, um artigo de fé — que dá lugar a uma interpretação ambígua:

“O discurso sobre os sofrimentos do purgatório oscilou entre duas tendências: uma procurava minimizar, a outra dramatizar os castigos provisórios do além” (p.427)

Por um lado, como afirma J. Delumeau na sequência de A. Graf e de J. le Goff, produziu-se uma “infernalização” do purgatório, e a sua posição, do ponto de vista semiótico, é então em \bar{s}_1 , na deixis negativa: o purgatório — “suplício” (p.434) corresponderá a um “inferno provisório” (p.430), lugar de “punição” (p.433) e de “expição” (id.), “de execução dos julgamentos de Deus, que com eles se vingam dos homens culpados” (ibid); notar-se-á aqui que a “invenção” relativamente recente do purgatório não deixa, evidentemente, de estar ligada com a crença nos “duplos” ou nas “almas penadas”, que já fizemos figurar precisamente em \bar{s}_1 (supra: 1.1.2). Por outro lado, ao contrário, mas muito mais raramente ao longo do período histórico tido em conta, manifestou-se “uma concepção consoladora do purgatório” (p.429):

ver-se-á então nela um lugar de “purificação” (p.429,430,433), orientado não mais para o “inferno” mas para o “céu”, para o qual ele prepara: o purgatório — “purificação”, ao qual poderíamos ligar talvez os “limbos”, que são dele uma forma enfraquecida, tem, portanto, lugar em \bar{s}_2 , porque ele é simultaneamente negação de s_2 e abertura sobre s_1 . Como diz claramente o nosso autor:

“(O purgatório) constituía, portanto, — ao menos em teoria — uma limitação do inferno. Ele abria o caminho do paraíso” (p.427)



O facto do “purgatório” passar assim de um subcontrário ao outro não poderia semioticamente surpreender: sublinhámos já, mais acima, que uma outra figura — a da “morte” — tinha, também ela, uma significação ambígua, capaz que ela era de ter lugar tanto em \bar{s}_1 como em \bar{s}_2 , conforme os contextos que a explorassem.

De forma conclusiva, reconheceremos que o modelo teológico proposto é bastante potente, senão demasiado; que ele é capaz de organizar cabalmente — ao seu nível profundo — a maior parte dos dados apresentados pelo historiógrafo das mentalidades, e mesmo outros que não figuram no seu livro: desta forma poderíamos situar em \bar{s}_2 tanto a “imaculada concepção” da virgem Maria — que convocará então, positivamente, em s_1 , a sua “assunção” — como a “comunhão dos santos” (sendo semanticamente a passagem de s_2 a \bar{s}_2 correlacionada com a transformação do /múltiplo/ em /uno/) e a “remissão dos pecados” que introduz o Símbolo dos Apóstolos; e é, evidentemente, em s_1 que viriam inscrever-se, por exemplo, os dois outros últimos artigos deste mesmo credo: a “ressureição da carne” e a “vida eterna”. É verdade que, para a constituição deste modelo, tivemos em conta todos as precisões apresentados por J. Delumeau, incluindo as que ele próprio recolhe dos séculos anteriores (do Novo Testamento à Idade Média, passando pela doutrina dos Doutores da Igreja, nomeadamente de Sto. Agostinho). Por isso a nossa estruturação não se liga evidentemente só ao período dos séculos XIII — XVIII, visado em primeiro lugar pelo autor: ela deverá ser capaz de recobrir o universo conceptual do cristianismo, das origens aos nossos dias, pelo menos no que diz respeito ao Ocidente (não sendo talvez a teologia das igrejas orientais passível desta mesma esquematização); aliás, é esta a razão

que nos levou a qualificar este modelo de “teológico”, situando-o, por assim dizer, à margem das transformações históricas.

Neste ponto da nossa reflexão, verificaremos somente que o período examinado por J. Delumeau parece insistir mais (cf. o capítulo consagrado à “quantificação”: p.536, 547) — no plano das manifestações discursivas (verbais ou visuais) — sobre a deixis negativa (“morte eterna” + “pecado”): de onde a colocação em epígrafe do percurso $s_1 - \bar{s}_1 - s_2$, segundo o qual o abandono da “vida eterna” só pode acarretar a “morte eterna”, a “desgraça”, etc. Inversamente, vemos, por exemplo, que o Concílio do Vaticano II, bem próximo de nós, desenvolveu uma temática que se inscreve na deixis positiva (“vida eterna” + “justificação”), situando essencialmente as suas intervenções no percurso $s_2 - \bar{s}_2 - s_1$: de facto, ele não pode esquecer por isso, como logicamente presupostos, a “morte eterna” e o “pecado”.

O que talvez seja também característico dos séculos estudados por J. Delumeau ou por M. Vovelle, é, sem dúvida, menos a escolha dos temas que a sua figurativização, como verificámos de passagem, por exemplo, com todos os desenvolvimentos figurativos consagrados à “morte”, ao “macabro” ao “monstruoso”, etc.: todos os dados que relevam, semioticamente falando, de um outro nível de análise e que só assinalamos aqui para lembrança. Notemos a este propósito que M. Vovelle — devido à escolha do seu objecto (a “morte”) — presta mais atenção aos dados figurativos: a partir das variações verificadas a este nível, ele consegue desvendar as diferentes “sensibilidades” colectivas correspondentes e mostrar a sua articulação sintagmática no quadro da “longa duração” examinada.

2. DISCURSO DA /SANÇÃO/

2.1. Os objectos da /sanção/

Colocada antes como “natural” (p.46, 50, 402 e *passim*), a “morte” torna-se, no discurso da Igreja, “a consequência merecida dos pecados (...) da nossa vida” (p.402). Uma das ideias que subtende todo o macabro, tal como ela nos é apresentada por J. Delumeau, é a de que “a corrupção do cadáver é uma punição” (p.56), a “decomposição do corpo” uma “consequência do pecado” (p.105). Donde, tanto na predicação como na iconografia, uma forte insistência na apresentação “hedionda” (p.50) da morte, à qual, não faltando ilustrações, o autor consagra numerosas páginas ao longo da sua obra. Transcrevamos aqui uma única passagem que, resumindo a posição do macabro, vai de encontro ao nosso modelo axiológico (supra: 1.1.) e que liga à acção que é o “pecado” a sanção correspondente que é a “morte”:

“O sermão macabro — textos e imagens — estava na lógica de uma cristianização que queria fazer aceitar a ética dos mosteiros a camadas cada vez mais vastas da população e se encontrava, ao mesmo tempo, confrontada com um aumento da riqueza e do “furor de viver”, ao menos aos níveis superiores da sociedade (...). Daí a insistência da Igreja na *cupiditas*, tanto nos manuais de confissão, como nas danças macabras. Os inumeráveis

chamamentos do *memento mori* reenviam, forçosamente, os “fiéis” a um apetite de gozo, a um forte amor da vida, a que a Igreja, em vão, tenta pôr cobro. Tratava-se, mais amplamente para esta, de dar uma moral sólida a uma sociedade que não fazia coincidir ética e religião. Como prova, entre muitas outras, temos o fresco de Pinzolo que comporta uma dança macabra na parte superior e, na inferior, uma figuração dos pecados capitais” (p.108).

Na obra de J. Delumeau, uma importância considerável é assim atribuída à “morte” como figura da sanção imposta por Deus. Isto não poderia ser surpreendente na medida em que, contrariamente ao discurso humanista que relacionaria antes a “morte” com o “gozo” (em \bar{s}_1), a teologia cristã — visando a conversão do “pecador” — quer fazer dela a passagem obrigatória (em \bar{s}_2) entre a “morte eterna” ou o “mal” e a “vida eterna” ou o “bem”. Esboça-se assim aqui toda uma narrativização da morte, susceptível de atrair a atenção, quer do semioticista, quer do historiador: um extenso parágrafo (p.64-77) consagrado à “morte conversora”, leva-nos a restituir de novo esta figura previligiada neste modelo bastante geral que a semiótica designa por “esquema narrativo canónico”.

Oriunda das investigações de V. Propp e dos seus sucessores no domínio da análise das narrativas, uma primeira formulação do esquema narrativo canónico foi há tempos proposta por A.J. Greimas, que distinguia sucessivamente: a prova qualificadora, a prova principal (ou decisiva) e a prova glorificadora; estando uma tal articulação fundada na relação de pressuposição unilateral, funcionando, por assim dizer, “à rebours”: a glorificação do herói pressupõe a prova decisiva (na qual o sujeito encontra o objecto da sua busca), e esta, por seu lado, só é possível graças a um sucesso prévio da prova qualificadora (sendo a competência a condição *sine qua non* da performance). No quadro de uma pesquisa mais vasta e mais sistemática, a semiótica foi conduzida a dar ao esquema narrativo uma nova articulação que, mesmo sendo parcialmente homologável à precedente, demonstrou ser mais generalizante, quanto mais não seja porque ela já não estava ligada somente — como no caso das três provas — ao ponto de vista do herói. De acordo com esta nova formulação — que pode pôr em jogo, entre outras, as duas relações sujeito /objecto e destinador/ destinatário, evocadas precedentemente — o esquema narrativo canónico, que subtende fundamentalmente toda a narrativa (tal como o demonstrou a semiótica), articula-se segundo estas três componentes que são a /manipulação/, a /acção/ e a /sanção/.

À primeira vista, e de acordo com alguns dados avançados pelo historiógrafo, pareceria que a “morte” releva mais da /acção/ e, mais precisamente, daquilo a que em semiótica se chama /performance/ (segundo a qual, lembremos, os papéis sintáticos de sujeito de fazer e de sujeito de estado beneficiário são assumidos por um único e mesmo actor). Aqui se esclareceriam, por exemplo, as seguintes considerações extraídas de uma obra do laico espanhol Alejo Venegas (*Agonia del tránsito de la muerte*, “publicada em 1537 e reeditada pelo menos cinco vezes antes de 1575” p.70):

“Depois de ter afirmado que a vida do Cristão é um “longo martírio que

tem fim com a morte”, o autor aconselha uma preparação anterior para uma “passagem tão terrível e perigosa”. Relembra, em seguida, que “agonia” significa “luta”, não só porque o composto instável que é o corpo liberta então os seus constituintes antagonistas, mas sobretudo porque a partir desse momento o homem trava a maior batalha de toda a sua vida — batalha “espiritual” levada a cabo com tal “ansiedade” e “angústia” que “todas as aflições passadas em vida são mais fáceis de suportar do que esta passagem em si mesma. Segue-se depois uma espantosa análise da tática demoníaca no momento em que o paciente já não se encontra defendido pelos seus cinco sentidos. É neste momento que o doente se encontra mais exposto” (p.70)

De acordo com a estruturação polémica de todas as narrativas — reconhecida há muito pela semiótica — temos, para esta “luta”, dois percursos narrativos inversos possíveis, entre os quais o “paciente” deve escolher, e que reconhecemos serem facilmente identificáveis, por exemplo, aos do herói e do traidor no conto popular. O “Cristão”, dotado da competência necessária (cf. mais abaixo), realiza esta performance que é a “boa morte” (p.69), sendo então sancionado positivamente pela atribuição do “céu”; pelo contrário, o “pecador” modalizado negativamente (do ponto de vista cristão), efectua uma performance semanticamente inversa — a da “morte terrível” (p.72) — que lhe vale o “inferno”. É o que sublinha bem o nosso autor, quando ele precisa que a pastoral católica, no seu conjunto,

“porá cada vez mais o acento sobre dois cenários opostos: a morte terrível do pecador e a serena e exemplar do bom cristão (...). O pecador (...), acometido simultaneamente por dores físicas e pela angústia da sorte que o espera, encontra-se na incapacidade de reagir no bom sentido. Os demónios apoderam-se dele, as suas ligações terrestres impedem-no de se arrepender. Ele sabe-se já condenado ao inferno (...).

Inversamente a agonia do Cristão fiel pode tornar-se num espectáculo digno de contemplação, num modelo edificante (...): a agonia não é mais temida mas desejada, na medida em que ela é a via para a felicidade eterna” (p.72).

Se encararmos assim a “morte” como uma /performance/ — cuja contrapartida seria a “fidelidade” (ou, para o pecador, a “não-fidelidade”) — poderemos então esperar encontrar uma /competência/ correspondente. É portanto aqui que naturalmente tomarão lugar as “Preparações para a morte” — tão numerosas e tão conhecidas durante todo o período histórico estudado — particularmente com a célebre *Ars moriendi*, “esse best-seller, verdadeira cristalização da morte cristã, nomeadamente sob forma iconográfica” (p.67):

“A *Ars moriendi* — que pretendia ser “técnica” ou “método” para a boa morte — é antes de mais um texto conhecido em duas versões. A versão longa comporta seis sequências: recomendações para bem morrer, tentações próprias da agonia, perguntas a fazer ao moribundo, orações que este deve dizer, conduta da assistência e orações aconselhadas a esta (...). Se a *Ars moriendi* foi um choque, isto deveu-se nomeadamente às onze gravuras que ilustram a versão curta; elas apresentavam, a volta do leito do moribundo, as

cinco tentações (de infidelidade, de desespero, de impaciência, de glória vã e de cupidez) repelidas graças a cinco inspirações angélicas” (p.67-68).

Vê-se então o historiógrafo proceder ao inventário minucioso de tudo o que se relaciona, semioticamente falando, com a modalidade do /poder/ (-vencer a sua morte), podendo este elemento da competência tomar figurativamente a forma de adjuvantes individuais ou colectivos:

“Compreendemos desde já a importância atribuída por tantas “Preparações para a morte” à escolha de um amigo que acompanhará o moribundo com os seus sábios conselhos e as suas exortações piedosas, o papel crescente que em breve será dado ao viático como elemento determinante de segurança na aproximação do passamento e, finalmente, a multiplicação, no século XVI, das confrarias que se propunham quer orar pelos agonizantes, quer amparar os condenados à morte” (p.71).

Se ela é assim susceptível de estar ligada ao segmento /acção/ do esquema narrativo canónico, a “morte” estará de facto ligada, a maior parte das vezes — e passa-se então de um discurso mais teológico a uma predicação ameaçadora, com fins pedagógicos —, ao episódio narrativo da /sanção/, acarretando correlativamente esta mudança de posição uma certa modificação na sua significação. Se, em qualquer caso, a “morte” tem o estatuto de prova (articulado pela semiótica de acordo com as seguintes componentes que se pressupõem “à rebours”: confrontação, dominação e atribuição), ela é considerada, a maior parte do tempo, não como prova decisiva, mas como prova glorificadora, aquela mesma que corresponde positivamente à “glorificação” do herói e, negativamente, à “confusão” do traidor. Nesta perspectiva, a “morte” torna-se parte integrante da /sanção/ no “além”, quer esta se refira ao “céu”, quer ao “inferno”: não será acaso neste sentido, e somente neste sentido, que o nosso autor pode opor como já vimos, a “boa morte” (p.69) à “morte terrível do pecador” (p.72) ? É manifesto, com efeito, que a “boa morte” e o “céu” recompensam a “ascese”, o esforço de *conversio ad Deum* operado pelo “Cristão fiel” (p.72), ao passo que a “morte terrível” e o “inferno” castigam o pecador por se ter abandonado ao “gozo” dos “bens deste mundo”, pela sua *conversio ad creaturam*. Por onde se explica também esta crença, progressivamente difundida, segundo a qual não poderia haver um verdadeiro arrependimento *in extremis*: no final da vida, a /sanção/ — que, sob as duas formas eufórica e disfórica, inclui a morte como parte integrante — é correlativa do comportamento geral do homem “nesta terra”, da /acção/ que ele realizou quer ao entrar na deixis positiva (“redenção”), quer ao escolher a deixis negativa (“perdição”).

“Quando a morte chegar, não haverá mais tempo de nos prepararmos para ela, ensina Bridaine. Da mesma forma Deus recusa deixar-se comover por arrependimentos tardios. Com este último elemento do cenário culmina o drama da morte do pecador, que já não é mais forçosamente descrito como um último combate onde tudo pode ser ainda salvo. Na época clássica, muitos sermões tiveram tendência para se afastar neste ponto das *Artes moriendi* medievais e para ocultar a intervenção *in extremis* de Cristo, da Virgem e dos

Santos, adoptando uma outra concepção da vida e da morte. Morre-se como se viveu” (p.412).

A sanção realizada reenvia evidentemente para um contrato prévio, proposto pelo /destinador/ antes mesmo de começar, por assim dizer, o percurso narrativo do /destinatário-sujeito/. Associando ao valor positivo “céu” o percurso do “Cristão” ($s_2-s_2-s_1$) e, ao objectivo negativo “inferno”, o itinerário do “pecador” ($s_1-s_1-s_2$), o /destinador/ efectua já, como se vê, uma verdadeira operação de manipulação, que restringe do mesmo modo a liberdade do /destinatário-sujeito/. O mandar-fazer, que caracteriza a manipulação, não incide directamente — tal como a semiótica o diz — sobre a acção do /destinatário-sujeito/ (que executará o programa decidido), mas antes sobre a sua competência modal, colocando-o desta forma numa posição tal que ele não possa deixar de realizar a acção que lhe é proposta.

No material que J. Delumeau nos apresenta, observa-se que, por exemplo, o /destinador/ manipulador — na ocorrência, a Igreja — procura exercer um fazer persuasivo sobre os “fiéis” (p.108), dotando-os simultaneamente de um /querer-fazer/ (a procura do “céu”) e de um /querer não fazer/ (o evitamento de “inferno”). A manipulação reveste assim, entre outras formas semioticamente previstas, as da /tentação/ (incidindo num objecto positivo) e da /intimidação/ (pondo em jogo um objecto negativo), que se indetificam respectivamente com a “sedução” e com o “medo” de que fala o nosso autor.

“A pastoral do medo foi, pois, incontestavelmente acompanhada por uma “pastoral da sanção”. Mas não estariam os fiéis mais marcados pelo medo do que pela esperança, sendo o primeiro apresentado frequentemente (...) com cores mais tocantes do que a segunda?” (p.384).

O facto do acento ter sido colocado, nesta época dita da modernidade, sobre a /intimidação/, é o que testemunham vários dados históricos. Se, por exemplo, é verdade que:

“a afirmação da ressurreição acompanhou, de várias maneiras, os horrores macabros” (p.106), não deixa de ser menos verdadeiro que

“este optimismo final não aparece quase nunca na literatura consagrada ao **contemptus mundi**, invadida pelo pessimismo, e que insiste mais sobre a decomposição da carne do que sobre o seu renascimento eterno” (p.105).

Daí advém a prática, bastante corrente nos pregadores, até ao século XVII, que consistia em subir para o púlpito com uma caveira (p.374 e **passim**) ou em reunir os fiéis nos cemitérios e a exortá-los “ao lado de um túmulo aberto” (p.380). E o nosso autor extrapola:

“São numerosos os testemunhos que provam que os pregadores (...) utilizavam voluntariamente uma pastoral do medo com vista a melhor converter os pecadores” (p.372)

Relegando assim para um segundo plano a /tentação/ — que propunha um objecto de valor positivo: “a felicidade eterna” (p.72) — a predicação apoiava-se, a maior parte das vezes, sobre a /intimidação/, lembrando o perigo da “condenação” (p.318).

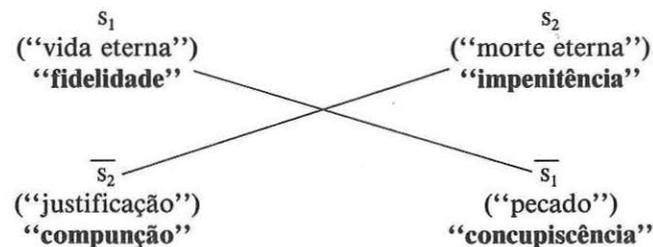
Retenhamos neste momento, e entre outros, o seguinte episódio significativo:

“Certo dia, S. Bernardino de Siena declara aos habitantes de Perúsia que no sermão seguinte lhes mostraria o diabo em carne e osso. Todos acorreram para testemunhar o facto que se anunciava sensacional. No decorrer do sermão, Bernardino recorda efectivamente a sua promessa e põe-se a gritar com voz terrível: “Quereis ver o diabo? Olhai uns para os outros. Porque vós mesmos sois verdadeiros diabos” e logo se debruça sobre os vícios dos seus ouvintes” (p.372).

Reteremos desta passagem a alusão aos “vícios” (p.39 e **passim**) que convocam, naturalmente, o seu contrário, as “virtudes” (p.213, 220, 225 etc.). Se é certo que os “vícios” e as “virtudes” representam, do ponto de vista cristão, respectivamente a /competência/ do “pecador” e do “cristão fiel”, vemos que a denúncia de uns (“vícios”) e a proclamação das outras (“virtudes”) estão em condições de entrar no jogo da manipulação.

Do ponto de vista semiótico, sabemos que o /destinador-manipulador/ investe quer no objecto que o /destinatário-sujeito/ procura (“felicidade eterna”) ou do qual ele foge (“condenação”), quer sobre a capacidade mesma do manipulado para o bom cumprimento da acção que lhe foi proposta: veremos, por exemplo, neste último caso, o /destinador/ julgar a competência do sujeito quer positivamente, reconhecendo-lhe “virtudes” — seria a manipulação através da /sedução/ (“tendes tudo para vencer”) —, quer negativamente, denunciando os seus “vícios” — o que poderia conduzir mesmo à /provocação/ (“sereis então incapazes de realizar isto?”). Globalmente, parece que estas duas últimas possibilidades de /mandar-fazer/ não são quase nunca exploradas — com excepção de alguns casos no material que nos submete J. Delumeau. Para dizer a verdade, não nos surpreende que a pregação e, num sentido mais vasto, a doutrina da Igreja não ponham quase nunca em jogo a capacidade dos “fiéis”, se nos lembrarmos de que a obra de “redenção” é confiada a Deus — tal como foi sublinhado mais acima, a propósito do investimento do termo \bar{s}_2 — seja na sua totalidade (ponto de vista dos Reformistas), seja pelo menos na sua maior parte (como pensam os Católicos).

Se passarmos agora da /manipulação/ à /sanção/ concedida pelo /destinador/ e se considerarmos esta como um juízo sobre a conformidade do comportamento do /destinatário-sujeito/ relativamente ao modelo teológico, reconheceremos então uma oposição entre a “fidelidade” (p.72) e a “impenitência” (p.408) e, ao nível dos subcontrários, entre a “compunção” (p.220) que serve de fundamento às diferentes “virtudes” — e a “concupiscência” (p.276-277), reconhecida como sendo a base dos “vícios”.



2.2. Os sujeitos da /sanção/

2.2.1. As acções do /destinador judicador/

Dando maior importância ao que é a deixis negativa (“Morte eterna” + “Pecado”) do nosso modelo teológico, J. Delumeau sublinha propositadamente a condição infeliz daquele que se afasta de Deus (em s_1), para se abandonar ao “gozo” (\bar{s}_1):

“A ideia central que explica todas as descrições da morte do pecador é a de que o seu passamento é doloroso, sobretudo devido aos sofrimentos morais que avassalam o moribundo” (p.406).

“...a morte do pecador (...) é horrível porque ele faz o moribundo antever o destino trágico que o espera no além” (p.407).

O autor refere-se então a uma obra do Padre Antoine Yvan, do Oratório, muito familiar aos pregadores da época, **Trompette du ciel qui esveille les pêcheurs et les excite à se convertir** (1661), em que uma sequência quase contínua de doze capítulos é consagrada à morte trágica do pecador:

- ”capt. 21 : O pecador obstinado morre amargurado pelas maldições da sua vida.
- capt. 22 : Convulsões terríveis do pecador que morre na impenitência.
- capt. 23 : Medo e agitação do pecador à hora da morte.
- capt. 25 : Os pecadores renitentes morrem numa tristeza terrível.
- capt. 27 : Abatimento do pecador à hora da morte.
- capt. 28 : O pecador impenitente morre desesperado.
- capt. 29 : Consternação do pecador que morre sem fazer penitência.
- capt. 30 : Medo e horror do pecador diante de Jesus Cristo, seu juiz.
- capt. 31 : O pecador impenitente não terá asilo nem perdão quando fôr julgado.
- capt. 32 : O pecador impenitente é terrivelmente atormentado à hora da morte pela recordação dos seus pecados.
- capt. 33 : A presença de Jesus Cristo na hora da morte é intolerável aos pecadores impenitentes.
- capt. 34 : As chagas de Jesus Cristo, que encorajam os pecadores à penitência durante a sua vida, condenarão à hora da morte os que foram impenitentes” (p.407-408)

Este quadro de conjunto — que confirma bem, aliás, uma profusão de ilustrações comparáveis, na obra de J. Delumeau — coloca o problema do juízo divino, fazendo parte a morte do pecador, como já se disse, da /sanção/ concedida. Com efeito, convém interrogar aqui o estatuto deste “Deus terrível, mais juiz que pai” (p.331). Uma primeira resposta, bastante global, é-nos dada pelo autor, quando ele escreve, no seu capítulo consagrado a “Um Deus terrível com olhos de lince” (p.447-469):

“Um Deus infinitamente bom que apesar disso castiga terrivelmente, tal é a imagem do Todo-Poderoso que a pregação católica propôs sem cessar aos

fiéis, até ao século XVIII inclusivé. Esta imagem (...) era conforme à que prevalecia para a própria elite religiosa. É, portanto, seguir uma falsa pista querer distinguir duas linguagens eclesásticas fundamentalmente diferentes: uma, consoladora e à disposição dos devotos, a outra, ameaçadora, para uso das massas. Na realidade, consolação e ameaça coexistiram em cada um dos dois tipos de discurso” (p.447).

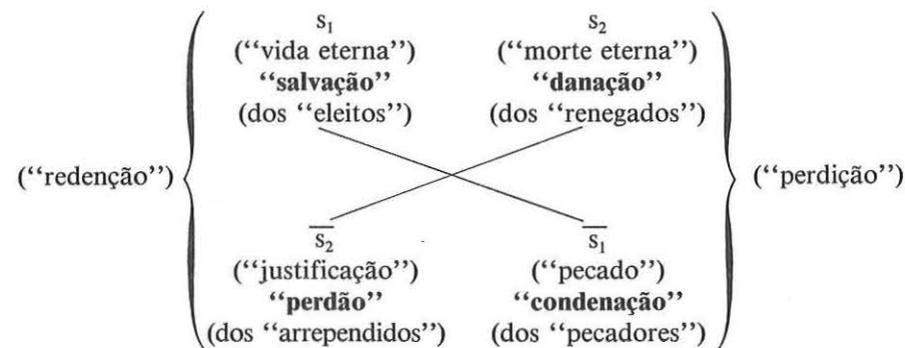
Neste sentido, J. Delumeau relevará uma oposição recorrente entre, por um lado, o “perdão” (p.290) ou a “misericórdia” (p.330,452) de Deus, e, por outro, a sua “justiça” (p.330):

“Todos os textos que acabamos de ler e que desfazem a piedade de Deus no momento da nossa morte, deixam transparecer uma tese importante, outrora correntemente ensinada aos fiéis: a saber, a misericórdia divina não impede a sua justiça” (p.458),

ou, equivalentemente, entre a “graça” e a “vingança” (p.328-330; 447, 455, 470 e *passim*), como bem testemunha a citação de um célebre texto de Sto. Agostinho, extraído da **Cidade de Deus**:

“O género humano divide-se da seguinte forma: nalguns está patente o poder da graça misericordiosa, noutros uma justa vingança. Uma e outra nunca poderiam revelar-se em todos os seres já que, se todos sofressem as penas de uma justa condenação, em ninguém se revelaria a graça misericordiosa; por outro lado, se todos fossem transferidos das trevas para a luz, em ninguém se revelaria a realidade da vingança. Esta inclui muitos mais homens do que aquela, para que, dessa maneira, seja mostrado o que era a todos devido” (citado, p.317).

Tendo em conta o nosso modelo teológico (lembrado entre-parentesis), inscreveremos esta oposição no esquema semiótico $s_2-\bar{s}_2$, denominando-a, do ponto de vista da acção divina, “danação” (p.318) — que corresponde ao exercício da “vingança” sobre os “renegados” (p.316,318, etc.) — vs “perdão” (p.10, 290 etc.) — que manifesta bem a “misericórdia de Deus para com o homem”



Ao nível dos subcontrários, parece-nos oportuno opor então ao “perdão” a “condenação”, figurando já este último termo em S. Paulo (Rm. 5/16),

“A finalidade do apóstolo dos Gentios é sobretudo a de mostrar que a graça o afasta da falta e de que o Cristo redentor retira a “condenação”

concedida contra a humanidade” (p.275),

tendo sido depois retomado por Santo Agostinho (na breve passagem que acima transcrevemos da **Cidade de Deus**) e pela totalidade do discurso cristão (cf. p.330, 408 *et passim*). No que diz respeito ao termo s_1 , identificá-lo-emos com a “salvação” (p.315, 321 etc.) operada por Deus em proveito dos “resgatados” (p.318), dos “eleitos” (p.315, 317, 318 e *passim*; cf. também o **leitmotiv** do **pauci sunt electi**: p.315-321) ou, mais restritivamente, dos “predestinados” (p.601-623).

Eis, portanto, as quatro acções possíveis do “Todo-Poderoso” — salvar, amaldiçoar, perdoar, condenar —, que constituem sistema e que naturalmente são homologáveis ao nosso modelo teológico (paradoxalmente formulado talvez com uma preponderância do ponto de vista do homem). Dito isto, verificaremos que, se a época da modernidade insiste muito mais sobre a deixis negativa (cf. o extenso capítulo sobre a “perdição”: p.315-338), a Igreja do século XX investirá, ao contrário, como nota J. Delumeau, na deixis positiva (a “redenção”: p. 213, 337, 453, etc.):

“Numa pequena antologia de devoção, impressa em 1730 e destinada aos estudantes do colégio oratoriano de Angers, recomenda-se aos alunos que orem a Deus, tremendo “como o infeliz acusado quando se expõe aos olhares do juiz”. O espírito desta recomendação é, evidentemente, oposto ao da encíclica de João Paulo II com o título significativo, **Deus rico em mesericórdia**, em que o Papa afirma nomeadamente: “Deste modo, a mesericórdia se situa, num certo sentido, como contrária à justiça divina e revela-se em numerosos casos, não só mais poderosa, mas ainda mais fundamental do que esta (...)” As frases de João Paulo II constituem uma verdadeira ruptura com a longa e pesada tradição “agostiniana” (p.330).

2.2.2. As posições do /destinatário-sujeito/

De acordo com o modelo teológico e, mais particularmente, com as observações feitas aquando da nossa análise global do pecado original (supra: 1.2.2.), admitir-se-á que o /destinatário-sujeito/ — o “homem” — está sempre relacionado, no ponto de partida, com a deixis negativa (“Morte eterna” + “Pecado”), por oposição ao /destinador/, ao /divino/ que, como notámos, impera sobre a deixis positiva (“Vida eterna” + “Justificação”). Criado inicialmente à imagem de Deus (em s_1), o homem é chamado — para além da “queda” (\bar{s}_1) e da “morte eterna” (s_2) — a converter-se (\bar{s}_2) para, desse modo, reencontrar a sua posição inicial (em s_1). O itinerário normal e previsível é assim: s_1 - \bar{s}_1 - s_2 - \bar{s}_2 - s_1 , itinerário que permanece sempre subjacente, quer se fale do homem como sendo “um grande pecador” (p.211), quer como um “resgatado” (p.318), cristalizando estas denominações, por assim dizer, posições sintagmáticas particulares no quadro do percurso global.

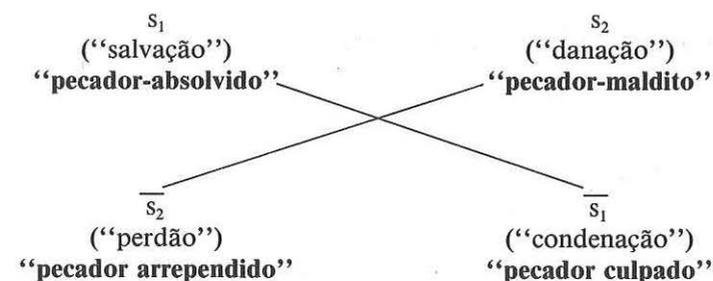
Para evitar qualquer ambiguidade com o nosso exame precedente das acções do /destinador julgador/ — que tinha em vista o discurso cristão sobre os “últimos momentos” — deter-nos-emos antes, para falar do /destinatário-sujeito/julgado, no que é uma forma restrita — e todavia isomórfica — do

juízo, ou seja a “confissão” (à qual o nosso autor consagra uma parte considerável do seu livro).

Fazendo alusão à confissão anual tornada obrigatória, no Ocidente, para cada cristão, pelo IV Concílio de Latrão (1215), J. Delumeau escreve:

“Bourdalué é alguém que vai ao fundo das coisas, e bem viu que a Igreja Católica propunha, pelo menos uma vez por ano, um “exercício heróico” aos seus milhões de fiéis, em função do “modelo” constituído pela confissão do juízo final” (p.523).

É muito fácil manifestar o paralelismo do “juízo final” e da “confissão”; de qualquer forma, notar-se-á que a homologação das duas distribuições só é possível através de um certo deslocamento, porque ao ponto de vista do /destinador julgador/ (relembrado entre parêntesis), substituímos aqui o do /destinatário-sujeito/.



A salvação divina, em s_1 , corresponde aqui à “absolvição” (p.221, 225, etc.), ao passo que o termo \bar{s}_1 identificar-se-á à “culpabilidade” (p.276). A posição s_2 será a do “pecador maldito”, e a \bar{s}_2 , seu contraditório, é a do “pecador arrependido” (p.221). De acordo com a doutrina eclesíastica, o percurso previsto é o que vai de s_2 a s_1 passando por \bar{s}_2 . Mas, tal como lembra o nosso autor, há uma certa dificuldade em fazer parar definitivamente o percurso em s_1 : é todo o tema da “recaída” (termo que nos reenvia directamente para a história exemplar de Adão: cf. supra 1.2.2.) que se articula, sintacticamente, como um percurso mais vasto: s_2 - \bar{s}_2 - s_1 - \bar{s}_1 - s_2 . J. Delumeau nota o seguinte, ao abordar os tópicos da pastoral:

“A “recaída” era um dos temas traumatizantes. Quem não torna a cair nos mesmos pecados? Mas Godeau ameaçava “com a última cólera de Deus os pecadores que recaem sempre nos seus pecados” e o bispo insistia sobre a sua “ingratidão detestável”, a sua “insolência enraivecida” e a sua “execrável perfídia”. “Se somos tão ingratos ao ponto de retornar ao pecado, depois de ter recebido o perdão, não há mais Hóstia que nos livre do pecado”. Lógico consigo mesmo, Godeau guerreava contra os padres que concediam a absolvição com demasiada facilidade. Ainda mais violento que Godeau, o oratoriano Bourée qualificava-os como “lobos carniceiros”, acusando-os de fazer “uma cruel carnificina de almas”, por que o seu desleixo conduzia à perdição” (p.520-521).

O “pecador arrependido” (\bar{s}_2) é outro tema bastante frequente; ele dá lugar a duas interpretações possíveis que esclarecem, aliás, todo o conjunto do

nosso modelo penitencial. Uma primeira leitura, de carácter mais ou menos jurídico, refere-se à “expição” (p.219, 334 etc.), à “reparação” (p.217, 334, etc.) e, naturalmente, liga-se com a problemática da “dívida”, do “crédito” (p.217, 227, 321, 334, 335, etc.), do “prestar contas geral diante do grande justiceiro” (p.449; 330, etc.); e segunda, de natureza mais “psicológica” (p.220), toma a forma do “pesar”, da “contricção” (id.); todos elementos que ocupam, evidentemente, a posição s_2 .

Conforme lembra J. Delumeau: “Até meados do século XII, a confissão não é senão um dos meios para a remissão dos pecados conjuntamente com a oração, a esmola e os jejuns” (p.219).

Desta forma, ao “pecado” (em s_1) devia — por assim dizer — responder uma “reparação” (em s_2) apresentada como mais ou menos equivalente. É isso mesmo que testemunha, por exemplo, o antigo “processo penitencial” (p.218):

“Os pecadores, durante o período de expiação, eram relegados para um nível inferior, na igreja. A reconciliação era proclamada diante da assembleia reunida que rezava, chorava e gemia pelos penitentes. Ainda que reconciliados, estes permaneciam até ao fim das suas vidas sob o fardo das interdições: proibições de ter uma vida matrimonial normal, de se casar ou tornar a casar, de ocupar cargos públicos” (p.219).

A partir dos séculos IV e V, com a expansão do monaquismo, a confissão perde pouco a pouco o seu carácter público: a “confissão privada” (p.219), que aparece então, funciona apesar de tudo sobre a mesma oposição: falta vs reparação: Neste caso, com efeito,

“o perdão (...) só é obtido quando as tarefas penitenciais (mortificações diversas, esmolas, etc.) forem cumpridas” (p.219).

Este novo sistema, o da “penitência tarifada”, impor-se-à do século VI ao XII: os confessores, recorrendo então aos célebres **Penitenciais**,

“aplicam princípio **contraria contrariis** e impõem o jejum ao guloso, o trabalho ao preguiçoso, a continência ao luxurioso” (p.219).

É a este tipo de penitência que deve se relacionar o que, num outro capítulo (“Mal estar religioso”), o autor chama de “dolorismo” (p.339-350). Com efeito, se neste antigo modo de confissão a penitência — a título de /sanção/ — segue a /acção/, ela pode estar, no plano mais superficial da sua temporalização, anteposta e não mais posposta. Neste caso, a “reparação” precederá cronologicamente o “pecado”, de acordo com esta ideia, então corrente, segundo a qual “quanto mais se sofre nesta vida, menos se tem a pagar na outra” (p.342). Constata-se assim que, “nos séculos XVI — XVII (...) as proezas ascéticas custeiam a crónica (p.342); é o tempo das grandes “mortificações” (p.344), dos “súplicios voluntários” (p.348):

“As vítimas voluntárias, para quem a dor era a via real da salvação, faziam-se golpear na cabeça ou no ventre com paus, pedras, cadeias de ferro ou com pesados in-fólios. Algumas sujeitavam-se a um começo de esquartejamento, outras faziam-se esmagar “por uma máquina imaginada para essa finalidade”. A apoteose, na verdade excepcional, consistia na crucifixão e por vezes com pregos verdadeiros” (p.344).

A penitência — como “reparação” do “pecado” —, quer ela seja anteposta (no “dolorismo”) ou posposta (na “confissão”), inscreve-se sempre num sistema de troca de objectos negativos: à acção faltosa do /destinatário-sujeito/ responde a imposição, pelo /destinador julgador/, de uma “punição” (ou /sanção negativa/) julgada mais ou menos equivalente: a um /fazer/ corresponde assim um outro /fazer/ que é suposto reestabelecer o equilíbrio.

Este estado de coisas é completamente diferente, quando, a partir do século XII, a confissão reveste um carácter mais “psicológico” (p.220). O /fazer/ pecaminoso será compensado, já não através de outra acção, como acontecia anteriormente, mas antes através de algo que releva, semioticamente falando, do /ser/. Ao par “pecado” / “expição” será substituído, sempre ao nível dos subcontrários do modelo penitencial, a oposição “culpabilidade” (p.276) vs “arrependimento” (p.220).

Para evitar a “danação” (em s_2), o pecador é, doravante, convidado a “arrepender-se” (em s_2) do percurso que efectuou. Se partirmos aqui da definição do “arrependimento” como “estado de consciência doloroso causado pela perda de um bem” (**Petit Robert**), devemos logo observar que ele pressupõe uma espécie de retorno atrás, de carácter cognitivo, de que uma forma, institucionalizada pela Igreja, é a do “exame de consciência” (ao qual o nosso autor consagra um extenso capítulo: p.212-235). O recurso à “introspecção” (p.222, 227, 351, etc.), que caracteriza o exame de consciência, poderá mesmo exacerbar-se ao ponto de provocar esta “doença do escrúpulo” (p.350-358) surgida no século XIV — desconhecida dos cristãos do Oriente (p.351), como lembra E. Mounier — que se “desenvolveu na Igreja latina através da confissão anual e obrigatória das faltas específicas, ordenadas segundo rubricas” (p.351), e que, dos séculos XVI a XVIII, senão mais além, dará lugar a numerosos tratados de casuística, que visavam acalmar a “inquietação escrupulosa” (p.351).

“Exames de consciência esgotantes com a redacção da lista dos pecados, a busca de uma contricção cada vez mais forte, retornos incessantes ao confessor, e mesmo a peregrinação de “tribunal em tribunal” (da penitência): tantos trâmites mil vezes evocados nas obras destinadas a “ajudar” e a “apaziguar” essas almas inquietas, muitas vezes “insuportáveis” para os outros e, nomeadamente, para os confessores” (p.354).

O exame de consciência”, colocado em s_2 , terá cada vez mais importância tanto mais que ele, aliás, accionará esta trave mestra — na teologia e prática católicas — que é a célebre oposição “pecado mortal” vs “pecado venial” (p.215-218), cuja linha de demarcação nunca pode ser precisada com segurança, variando os parâmetros de apreciação de acordo com os moralistas e os confessores. Relembremos somente que, por exemplo, a noção de “circunstâncias atenuantes” (p.289), que se imporá depois progressivamente, foi rejeitada em primeiro lugar por Sto. Agostinho, depois por S. Bernardo e mais tarde por Lutero.

O exame de consciência, levando os penitentes a “esclarecer o móbil e as

circunstâncias e, portanto, a avaliar a gravidade da falta” (p.223), tem um carácter indefinido. De onde o recurso frequentemente à **confessio generalis** (p.226,257): ver-se-á assim pulular um número elevado de “Manuais de Confissão” que, devido à “mania escolástica da subdivisão” (p.225), propõem um catálogo impressionante de todos os pecados possíveis, a tal ponto que o exame de consciência “nunca poderá ser (...) suficientemente minucioso” (p.266). Nestas obras,

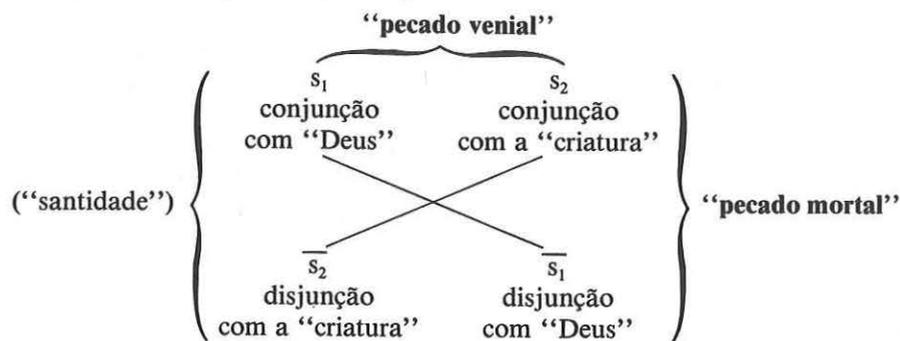
“O exame de consciência é conduzido por referência aos sete pecados capitais, aos dez mandamentos, aos cinco sentidos e, por vezes, aos doze artigos do **Credo**. Além disso outros “Manuais” acrescentam ainda outros parâmetros: as oito beatitudes, as seis ou sete obras corporais de misericórdia, as quatro virtudes cardeais, as três virtudes teologais, etc. Desta forma, à medida que as obras se multiplicam, a reflexão penitencial aumenta a sua busca das circunstâncias — muitas vezes agravantes — do pecado e multiplica os pontos de vista a ter em conta para encarar a falta” (p.225).

Para a pastoral católica, este exame de consciência, cada vez mais detalhado, só tem finalmente como objectivo discernir, libertar unicamente aquilo que constitui, de acordo com as prescrições do IV Concílio de Latrão, o que é objecto de “declaração” na confissão. Ao contrário dos Reformistas e dos Orientais — que se satisfazem com a definição do “pecado” como **aversio a Deo e conversio ad creaturam** (supra: 1.1.1.) — o catolicismo ocidental quis, com efeito, proceder a uma nova articulação, semioticamente previsível, se se tiver em conta as possibilidades do nosso “quadrado”.

Retomemos agora o nosso dispositivo formal com um novo investimento semântico, completamente homologável, por exemplo, ao nosso primeiro esboço do sistema axiológico, que se apoia sobre uma oposição fundamental: “Deus” e a “criatura” (p.218), tradicional na terminologia cristã. Bastará então proceder ao engendramento dos termos complexos. De acordo com a doutrina da Igreja, o “pecado mortal” é simultaneamente disjunção com Deus (**aversio a Deo**) e conjunção com a criatura (**conversio ad creaturam**); pelo contrário, o amor da “criatura” associado à conjunção com “Deus” parece definir bem o “pecado venial”:

“Os pecados veniais (...) não retiram a vida da alma, que permanece unida a Deus. Ama-se nela a criatura, não contra Deus, mas fora dele” (p.218).

Daí advém a seguinte distribuição:



O “arrependimento — e será este um segundo elemento da sua definição — não consiste só em ter em conta aquilo que se passou (na ocorrência, o percurso do pecador), mas também num estado de consciência “doloroso”. É precisamente esta “dor” — definível, no quadro da semiótica das paixões, em termos de modalização do /ser/, a partir da categoria fundamental euforia / disforia — que, historicamente, parece dever substituir-se à antiga “expição” e constituir, assim, a contrapartida do “pecado”, a sua “punição”:

“Nos séculos X — XI, surgem as primeiras orações **pro petitione lacrimarum** (lágrimas de arrependimento) que encontram uma doutrina e uma prática nos monges do Oriente. No século XII, o monge de Cluny, Pierre de Celle (+ 1183), que foi bispo de Chartres, dirá que as lágrimas são o pão da alma arrependida: elas apagam o fogo das paixões, abafam os vícios, afastam o pecado, enternecem o coração, alimentam os bons propósitos, fecundam as virtudes, atraem a misericórdia e o bem querer de Deus. Passar-se-á em breve da contricção inquietante à confissão frequente. Mas não se deixará mais, durante séculos, de falar da “compunção” (o conhecimento de si próprio como pecador), e é agora lançada a ideia, contra a penitência tarifada, de que a humilhação e a vergonha inerentes à confissão constituem por elas próprias a expiação propriamente dita (p.220).

Por provocar “vergonha” e “humilhação”, a “confissão”, a título de expiação, toma então uma importância crescente. Aliás, a pastoral católica insistiu de tal forma sobre esse elemento do rito penitencial que o exame de consciência, que lhe é precedente, pode ele próprio transformar-se, em último caso, numa ocasião de pecado:

“Cuidado com as confissões incompletas por negligência do exame!” (p.524). É precisamente aqui que vêm inscrever-se as famosas “confissões sacrílegas” (p.227, 517-535), definidas precisamente pela confissão “incompleta” (p.524) das faltas graves:

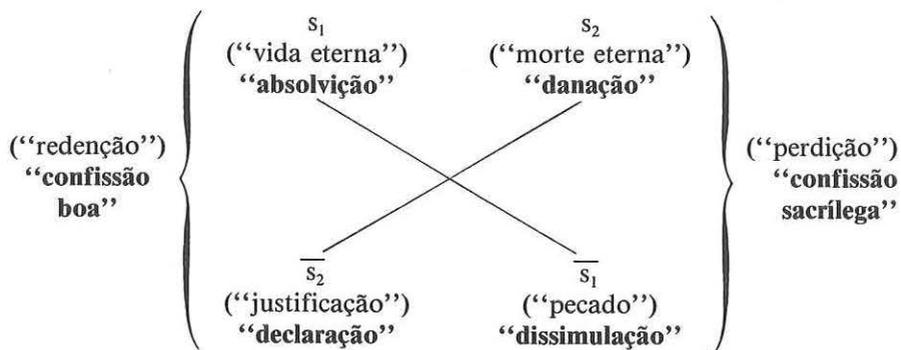
“Eis-nos chegados ao cerne do drama histórico da confissão em terra romana: o clero estava convencido de que toda a confissão incompleta, implicando a omissão de um só pecado mortal, constituía um “sacrilégio” e era passível de morte eterna” (p.522).

Tendo em conta os dados pacientemente acumulados por J. Delumeau, opoemos então, à “boa confissão” (p.222, 223), a “confissão sacrílega” que está relacionada com o “inferno” e com a “danação”.

“A obsessão da confissão “exacta” é, sem dúvida, uma das grandes causas que levaram a Igreja romana a utilizar uma pastoral do medo. Era necessário a todo o custo que os fiéis tomassem consciência da gravidade dos silêncios e das meias-palavras que os tornavam culpados diante do “tribunal da penitência”. A omissão voluntária constituía um “sacrilégio a ser punido com o inferno desde que se dissimulasse um pecado mortal. Além disso — trágica consequência do sistema — uma má confissão invalidava todas as outras que se lhe seguissem, mesmo que completas e sinceras, até que a falta ocultada fosse confessada. Deslizava-se dessa forma sobre um “toboggan” de “sacrilégios” (...). “Sacrilégio” e “danação”, foram estas as palavras-chaves

da pastoral consagrada às confissões em que “um pudor vicioso” levava a enganar Deus” (p.526).

Relativamente a esta transcrição do autor obteremos uma distribuição formal, também ela homologável ao modelo teológico (relembrado entre parêntesis):



Além da “confissão”, vários outros dados que nos fornece J. Delumeau, seriam, também eles, subsumíveis no mesmo modelo formal: por exemplo, tudo o que se refere à sexualidade (p.23 8-246; 486-497) — no casamento e fora dele — e que o discurso da Igreja situa, com o /humano/, na nossa deixis negativa, por oposição à “virgindade (que) seria (para o homem) um regresso à sua verdadeira natureza” (p.22) e que releva da deixis positiva, do /divino/:daí a necessidade estrutural de um nascimento “virginal” de Jesus.

Independentemente das dificuldades de denominação encontradas ao nível da formulação linguística (especialmente no que diz respeito ao modelo), o facto de ser fácil esquematizar desta forma o discurso teológico não nos deve surpreender. Isto porque a semiótica tem a ver com os modos de funcionamento da racionalização teológica, tais como os que outrora foram introduzidos pela escolástica (*quaestio, videtur quod, sed contra, respondeo dicendum, ad primum, ad secundum, ad tertium*, etc.) que — prefiguração do quadrado semiótico — exploravam já a afirmação, a negação, a contrariedade. Uma tal aproximação entre semiótica e prática teológica tradicional explica-se, pelo menos em parte, pela sua referência comum ao aristotelismo.

Traduzido do francês *Semiotique et Théologie du Pêché*, par FERNANDA HERMÍNIA PEIXOTO — Universidade do Porto

CLAUDE CHABROL

Universidade de Paris

PROPOSTAS PARA UMA INVESTIGAÇÃO PSICO-SOCIO-SEMIÓTICA

1. POSTULADOS

1.1. Para nós a Psico-socio-semiótica linguística não é um ramo d’«a» Semiótica geral especificada pelo seu objecto: os discursos sociais ou psico-sociais, sobre o modelo de uma classificação de tipo documental que distinguiria os objectos ou domínios de aplicação da semiótica: literária, folclórica, religiosa, jurídica... e social.

Para além da utilidade prática de uma tal classificação, perseguimos aqui o reconhecimento de particularidades em termos de géneros ou espécies «discursivos», mesmo que o semioticista saiba que uma tipologia semiótica dos discursos não se pode contentar em confirmar estritamente as divisões usuais dos actores sociais de uma sociedade.

Mas do nosso ponto de vista, o que fundamenta a P.S.S.L. não reside em características específicas empíricas: extrínsecas ou mesmo intrínsecas (supostas tais) de seus objectos.

A P.S.S.L. não é uma aplicação da teoria geral semiótica a objectos ou a géneros discursivos particulares, ainda que esta aplicação exija a elaboração de regras novas, especificadoras ou restritivas.

Constitui-se ela a partir de um princípio de pertinência distinto do da semiótica. Ela tem uma autonomia epistemológica, técnica e modelizante. Ela constrói os seus objectos e suscita dados próprios.

1.2. Como o seu nome indica, ela nasce do cruzamento de, pelo menos, duas ciências humanas: psico-sociologia e semiótica discursiva. Como conceber este cruzamento? Que conteúdos e justificações podem ser dados ao traço de união?

Primeiro é preciso afastar uma objecção de tipo epistemológico que colocaria a priori o axioma segundo o qual: «não há método científico que não seja estritamente homogéneo». Àqueles que pretendessem assim reduzir a nada qualquer investigação interdisciplinar incumbiria também a tarefa de demonstrar sistemática e explicitamente que, por exemplo: as investigações psico-linguísticas, psico-socio-linguísticas, etno-linguísticas ou socio-linguísticas, sem falar da etno-metodologia, uma vez avaliadas se

revelam vazias de qualquer conteúdo científico, incoerentes, contraditórias, não económicas ... porque heterogéneas.

Mas há outras objecções epistemológicas que se apresentam de modo mais subtil. Assenta-se assim, sem negar um certo interesse às investigações interdisciplinares, a possibilidade, para a semiótica, de evitar este desvio e esta colaboração delicada. O que, em último caso, permitiria à semiótica «abster-se» das outras ciências humanas pode, superficialmente, ser relacionado com as seguintes razões:

a) A articulação inter-textual ou *inter-semiótica* entre semióticas do mundo natural e línguas naturais é preferível às articulações interdisciplinares, em nome da homogeneidade.

b) A teoria semiótica deveria permitir constituir *metalinguagens* para todas as ciências humanas e talvez exactas. Tem ela uma grande facilidade de transcodificação específica.

c) A base lógico-formal abstracta da teoria semiótica autoriza articulações fáceis com as linguagens lógicas ou matemáticas ou fenómeno-lógicas que podemos tentar apresentar como metalinguagem universal de referência (meta-metalinguagem). Hjelmslev, Reznikov, Peirce, Thom ... puderam servir aqui de figuras emblemáticas ou totémicas ...!

— Estas razões estão ligadas, pois se a homogeneidade advoga em favor de (a), uma semiótica da *acção social* e dos processos psíquicos e sociais que a subtendem pode dificilmente ignorar as contribuições das ciências humanas, ainda que as complete e as re-modele.

— Completar e re-modelar a sociologia ou a psicologia social supõe também a capacidade de as trans-codificar sem perdas nem transformações importantes (cf. (b)).

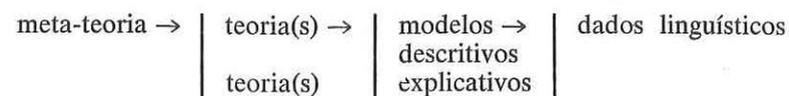
As investigações operadas em (a) apoiam-se, portanto, naquelas desenvolvidas em (b) e encontram a sua justificação última em (c). Com efeito, a articulação homogénea inter-semiótica tentada em (a) e autorizada por (b), permite, em vez de uma investigação heterogénea interdisciplinar, o desejo de desenvolver um vasto projecto *hipotético-dedutivo* a partir de (c), o useja uma «meta-metalinguagem» lógico-matemático-semiótica universal.

Não podemos aqui discutir detalhadamente estes argumentos e a sua articulação. Chamaremos somente a atenção, sem negar o interesse de (a) em si, de que há poucas tentativas sistemáticas reconhecidas neste domínio.

Quanto à (b), nada permite pensar a possibilidade da sua realização, pelo menos sem perdas nem transformações importantes. Finalmente (c) é o lugar onde se sucedem ou se defrontam modelos muito diferentes, desde a teoria dos conjuntos à das catástrofes, passando pela fenomenologia lógica de Peirce e as lógicas trivalentes, modais, a teoria dos mundos possíveis ...

Supondo demonstrada a superioridade de uma destas metalinguagens sobre as outras, ficaria por provar que ela permite construir melhor e mais rapidamente *teorias* semióticas aplicadas a objectos concretos (pos-

suindo um conteúdo) isto é que ela toma lugar num procedimento hipotético-dedutivo efectivo:



— Porque não? Confessamos somente o nosso cepticismo e preferimos, portanto, a via da heterogeneidade disciplinar, pelo menos a título de «moral provisória»!

1.2.1. A P.S.S.L. não se reduz ao cruzamento de variáveis psico-sociológicas e semióticas de forma aleatória e empírica. Pelo contrário, a utilização de *planos de inquéritos* e de *experiências sistemáticas* que utilizam estes cruzamentos é uma necessidade para infirmar ou confirmar as hipóteses que o seu corpo técnico próprio permite formular. Para dar um exemplo, só dois procedimentos permitem descobrir e definir exactamente a existência e o funcionamento das normas, funções ou atitudes *psico-socio-linguísticas*, ou seja, de modelos de previsões e de preferências psíquicas e sociais, seleccionando e valorizando certas marcas linguísticas e processos discursivos.

2. ELEMENTOS

Esta investigação baseia-se inicialmente na distinção proposta por Benveniste (1974, pp. 43-66) entre as significâncias semiótica e semântica da língua. O modo de significância semiótica é, para ele, sabemos isso, aquele que é próprio do signo linguístico que antes de tudo deve ser reconhecido, isto é, delimitado, diferenciado, decomposto e identificado.

O modo de significância semântico é, ao contrário, engendrado pelo discurso ou *acto* produzido por um sujeito falante, através da organização discursiva da linguagem. Aqui o sentido apreende-se como globalidade. Ele realiza-se nos signos mas não é a sua soma. Ele assume referentes, ao contrário do semiótico, isto é, o universo do discursivo e o «mundo da enunciação», que, por sua vez, deve ser antes *compreendido* que reconhecido.

Para nós, todo o projecto «semiótico», no sentido de Benveniste, e quaisquer que sejam as matérias significantes em causa, linguísticas ou não linguísticas, leva a *suspender* os problemas ligados à atribuição de sentidos e significações em proveito de procedimentos *morfológicos* de definição e delimitação de unidades, marcas ou formas (figuras, signos, enunciados), e *sintácticos* de elaboração de regras de combinação destas formas, para engendrar unidades mais vastas e enunciados ou sequências de enunciados dotados de uma interpretação semântica.

Enfim, todo o projecto «semiótico» tende a privilegiar a construção de gramáticas estruturais ou transformacionais mais ou menos formalizadas, tomando como um dado, e não visando explicar, a interpretação semântica do texto, do enunciado, ou do que é considerado tal.

Esta atitude gramatical estende-se mesmo ao plano da enunciação, quer se trate da enunciação enunciada com as suas marcas explícitas ou da enunciação pressuposta mas «logicamente» dedutível do enunciado ou

do texto (cf. as propostas sobre as competências modais de Greimas). — Um tal procedimento é, sem dúvida, necessário ao nascimento de uma ciência da linguagem. Ele assegura a sua constituição rigorosa e sistemática, como constatamos desde o princípio do século XX em relação à linguística (fonologia, sintaxe), à semiótica de A. J. Greimas e mesmo à pragmática dos nossos dias, mas os seus limites aparecem claramente desde que se considere o problema do sentido em todos os seus aspectos.

2.1. Se queremos elaborar uma P.S.S.L., compreender-se-á melhor agora, não é por gosto pelas fronteiras imprecisas ou por ecletismo teórico, mas simplesmente porque damos um *primado* à *questão do sentido e da significação*, um primado à significância «semântica», no sentido de Benveniste, e à elaboração de uma «semântica» dos discursos.

— É evidente que o nosso projecto não pode consistir na construção de *gramáticas* ou de «lógicas naturais» discursivas, mesmo que ele utilize aquelas que existem de momento, com outros instrumentos conceptuais. — Nesta perspectiva, como o sublinha O. Ducrot (1980; 8), cuja óptica apresenta alguns traços comuns à nossa, não se trata mais de considerar as significações de um enunciado ou de uma série de enunciados como adquiridos, mesmo para o analista, e «de enclausurar em fórmulas uma «intuição» nele presente e que se deixa observar ...».

O objecto da P.S.S.L. é reconstituir e *explicar* como os sujeitos sociais, diferindo entre si por caracterizações psico-sociais não linguísticas e linguísticas, atribuem significações semânticas distintas e valores pragmáticos diversos (efeitos e forças locucionárias e efeitos perlocutórios) a enunciados ou textos, mesmo idênticos, em última análise.

Dito de outra forma, trata-se de compreender como eles «calculam» estas significações e valores, combinando elementos heterogêneos porque relevam de dois tipos de *competência efectiva*. Uma seria de tipo *semio-linguístico* e caracterizar-se-ia pela capacidade de produzir e de interpretar enunciados em contexto discursivo (e o seu plano enunciativo): fonológica, sintáctica e semanticamente correctos, porque dotados (ou dotáveis) de uma interpretação e de uma realização aceitáveis nos planos fonológico e semântico e de uma estrutura sintáctica reconhecida como relativamente gramatical, pelo uso *socio-linguístico* efectivo das comunidades de pertença e de referência dos interlocutores. Esta competência inclui também capacidades de narrativizar, argumentar e manifestar operações retórico-estilísticas, necessárias à organização discursiva dos enunciados.

A outra seria de tipo pragmático ou *psico-socio-pragmático*. Ela é formada por um conjunto de capacidades de definir e seleccionar os elementos pertinentes (informações, representações, convenções e condições de emprego) nas situações: imediata e global da interacção que formam o quadro da interlocução onde os discursos são produzidos e interpretados.

Trata-se aqui de saber constituir e reconstituir um *implícito* não codificado semio-linguisticamente, mas psico-sociologicamente convencional. Quer dizer em posição de interpretação, por exemplo, é preciso saber identificar o domínio da prática social (política, publicitária, científica, jurídica) e as normas, papéis e finalidades psico-socio-linguísticas que ele privilegia quase *contratualmente*.

— É preciso seleccionar na memória as informações e representações

úteis *supostamente partilhadas* para inter-agir neste tipo de prática. Os atributos de estatuto e de papel dos participantes devem ser definidos para daí deduzir os comportamentos previstos («dizibilidade»), obrigatórios ou prováveis, interditos ou improváveis, no plano linguístico em particular.

— Cognitivamente, no sentido psicológico do termo, os comportamentos que vão sendo produzidos devem ser situados, para serem inteligíveis pelo menos hipoteticamente, numa representação global de *acto completo*: segundo um esquema narrativo. Aqui as intenções, explícitas ou não, os motivos, os desejos, os efeitos visados, aparentes ou não, serão hipoteticamente reconstruídos. De facto, para atribuir uma significação, um valor ilocucionário e um efeito perlocutório visado, a uma prática social linguística suposta pertinente é preciso poder responder a questões como estas:

«O que é ele para mim? O que sou eu para ele? Que quer ele de mim? Ou que procura ele mandar-me fazer, acreditar, pensar, sentir ou desejar, dizendo-me o que diz? Que direitos e que deveres, para ele e para mim, decorrem dos seus actos linguísticos, tendo em conta as circunstâncias da situação?»

As respostas em termos de esquemas narrativos de acto poderão ser da seguinte forma:

«É um Conselheiro que quer dar-me conselho para que eu aja ou pense de outra maneira, no meu próprio interesse» ou «É um Juiz que me atribui um juízo autorizado de aprovação ou de reprovação, com o objectivo de me retribuir simultânea ou ulteriormente, de maneira intransitiva ou transitiva (para me dissuadir de continuar a agir assim e me persuadir a agir de outra forma)», ou «É um queixoso que quereria tornar-se beneficiário de um dom da minha parte (acto, objecto, informação ...)», etc.

Enfim, a apreensão da acção humana enquanto acto e não enquanto acontecimento, acarreta postulados de pertinência e de intencionalidade (desejo, motivação, finalidade, projecto) que a narrativização manifesta primeiro no plano dos «*quadros psico-cognitivos*» da *semantização da acção*, num contexto interaccional.

— Esquemas como o Dom, a Agressão, a Troca voluntária ou forçada, a incitação a fazer apelo às normas (relações de Autoridade), a ordem para fazer (relações de Poder), a Luta, a Retribuição ... intervêm aqui, como posteriormente, na organização discursiva.

Estes esquemas tornam possíveis a existência de *macro-actos-linguísticos*, a nível das interlocuções, como: Prometer, Ameaçar, Exortar, Pedir, Ordenar, Exigir ...

— O Macro-acto visa simbolizar ritual e convencionalmente para o outro aquilo que se está justamente a fazer ou prestes a fazer, como o que se espera do alocutário (enquanto paciente podendo re-agir) e aquilo a que se compromete o alocutor enquanto agente face ao alocutário.

É um acto simbólico «constitutivo» (J. R. Searle), isto é, *proto-legislativo* e *proto-jurídico*, no que ele cria de direitos e deveres novos para os protagonistas da interlocução, enquanto interactantes.

Realiza-se ele sobretudo linguística e/ou gestualmente, mas toda a matéria significativa pode semioticamente manifestá-lo.

Considerando estritamente o plano linguístico, a sua manifestação pode produzir-se através de expressões linguísticas especializadas pela língua com este objectivo e de construções sintácticas particulares (performativos, explícitos ou primários) ou na sequência de uma convenção social «ad hoc» historicamente determinada, ou com a ajuda de meios discursivos muito diversos (actos ilocucionários ditos implícitos e indirectos). Para ser reconhecido como «conseguido», um macro-acto deve respeitar condições de empregos psico-sociológicos restritivos e especificantes no que diz respeito aos conteúdos proporcionais e às qualidades dos interactantes interlocutores.

2.2. Tentaremos, para concluir, ilustrar estas perspectivas demasiado abstractas a partir de um ponto preciso.

Consideremos o problema dos géneros discursivos num domínio da prática social: a imprensa escrita dita de informação.

Um acontecimento em jornais diferentes, mesmo num só jornal e às vezes no mesmo artigo, pode ser tratado segundo as seguintes formas:

— *narrativas com descrição neutra* dos acontecimentos ou narrativas vividas de *testemunho*, onde os narradores se comprometem como tais, com emprego dos estilos: directo, indirecto ou indirecto livre;

— exposições de *opiniões* de tipo *polémico* com apelo interno aos planos dos valores (ethos) e dos sentimentos (pathos);

— *análises* em que predominam o demonstrativo argumentativo e objectivos *didácticos* (explicar e instruir);

— entrevistas de testemunhos ou de peritos ou de representantes qualificados da comunidade (*dialógico*);

— debates ou confrontos (*polilógico*), etc.

— Se acrescentarmos a possibilidade de recorrer a todos os registos de língua: cuidado ou familiar e aos da ironia, do humor, da paródia, do gozo e em menor medida aos procedimentos estilísticos «poéticos» que permitem a evocação, a sugestão e a alusão, teremos uma ideia da dificuldade da análise.

É certo que estas «formas», que aliás podem bem combinar-se entre si, não são propriamente géneros discursivos, nem talvez mesmo sub-géneros puros.

Mas poderemos alguma vez esperar ver realizados e atestados por um discurso concreto empírico todos os traços semio-linguísticos que deveriam constituir o tipo puro (semioticamente) do género?

Sem dúvida encontraremos só híbridos, mistos, fazendo quando muito aparecer a *predominância* de certas *dimensões* sobre outras e isto de forma *instável histórica e culturalmente* (fortes variações culturais inter e intra-sociais), sem evocar a existência evidente de traços ideolectais! — Uma tipologia dos géneros e sub-géneros discursivos, nestas condições, combinará necessariamente critérios classificatórios heterogéneos: semio-linguísticos e sócio-históricos.

Ora torna-se evidente que uma simples classificação «culturalista» é insuficiente, porque não se pode fazer coincidir rigorosamente uma civilização, uma sociedade ou mesmo sub-culturas dessa sociedade ou domínios da prática social (político, informativo, educativo...), com um género ou sub-género discursivo definido, mas consta-se, pelo contrário, variações importantes, isto é, a co-presença de vários géneros, mesmo

se alguns parecerem ser mais importantes, estatisticamente falando, num dado momento, em situações precisas, para uma sociedade e um domínio da prática em particular.

Este tipo de problema e de objecto para o psico-sociólogo é daqueles que apelam para o emprego do conceito «*de atitudes*».

Vamos, portanto, supor a existência, nos sujeitos falantes, de atitudes face à linguagem, isto é, de uma *orientação* e de uma *posição* psicológica privilegiada latente que provoca uma *selectividade* (indicação selectiva, consistindo em elementos num conjunto discursivo), uma distorsão possível e uma *vectorização* dinâmica de certos atributos, marcas ou procedimentos linguísticos e discursivos, em produção como em interpretação. Isto explicaria em parte os efeitos diferenciais de convicção, de prazer de atenção e de memorização, de identificação e mesmo de compreensão.

Claro que, segundo os domínios da prática social e as situações imediatas, estas atitudes predominantes num sujeito podem ser *solicitadas* intensamente ou, pelo contrário, mais ou menos *suspensas*, sempre relativamente.

Formularemos as hipóteses a seguir de forma conjuntural, esperando inquéritos e experiências indispensáveis. Antes disso sublinharemos ainda que, do nosso ponto de vista, as atitudes a determinar não podem coincidir estritamente com a divisão dos géneros e sub-géneros atestados, mas é muito mais provável que elas se constituam a partir de uma série de *escolhas* (orientação, selecção, vectorização) sobre as *dimensões* latentes gerais seguintes:

1 — preferência por uma *semantização* (constituição/interpretação de isotopias semânticas): unívoca, homogénea, hierarquizada ou opostamente: plurívoca (plural), heterogénea, difusa e não hierarquizada, pelo menos relativamente (R. Barthes: 1970).

Por um lado dizer *tudo* (mesmo se for impossível) e dizer mesmo o sentido do que se diz para dominar as interpretações a vir (cf. a noção de anagogia notada por R. Barthes).

Por outro, sugerir apenas, evocar ou fazer alusão a redes semânticas indefinidas, inacabadas, múltiplas, confiando à interpretação um papel explicitamente criador, característico na modernidade de Literaridade e de Poeticidade.

2 — preferência por um nível ou registo de língua: *cuidado* (épico lírico, trágico) ou, ao contrário, *familiar* e mesmo *popular* (prosaico, cómico, de calão) ou neutro e *médio* ou não marcado (estilo «liso» escrita «branca», pseudo-instrumental e referencial).

Se este último registo convém perfeitamente à escolha de uma TONALIDADE *séria* (cf. a noção de «Key» in Dell Hymes, 1974:57), o registo cuidado corresponde antes a uma tonalidade *solene*, adequada à expressão dos «grandes sentimentos» (patético, lírico) ou de «valores supremos» (épico), em circunstâncias memoráveis positivas, negativas ou apreendidas, eufórica ou disforicamente.

Em oposição, o registo familiar está várias vezes ligado a uma tonalidade *engraçada* (cómica) e não séria. A sua ligação com uma tonalidade *tensa* (orientação polémica) produzirá o gosto do gozo, da paródia e do jogo de palavras hostil e com uma tonalidade *disfórica* o gosto para o tragicómico, o humor negro ou auto-agressivo. Em associação com uma tonalidade séria, a produção de discursos prosaicos, insistindo nas reali-

dades e sentimentos mais prosaicamente materiais, senão imaterialistas (normas de utilidade e de eficácia), será frequente. As polémicas serão aqui injuriosas, insultuosas e os discursos cínicos, porque supostamente realistas e sem ilusões, muitas vezes desenvolvidos. Naturalmente os sujeitos atraídos pelo registo cuidado considerarão os outros como «ordinários» e incapazes de elevação de espírito. Estes, por seu turno, apresentarão os primeiros como «artífices» hipócritas ou idealistas, incapazes de viver na realidade.

3 — preferência por um comportamento enunciativo «*Delocutivo*», sem referência explícita ao enunciador e ao enunciatário, cuja presença e pontos de vista são apagados ao máximo — ou, opostamente, atracção por um comportamento «*Alocutivo*», focalizando no destinatário ou narratário explícito, e/ou «*Elocutivo*» ou centrado no narrador e suas atitudes explícitas em relação ao objecto ou à situação evocada (P. Charandeu, 1983:59 sg).

— Teremos sujeitos que privilegiam o apagamento ou, pelo contrário, a acentuação de todas as marcas linguísticas e discursivas que representam o sujeito falante (alocutor), aquele a quem ele se dirige (alocutário) e a situação de enunciação. J. L. Beauvois e R. Ghiglione (1981) demonstram a este propósito a existência de atitudes face à língua e de marcas discursivas de tipo «paradigmático» e «sintagmático», muito próximas daquelas que aqui supomos.

Uns pensarão que um comportamento delocutivo é sinal de objectividade, de imparcialidade ou de «*phronesis*» (saber pensar bem os prós e os contras) e convém àquele que quer falar como sábio, como especialista ou como árbitro. Correlativamente, eles apreenderão um comportamento alocutivo e/ou elocutivo, salvo em situações muito particulares, como marca de subjectividade e parcialidade e associá-lo-ão à representação de um sujeito incapaz de dominar as suas paixões.

Os outros, pelo contrário, ressentirão o comportamento delocutivo como «frio» e mesmo «hipócrito» porque falho de franqueza («areté»). Não se sentirão implicados porque não são interpelados explicitamente. Sentirão este comportamento como demasiado abstracto e *des-realizante* porque escotomizam a situação «*hic et nunc*» da sua produção (pelo menos a sua representação linguística) e a expressão esperada dos sentimentos e pontos de vista do alocutor (cf. o uso dos verbos de opinião), como dos que deveriam ser evocados ou emprestados por este ao seu alocutário.

4 — preferência por um comportamento *enuncivo* explícito de *narracção* ou, ao contrário, atracção pelos enunciados que querem realizar uma *demonstração argumentada*.

— No primeiro caso, os sujeitos privilegiam, tanto quanto possível, a dimensão da narrativa. Contar o que aconteceu, descrever o que se passa, situando-o numa sequência narrativa, predizer o que vai acontecer, tendo em conta o passado, são os seus meios linguísticos de predilecção para construir e atribuir sentido aos acontecimentos (que os implicam ou não), afectando os actores atingidos com qualidades, desejos, motivações e intenções que permitem atribuir-lhes uma responsabilidade total («subjectiva» ou «atribuição interna») ou limitada («objectiva»), vistas as limitações da situação. Aqui os actores são sobretudo humanos, os acontecimentos sobretudo actos trazidos por projectos por vezes antagónicos e

supondo exprimir valores (ou anti-valores) éticos e sociais ou qualidades «morais» (as virtudes e os vícios).

As descrições são aí a ocasião de afectar ou não os actores humanos com qualidades indiciais pertinentes para a história, de forma explícita ou não, e para a sua avaliação no plano dos valores.

— No segundo caso, trata-se primeiro de *explicar* e de compreender, apoiando-se em propostas hipotéticas: *causas* latentes que supostamente dão conta dos acontecimentos ou *efeitos* manifestos. Para ligar estes efeitos às suas causas possíveis (indução), ou o inverso (dedução), será desenvolvida uma demonstração. Esta fará referência a propostas intermediárias ou asserções derivadas de normas mais objectivas do que éticas, em geral simplesmente verosímeis, isto é, recebidas por uma comunidade social determinada, ou pelo menos assim supostas.

Aqui os actores não humanos são frequentes. As acções humanas exprimem aí de forma indicial e expressiva o peso de *factores determinantes* sociais ou físicos, materiais ou ecológicos e são supostos *escapar* à responsabilidade dos sujeitos e às suas intenções e projectos conscientes e explícitos. As descrições servem neste contexto para a enumeração dos elementos da *prova* e as narrativas «reais» ou «de ficção» para ilustrar o bom fundamento das teses (parábolas, fábulas e contos morais, mitos filosóficos, comparações e analogias ilustrativas).

— A associação dos comportamentos enuncivo de *narracção* e enunciativo delocutivo torna mais provável a produção de narrativas em que os acontecimentos são apreendidos do exterior, à distância, do ponto de vista de um terceiro observador anónimo e *omnisciente*.

Pelo contrário, a dos comportamentos de *narracção* e alocutivo/elocutivo ficará ligada à produção de *testemunhos* e realizações ou relações de testemunhos que tendem a fazer (re)*ver* e (re)*ouvir* o que narradores-testemunhos (inclusive o próprio jornalista) vivem e/ou viveram.

— Aqui a omni-vidência e ubiquidade prevalecem, no plano imaginário, sobre a omni-sapiência.

— A associação esperada dos comportamentos enuncivo de explicação e enunciativo delocutivo produz (com outras escolhas) os discursos de análise ou de especialidade. Pelo contrário, a da explicação e do alocutivo/elocutivo, mais delicada, provocará uma tensão cognitivo-linguística. Ela poderá corresponder às análises «comprometidas», ideológica ou eticamente, e por vezes reduzir-se à exposição de opiniões orientadas axiologicamente e apoiando-se simplesmente nos «factos».

CONCLUSÃO

Não tivemos a pretensão aqui de ser exaustivos na enumeração das dimensões: objecto de atitudes e muito menos na das suas combinações possíveis. As marcas linguísticas e o procedimentos discursivos que as concretizam ainda estão por inventariar e a existência destas atitudes psico-socio-linguísticas por demonstrar. No entanto, parecia-nos importante submeter desde já um programa de trabalho interdisciplinar típico de uma investigação psico-socio-semiótica.

Traduzido do francês *Propositions pour une démarche Psycho-socio-sémiotique*, por ANGELA MARQUES

BIBLIOGRAFIA

- Barthes, R.
(1970) *S/Z* Seuil, Paris.
- Beauvois, J. L. e Ghiglione, R.
(1981) *L'homme et son langage*, P. U. F., Paris.
- Benveniste, E.
(1974) *Problèmes de linguistique générale II*, Gallimard, Paris.
- Charaudeau, P.
(1983) *Langage et discours*, Hachette Université, Paris.
- Ducrot, O.
(1980) *Les mots du discours*, Seuil, Paris.
- Hymes, Dell
(1974) *Foundations in Sociolinguistics, an Ethnographic Approach*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia.

ROLAND POSNER

Technische Universität — Berlim

LÍNGUA FALADA — LÍNGUA ESCRITA — LÍNGUA PLANEADA

(Conclusão)

5. PRINCÍPIOS DE NOTAÇÃO

A escrita alfabética não foi, depois dos Fenícios, inventada uma segunda vez. Mas manteve-se e propagou-se por todo o mundo nas variantes das escritas grega, latina, ciríllica, arábica, hebraica, pérsica e índica. Como se explica este facto?

A principal vantagem das escritas alfabéticas em comparação com outros sistemas reside, não na sua fidelidade fonética, mas na sua economia de sinais¹⁸. Isto mostra-se facilmente quando se compara o esforço que é necessário para a aprendizagem e para o uso de vários tipos de escrita.

Tomemos outra vez como exemplo o sistema de representação numérica¹⁹. Para representar os números até 10.000, os códigos antigos, como os hieróglifos egípcios e os algarismos romanos, necessitavam de uma série de signos-base; aos Egípcios bastavam 5 signos, os Romanos precisavam de 10. A formação de signos numéricos complexos orientava-se, em ambos os códigos, por uma regra sintáctica simples — a justaposição. Para a interpretação de signos numéricos complexos bastava aos Egípcios uma regra simples de semântica (a adição dos valores das partes); os Romanos necessitavam de duas (a adição ou subtracção dos valores das partes, consoante a sua relação de grandezas). O maior esforço de aprendizagem (o dobro dos signos-base, o dobro de regras semânticas) era, todavia, imediatamente compensado, para os Romanos, na redução do esforço de performance na produção e recepção dos signos numéricos. Para a representação de 2407, os Egípcios precisavam de 13 signos básicos (iiCCCIIIIII) e os Romanos só de 7 (MMCDVII). O esforço de aprendizagem e o de performance estão, pois, entre si, numa relação inversa: quanto mais se investe para simplificar uma tarefa que se repete, tanto menos se terá de dispendir na sua execução diária. A relação entre esforço de aprendizagem e esforço de performance deslocou-se ainda mais no sistema numérico indo-arábico, favorecendo o esforço de performance. Nele necessitamos igualmente de 10 signos-base, como os Romanos, e,

para a formação de signos numéricos complexos, basta-nos igualmente uma regra sintáctica simples (a justaposição). No entanto, a aprendizagem da interpretação de signos numéricos complexos é muito mais difícil, uma vez que exige a multiplicação de factores variáveis não designados por signos-base. A compensação deste esforço é, para além da redução dos signos numéricos complexos, o alargamento até ao infinito do âmbito dos números representáveis e a possibilidade de fazer cálculos sobre o papel, para os quais seriam precisas máquinas de calcular noutros sistemas de representação numérica.

Na escrita das línguas naturais, a relação entre esforço de aprendizagem e esforço de performance desempenha um papel semelhante. As escritas logográficas, como a dos Chineses, exigem um enorme esforço de aprendizagem e tornam assim possível uma comunicação económica. No Chinês moderno, ocorrem cerca de 6.000-8.000 signos para palavras e, num vocabulário diferenciado, esse número eleva-se até 10.000; um dicionário oficial de 1716 compreendia 50.000 signos e os eruditos conhecem até 80.000 signos diferentes. Mas, em contrapartida também um texto chinês é muito curto, uma vez que só necessita de um signo-base para cada palavra²⁰.

As escritas silábicas, ao contrário, conseguem limitar-se a um inventário inferior a 1.000 signos-base; em línguas com uma estrutura silábica simples, como o Japonês, este número baixa até menos de 100. Mas a esta redução do esforço de aprendizagem corresponde um aumento do esforço de performance, visto que a palavra média tem de ser, na maior parte das vezes, representada como um signo complexo formado de vários signos-base.

Nas escritas alfabéticas, reduz-se a cerca de 20 a 50 o número de signos-base, por meio da codificação das sílabas em sequências de letras. Em contrapartida, aumenta mais, nestas escritas, o comprimento das palavras.

O caso extremo na redução dos signos-base é a escrita Morse, à qual bastam três signos-base (impulso longo, impulso breve, pausa), mas que, em compensação, aumenta muitas vezes o comprimento do texto e diminui correspondentemente a velocidade de produção e de recepção (velocidade de leitura).

De modo semelhante ao sistema numérico em código indo-arábico que, para efeitos de comércio e da vida prática, atingiu um equilíbrio óptimo entre esforço de aprendizagem e esforço de performance, o sistema de escrita alfabética parece ter encontrado o melhor compromisso²¹.

Para além da optimização da relação entre o inventário de signos-base e o sistema de regras sintáctico-semânticas, os sistemas de notação veiculados pela tradição histórica seguem ainda um outro princípio de economia. A sua validade evidencia-se quando se examina a questão de saber porque é que a escrita alfabética fenícia era capaz de desempenhar a sua missão de registar o sentido preciso das palavras de uma língua semítica, se ela só notava os morfemas lexicais da língua, deixando por assinalar os morfemas gramaticais. Como consegue, afinal, o leitor retirar do texto, que só emprega *ktb* para as formaskataba, *uktub*, *kitab* e *kutūbī*, etc., aquela forma entendida por quem a escreveu?

Dois motivos se apresentam como determinantes:

1. Enquanto que para o conjunto dos morfemas lexicais de uma língua não há um limite superior — o seu número pode-se alargar arbitrariamente —, o número dos morfemas gramaticais (na flexão e na derivação das palavras) está limitado a um pequeno número que não é facilmente dilatável. Os morfemas gramaticais constituem um paradigma claro, do qual, por tentativas, se pode escolher a forma conveniente.

2. Para se decidir qual a forma e, por conseguinte, qual o sentido preciso que uma palavra tem numa dada posição, o contexto linguístico e extralinguístico fornece muitos indícios. A vizinhança de outras palavras, o conhecimento dos objectos e factos por ele designados, assim como as hipóteses sobre a intenção do autor e o objectivo do escrito fornecem, em conjunto, uma rede de indicações que reduz, por fim, a muito poucas as interpretações possíveis.

O preenchimento sistemático de lacunas informativas na compreensão de textos só é, em geral, possível, se se tiver de decidir entre um pequeno número constante de morfemas, e não entre um grande número arbitrariamente ampliável, como no dicionário²².

Acresce uma reflexão que é válida para todos os sistemas de notação tradicionais. Num sistema de notação, a dimensão do complexo semiótico a representar, que é compreendida do modo mais preciso, é sempre aquela que mais interessa aos utentes dos signos²³.

Demonstremos este princípio da *dominância dimensional* com base no exemplo da notação fónica.

Para se caracterizar completamente um complexo sonoro proveniente de uma única fonte basta determinar a sua altura, o seu timbre (os harmónicos envolvidos), a sua intensidade e a sua duração. Nenhuma das notações fónicas herdadas da história da cultura representa todas estas dimensões com a mesma precisão.

1. A partitura musical clássica ocidental

a. indica a altura sempre em valores absolutos, por intervalos,

b. a duração, sempre em valores relativos, por tipo de nota (referida a um tempo base, a maior parte das vezes não indicado em valores absolutos),

c. a intensidade, só às vezes e, mesmo assim, aproximadamente, através de indicações adicionais (*piano*, *forte*, etc.),

d. não indica, a maior parte das vezes, o timbre, e, se o faz, é só através da indicação dos tipos de instrumentos (violino, fagote, etc.).

O que mais interessa ao ouvinte ocidental de música pode-se deduzir das circunstâncias segundo as quais ele considera uma peça de música tocada no momento t1 como sendo «a mesma» que uma peça tocada no momento t2²⁴: o critério para a identidade não é nem a intensidade, nem a respectiva duração dos sons, nem o seu timbre, mas a sua altura. Se no momento t2 as mesmas alturas tonais forem executadas com mais volume, mais rapidez e com outro instrumento, então diz-se que «o músico tocou a mesma peça (de outro modo)». Mas se no momento t2 se produzirem outros sons com o mesmo instrumento, o mesmo compasso e a mesma intensidade (exceptuada aqui a transposição uniforme de toda a melodia para outra escala), diz-se que o «músico executou outra peça (de maneira idêntica)».

2. De modo análogo à notação musical, mas com uma diferente hierarquia de dimensões, funciona o sistema de escrita das línguas indo-europeias.

Um texto em escrita alfabética romana

a. indica sempre o timbre (a qualidade fonética, ou seja o modo de articulação da respectiva sílaba) em valores absolutos, por sequência de letras,

b. a duração, a maioria das vezes em valores relativos, por exemplo, por vogal longa ou breve (referida a um tempo base, quase nunca indicado em valores absolutos),

c. por vezes, a intensidade e, quando é esse o caso, por acentuação e de modo aproximado,

d. nunca indica a altura (entoação, melodia da frase) (pode quando muito deduzir-se do sentido da frase e da acentuação).

O que interessa ao falante de uma língua indo-europeia pode-se igualmente retirar das circunstâncias, segundo as quais ele considera um texto falado no momento t2 como sendo «o mesmo» que um texto falado no momento t1. O critério para a identidade não é nem a altura, nem a intensidade, nem a duração dos sons pronunciados, mas o seu timbre. Se no momento t2 se pronunciarem as mesmas sílabas, mas em voz mais alta, mais rapidamente e com outra altura tonal, diz-se que «o falante proferiu o mesmo texto (do mesmo modo)». Mas se no momento t2 se produzirem outras sílabas com a mesma altura, a mesma intensidade e o mesmo ritmo, diz-se que «o falante proferiu outro texto (de maneira idêntica)».

A dimensão dominante, isto é, a dimensão que importa para a identificação dos signos, é também assinalada da maneira mais precisa. Ela determina não só o reconhecimento dos signos, mas tem também uma função condutora na sua interpretação. Fornece aquelas informações que se consideram as mais relevantes no meio respectivo. A música clássica ocidental e as línguas indo-europeias apresentam entre si um comportamento complementar em relação à dimensão dominante. A altura tonal, que desempenha na música e na sua notação o papel principal, tem na língua e na escrita uma função secundária. O timbre, que na língua e no registo desta na escrita desempenha o papel principal, tem na música e na sua notação um papel secundário. As restantes dimensões ocupam um lugar intermédio, de modo que se pode falar de hierarquias inversas de dimensões²⁵.

Tanto nas línguas indo-europeias, como nas semíticas, o conteúdo semântico de uma mensagem é considerado como a informação mais pertinente. Ele é comunicado essencialmente pela sequência de timbres. As informações pragmáticas sobre a relação existente entre os interlocutores, as intenções gerais do falante e a sua avaliação da situação comunicativa são antes expressas através da modulação do ritmo da fala, da intensidade e da altura.

Entre as informações semânticas, distinguem-se, por sua vez, nas línguas flexionadas, dois tipos: as lexicais e as gramaticais (ver acima). Enquanto as informações gramaticais (como por exemplo a indicação da pessoa, número e género no nome; e de pessoa, número e tempo no verbo das línguas indo-europeias) co-ocorrem necessariamente em cada enunciado, assim como pertencem a um pequeno número de dimensões

semânticas, sendo por isso bastante redundantes, as informações lexicais são, por seu turno, muito diferentes consoante o objectivo do enunciado, são susceptíveis de ser escolhidas de entre um número, em princípio, ilimitado de lexemas, sendo, por isso, muito pouco redundantes. O limite entre a codificação lexical e a gramatical de um conteúdo semântico deslocou-se, pouco a pouco, ao longo da história das línguas. Se na comunicação de conteúdos semânticos de determinado tipo uma língua passa do modo de representação lexical para o gramatical, os linguistas falam da gramaticalização²⁶. Com esse facto estão geralmente associados o aumento de redundância e de frequência de utilização, assim como o decréscimo de relevância e a redução do esforço de produção e de recepção (diminuição dos morfemas).

Estas observações (juntamente com as considerações supra sobre a questão da desambiguação dependente do contexto das formas das palavras) tornam compreensível a razão pela qual as escritas semíticas do segundo milénio antes de Cristo não assinalavam a maior parte dos morfemas gramaticais, nem de modo absoluto, nem relativo, nem aproximativo, mas os suprimiam totalmente. A escrita alfabética dos Fenícios usava, de uma dupla maneira, o princípio de notação da dominância dimensional: por um lado, assinalando (como as escritas posteriores das línguas indo-europeias) o conteúdo semântico e não as informações pragmáticas; mas, por outro, (e dum modo diferente das escritas posteriores das línguas indo-europeias) assinalando só o conteúdo lexical e não o gramatical. Ou — formuladas as coisas do ponto de vista do sinal — considerando, por um lado, os timbres e excluindo da notação a duração, a intensidade e a altura, mas, por outro lado, excluindo, de entre os timbres, os vocálicos e representando apenas as partes restantes das sílabas.

6. PROBLEMAS DE PLANEAMENTO

Se examinarmos os múltiplos projectos de línguas universais alternativas, sobressairá o facto de que mesmo os planos linguísticos que se pretendem mais completos, como a «Gramática Integral de Língua Internacional (Ido)» de 1908, de Louis Beaufront, não o são de facto. Raramente contêm mais do que um capítulo sobre «Alfabeto e Pronúncia», outro sobre «Lexicologia e Morfologia» e sobre «Sintaxe», e, por conseguinte, mal ultrapassam o âmbito do que Charles Morris designou por Sintáctica²⁷. Como o movimento do planeamento de línguas recebeu o seu mais forte impulso da irregularidade da flexão, da formação de palavras e (em menor parte) da sintaxe das línguas naturais existentes, não é de admirar que as suas propostas de aperfeiçoamento também tenham aí o seu ponto de partida. Até hoje, a «Lexicologia e Morfologia» tem ocupado a maior parte do espaço, na generalidade dos planos de línguas; em Beaufront é mais longa que todos os outros capítulos juntos. Mas, com a lexicologia, a morfologia e ainda a sintáctica, está longe ainda de se encontrar definido completamente um sistema semiótico.

Deste modo, também os problemas do movimento do planeamento de línguas residem na questão de saber como é que, de um sistema de formas

definido na sintáctica, se pode chegar a uma língua plenamente desenvolvida.

Por via da sistematização das regras morfo-sintácticas, o Volapük, o Ido e o Esperanto conseguiram uma produtividade considerável, permitindo a formação de um número ilimitado de formas vocabulares. Todavia, só a sua configuração formal é que está bem definida; o seu conteúdo semântico e as suas regras pragmáticas de emprego encontram-se crassamente sub-determinadas. Cada uma destas línguas corresponde, por isso, a um instrumento cujas funções e possibilidades operacionais ficaram em aberto.

Quem tentar superar este estado de coisas vê-se na situação paradoxal de ter a impressão de se ir afastando tanto mais do seu objectivo quanto maiores progressos fizer em áreas isoladas do planeamento. Isto tanto diz respeito à semântica e à pragmática como à sintáctica. Para a fixação de regras semânticas e pragmáticas, são imagináveis três alternativas:

1. Tal como nas línguas naturais, pode-se deixar aos utentes da língua o aperfeiçoamento completo dos sistemas de regras semânticas e pragmáticas. Esta via conduz ao paradoxo de que a língua planeada perde tanto mais a sua qualidade de ser facilmente entendida, quanto maior for o seu acolhimento entre as pessoas. Quanto mais pessoas falarem diariamente, por exemplo, o Esperanto, tanto mais variados serão os tipos de situações que os falantes dominam com o seu auxílio, e tanto mais autónomas serão as convenções que se constituirão no uso, em comparação com todas as tentativas de as submeter ulteriormente a uma regulamentação central. Por via da abertura de uma língua, semântica e pragmaticamente sub-determinada, ao uso da comunidade, perder-se-á, por fim, também a sua planeabilidade sintáctica; ela já não poderá, por isso, distinguir-se de uma língua natural.

2. Se esta perspectiva não nos bastar, podemos tentar chegar à semântica e à pragmática, pela formulação de sistemas de regras segundo o modelo sintáctico. Esta solução é ainda hoje utópica, pois que a semiótica e a linguística actuais não estão em condições de dispor de teorias semânticas e pragmáticas, das quais se pudessem retirar as categorias necessárias para uma completa descrição linguística, semântica e pragmática. Os investigadores da inteligência artificial são aqueles que parecem ter avançado mais. A praticabilidade espantosa dos seus sistemas de comunicação²⁸ deve-se, porém, na maior parte das vezes, a soluções teóricas «ad hoc» que ultrapassam muito o carácter arbitrário das regras sintácticas das línguas planeadas. Abstraindo disso, a descrição semântica e pragmática de um dado sistema sintáctico (em oposição a uma teoria semântica e pragmática geral) deveria incluir a realidade expectável (e a já vivida) dos utentes da língua, juntamente com as suas alternativas não materializadas. Isso levaria a sistemas de regras altamente complexos, que destruiriam a verdadeira vantagem das línguas planeadas — a de serem aprendidas facilmente.

3. Uma solução menos utópica seria a combinação flexível dos aspectos já hoje realizáveis das duas alternativas esboçadas. Para se

alcançar o objectivo de uma língua universal uniforme (mesmo que fosse só de uma «língua auxiliar universal»), poder-se-iam registar e verificar as convenções semânticas e pragmáticas desenvolvidas na prática e declarar como norma, por decreto, as convenções óptimas do ponto de vista da economia de signos. Um processo deste parece ser, para muitos esperantistas, a solução adequada. Para a sua concretização foi instituída uma academia — como já fora exigido por Leibniz — que acompanha criticamente a evolução do Esperanto.

De facto, é plausível que uma língua, que se difundiu por todo o mundo sem estar ligada a uma potência imperial, como sucedeu com as que têm sido até agora línguas universais, precise de uma instância central que previna a proverbial «confusão babilónica», que até agora se tem instalado de cada vez que cai um império. Mas, se esta instância tiver que desempenhar mais do que o papel marginal que cabe hoje, na Alemanha, às normas DIN ou à Redacção Duden e, na França, à Académie Française, então terá de compreender, centralizando-as, todas as áreas semânticas e pragmáticas e regulamentá-las na base da competência, prestígio ou poder político. Como o mostra a história, experiências deste género fracassaram já, com regularidade, em áreas especiais, após um maior ou menor período de tempo, sendo, por isso, difícil ver como é que poderiam ser postas em prática em todo o mundo e para todos os domínios da vida.

Contra a extensão a todos os domínios da vida dos esforços relacionados com o planeamento de línguas existem, além disso, grandes hesitações políticas que têm um peso especial na obra *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, de Orwell. De outro modo, que não pela via do estabelecimento de normas de fonética, morfologia e sintaxe, a autonomia cultural dos utentes da língua, a sua liberdade de desenvolver alternativas da concepção do mundo encontra-se ameaçada pela fixação de normas semânticas e pragmáticas. Aqui, coloca-se de novo e de maneira premente o problema da ponderação das vantagens e dos custos. Se tivermos de pôr em risco a autonomia das culturas, a possibilidade de dispormos de concepções alternativas do mundo e, com elas, da liberdade do indivíduo, para conseguirmos uma simplicidade óptima de comunicação no mundo, então preferiremos prescindir dessa mesma simplicidade, depois das experiências que o século XX impôs à humanidade.

De entre as três alternativas discutidas, é a primeira via que parece ser, pois, a mais realista e a mais humana. Se puder ser posta em prática, teremos, no fim, uma série de dialectos duma língua universal, aparentados entre si como as línguas derivadas do Latim, mas distinguindo-se destas pela sua sintaxe simplificada.

De considerações destas não se conclui que seja inútil a nossa ocupação com as línguas planeadas e a colaboração no movimento do planeamento de línguas. O seu valor torna-se evidente quando as libertamos de absolutismos sectários e as situamos no quadro mais vasto em que historicamente se desenvolveram. As línguas planeadas foram propostas como instrumentos para facilitar a comunicação. Aos instrumentos deste género pertencem, além delas, não só a escrita e os sistemas numéricos, mas também as línguas *artificiais* da lógica, as lingua-

gens para computador, as fórmulas químicas, os processos de cartografia, assim como as linguagens técnicas e os sistemas de classificação dos vários grupos profissionais. Cada sistema semiótico deste género apresenta diferentes vantagens e limitações, com respeito aos diversos fins comunicativos. Eles só podem contribuir para facilitar a comunicação, se não se impuser a nenhum deles a missão de servir como instrumento universal, e se só forem utilizados onde derem a maior rentabilidade com o menor esforço. Vários sistemas semióticos podem sê-lo em muitos domínios, com vantagens económicas semelhantes. Mesmo aqui é aconselhável utilizá-los a par, em vez de arbitrariamente se preferir um aos outros²⁹.

Saber em que domínios de aplicação é rentável o desenvolvimento e o emprego de novos instrumentos de comunicação, é uma questão que muitas vezes não pode ser decidida a priori. Como a outros problemas epistemológicos, tem de se lhe dar uma resposta através de tentativas e erros. Só depois de esgotarem todas as possibilidades no pluralismo dos sistemas semióticos é que os homens conseguirão realizar-se plenamente a si próprios. É só pela análise destas «formas simbólicas» diversas que os homens se conseguem conhecer a si mesmos. Esta é uma concepção que Ernst Cassirer nos legou com a sua fórmula³⁰ do homem como *animal symbolicum*.

Traduzido do alemão *Sprache — Schriftsprache — Plansprache*, por ANTONIO CAPATAZ FRANCO — Universidade do Porto.

NOTAS

¹⁸ Cfr. Lüdtkke 1969:159 e seg.

¹⁹ Cfr. Posner 1983.

²⁰ Cfr. Lüdtkke 1969:160.

²¹ É de sublinhar que, embora haja muitas indicações históricas e filosóficas que apoiam as afirmações deste género quanto à economia de signos, não há, até hoje, nenhuma prova experimental suficiente. Aqui, ainda a psico-semiótica experimental tem muito a fazer.

²² Se se deixarem por preencher os morfemas lexicais e se representarem os gramaticais, não se obtém qualquer texto identificável, mas uma estrutura textual que se pode actualizar de várias maneiras. É o que mostra, embrionariamente, Gottfried Benn (1959 I:383 s.) que, com uma intenção parodística, reduz a descrição de uma história à sua estrutura, ao suprimir os nomes dos heróis da história ou ao substituí-los por pro-formas:

— *O conteúdo da história*. Para me instruir, abro um velho livro escolar, o chamado pequeno Ploetz: *Extracto da História Antiga, Intermédia e Recente*, Berlim 1891, Editora A. G. Ploetz. Abro uma folha qualquer: é a folha 337 e trata do ano de 1805. Aí lê-se: vitória naval uma vez, duas vezes cessar-fogo, aliança três vezes, duas vezes coligação, um está em marcha, outro alia-se, outro reúne as suas tropas, outro reforça qualquer coisa, outro aproxima-se, outro ocupa, outro retira-se, outro ocupa um acampamento, outro cede, outro recebe qualquer coisa, outro inaugura qualquer coisa faustosamente, outro é feito prisioneiro de guerra, outro indemniza outro, outro ameaça outro, outro marcha em direcção ao Reno, outro marcha através da região de Ansbach, outro sobre Viena, outro é repellido, outro é executado, outro suicida-se — tudo isto numa única folha. O conjunto é sem dúvida a nosografia de loucos.

Página 369, ano de 1849: um é demitido, outro torna-se governador, outro é nomeado chefe, outro faz uma entrada aparatosa, outro combina qualquer coisa, alguns verificam em comum alguma coisa, outro transgride qualquer coisa, outro põe qualquer coisa no chão, outro decide-se a fazer qualquer coisa, outro cobre qualquer coisa, outro torna a levantar qualquer coisa, outro divide, outro

junta, outro escreve uma carta aberta, outro pronuncia qualquer coisa, outro vem ajudar, outro avança, outro ordena com parcialidade, outro exige qualquer coisa, outro sobe a qualquer coisa, transgressões em geral há muitas neste ano — ao todo dá-se nesta folha: três vezes cessar-fogo, uma vez intervenção, incorporação duas vezes, motim três vezes, sublevação duas vezes, duas vezes repressão, três vezes extorção — não há espécie animal que se possa imaginar, em que fosse possível tanta desordem e tanto absurdo: essa espécie teria já há muito sido segregada da Fauna. Mas o Ploetz tem quatrocentas páginas. Em cada página ocorrem os mesmos verbos e substantivos — de Menes a Wilhelm, de Mênfis a Versailles. Mas, provavelmente, cada um dos sujeitos agentes sentiu-se como historicamente único.

²³ Sugestões para a formulação deste princípio, devo-as à conferência que Harai Golomb, da Universidade de Telavive, proferiu, em 29/11/1983, no Instituto de Semiótica e Teoria da Comunicação da Universidade Livre de Berlim, sobre «The Interaction of Verbal and Nonverbal Elements in Chekov's Drama».

²⁴ Esta é a problemática central no livro de Nelson Goodman *Sprachen der Kunst* (Linguagens da Arte) (1968-1973).

²⁵ Desde os finais do séc. XIX nasceu uma oposição comparável a esta, entre a fotografia e a pintura.

²⁶ Cfr. Meillet 1921.

²⁷ Cfr. Posner 1983.

²⁸ Cfr. por ex. Wettler 1980:207-234.

²⁹ Cfr. o princípio de Helmut Schnelle da «dupla vida linguística pluralista» (Schnelle 1973:63-77).

³⁰ Cassirer não era um empirista, mas desenvolveu de uma maneira mais clara que todos os semióticos antes dele, o pluralismo das formas simbólicas e o seu papel para o indivíduo e para a cultura. Já próximo do fim da sua vida resumiu estas reflexões no *Essay on Man* (1944).

BIBLIOGRAFIA

- Bailey, N.
(1724) *An Universal Etymological English Dictionary 2. Auflage*. London: Bell.
- Bailey, C.-J. und K. Maroldt
(1983) «Grundzüge der englischen Phonetologie. I: Allgemeine Systematik». *Arbeitspapiere zur Linguistik* 16:1-264.
- Beaufront, L. de
(1908) *Lingua internacional di la Delegitaro*. London: Pitman. Deutsch von R. Thomann: *Vollständige Grammatik der Internationalen Sprache*. Stuttgart: Franckh.
- Benn, G.
(1959) *Gesammelte Werke*. 4 Bde. Wiesbaden: Limes.
- Bickerton, D.
(1981) *Roots of Language*. Ann Arbor: Karoma.
(1983) «Kreolensprachen» *Spektrum der Wissenschaft, Heft 9*: 110-118.
- Black, M.
(1969) *The Labyrinth of Language*. New York: Praeger. Deutsch von H. E. Brekle: *Spache*. München: Fink 1973.
- Bloomfield, L.
(1933) *Language*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Carlevaro, T. und Lobin, G. (eds.)
(1979) *Einführung in die Interlinguistik (Enkonduko en la Interlingvistikon)*. Alsbach/Bergstrabe: Leuchtturm-Verlag.
- Cassirer, E.
(1944) *Essay on Man. An Introduction to a Philosophy of Human Culture*. New Haven: Yale U. P. Deutsch von W. Krampf: *Was ist der Mensch. Versuch einer Philosophie der menschlichen Kultur*. Stuttgart: Kohlhammer 1960.
- Claiborne, R.
(1974) *Die Erfindung der Schrift*. Reinbek: Rowohlt.
- Dirscherl, K.

- (1981) «Semiotik in Frankreich». *Zeitschrift für Semiotik* 3: 385-400.
- Eichler, Wund A. Hofer (eds)
(1974) *Spracherwerb und linguistische Theorien*. München: Piper.
- Frege, G.
(1893) *Grundgesetze der Arithmetik*. Jena: Pohle. Reprint Darmstadt: Olms 1966.
- Goodman, N.
(1968) *Languages of Art. An Approach to a Theory of Symbols*. Indianapolis: Bobbs-Merrill. a. Aufl. Indianapolis: Hackett 1976. *Deutsch von J. Schläger: Sprachen der Kunst — Ein Ansatz zur Symbotheorie*. Frankfurt: Suhrkamp 1973.
- Hauptenthal, R. (ed.)
(1976) *Plansprochen*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Hjelmslev, L.
(1943) *Omkring sprogteoriens grundlaeggelse*. Kopenhagen: Munksgaard. *Deutsch von R. Keller, U. Scharf und G. Stötzl: Prolegomena zu einer Sprachtheorie*. München: Hueber 1974.
- Jefferey, L. H.
(1961) *The Local Scripts of Archaic Greece*. Oxford: Clarendon.
- Ladefoged, P.
(1959) «The Perception of Speech». *Mechanisation of Thought Processes*. (=National Physical Laboratory. Vol. 1, Symposia n.º 10) London.
- Lewis, D.
(1969) *Convention: A Philosophical Study*. Cambridge, Mass.: Harvard U. P. *Deutsch von R. Posner und D. Wenzel: Konventionen — Eine sprachphilosophische Abhandlung*. Berlin und New York: W. de Gruyter 1975.
- Lüdtke, H.
(1969) «Die Alphabetschrift und das Problem der Lautsegmentierung». *Phonetica* 20: 147-176.
- Martinet, A.
(1960) *Elements de linguistique générale*. Paris: Armand Colin.
- Meillet, A.
(1921) «L'évolution des formes grammaticales». In: A. Meillet, *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion. 2. Aufl. 1958: 130-158.
- Menninger, K.
(1934) *Zahlwort und Ziffer. Eine Kulturgeschichte der Zahl*. 2 Bde. Breslau: F. Hirt. 2. neubearbeitete und erweiterte Auflage Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht 1958.
- Moles, A. und S. Rohmer
(1977) *Theorie des actes. Vers une écologie des actions*. Tournai: Castermann.
- Orwell, G.
(1949) 1984. London: Secker and Warburg. *Deutsch von W. Wagenseil: 1984*. Zürich: Diana 1950.
- Pike, K. L.
(1947) *Phonemics: A Technique for Reducing Languages to Writing*. Ann Arbor, Mich.: University of Michigan Press.
- Pilch, H.
(1964) «Phonetics, Phonemics and Metaphonemics». *Proceedings of the 9th International Congress of Linguists, Cambridge, Mass.* Paris und den Haag: Mouton: 900-904.
- Posner, R.
(1983) «Syntactics. Its Relation to Morphology and Syntax, Semantics, and Pragmatics, Syntagmatics and Paradigmatics». *Arbeitspapiere zur Linguistik* 15: 165-199.
- (1984) «Die Zahlen und ihre Zeichen—Geschichte und Ökonomie der Zahl-darstellung». In: K. Oehler (ed.), *Zeichen und Realität*. Tübingen: Stauffenberg. Vorabdruck in *Grazer Linguistische Studien* 19 (1983): 141-158.
- Record, R.
(1542) *The Grounde of Artes*. London: Reynold Wolff. Reprint Amsterdam und New York: Da Capo Press 1969.
- Riese, A.
(1525) *Rechnung auff der Linien unnd Federn / Auff allerley*. Handtierung. Frankfurt: Christian Egenolph.
- Röllig, W.
(1965) «Die Keilschrift und die Anfänge der Alphabetschrift». *Studium Generale* 18: 729-742.
- Saussure, F. de
(1916) *Cours de linguistique générale*. Ed. C. Bally, A. Sechehaye und A. Riedlinger. Lausanne und Paris: Payot. *Deutsch von H. Lommel: Grundfragen der Allgemeinen Sprachwissenschaft*. Berlin: W. de Gruyter 1931, 2. Aufl. 1967.
- Schnelle, H.
(1973) *Sprachphilosophie und Linguistik — Prinzipien der Sprachanalyse a priori und a posteriori*. Reinbek: Rowohlt.
- Schuchardt, H.
(1904) «Bericht über die auf Schaffung einer kunstlichen internationalen Hilfssprache gerichtete Bewegung». *Almanach der kaiserlichen Akademie der Wissenschaften* 54: 281-296. Wien. Abgedruckt in Hauptenthal 1976: 46-58.
- Smith, D. E. und L. Ch. Karpinski
(1911) *The Hindu-Arabic Numerals*. Boston und London: Ginn.
- Trubetzkoy, N. S.
(1939) *Grundzüge der Phonologie*. Prag: Cercle Linguistique.
- Wettler, M.
(1980) *Sprache, Gedächtnis, Verstehen*. Berlin und New York: W. de Gruyter.

TIPOLOGIA DAS COMPONENTES SEMÂNTICAS

(Conclusão)

IV. Examinemos agora a distinção entre semas *específicos* e *genéricos*. Segundo Pottier (1974, pp. 330-331), um sema genérico é um «elemento do clasema, permitindo a aproximação de dois sememas próximos*, por referência a uma classe mais geral», enquanto que um sema específico é um elemento do semantema, permitindo opôr dois sememas muito próximos, por uma característica própria». Antes de ajuizar sobre o carácter operatório desta distinção algumas precisões se impõem.

VI. A. A definição dos semas genéricos e dos semas específicos é relativa a uma classe de sememas. Por outras palavras, os sememas não são definidos como conjuntos de semas, mas mais precisamente como sub-conjuntos de semas no seio de um conjunto de definição. Os semas não são, pois, relações entre conjuntos, mas entre sub-conjuntos.

Precisar o estatuto dos conjuntos de definição permitirá fazer aparecer as diferenças entre semas genéricos e semas específicos, por um lado, e entre diversos tipos de semas genéricos, por outro.

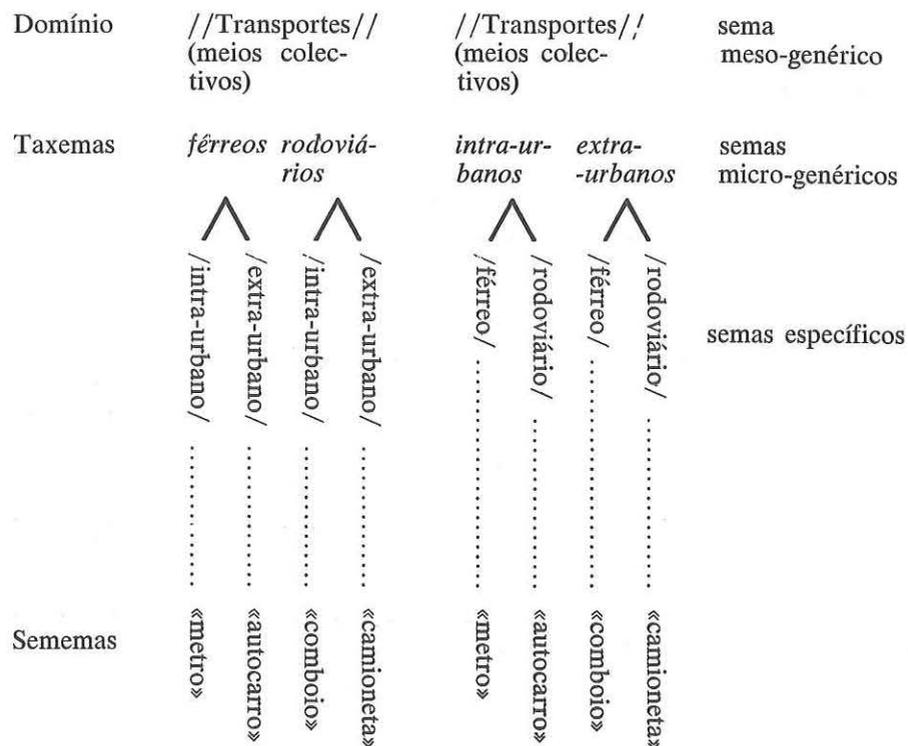
O taxema é o conjunto de categoria inferior. Os semas específicos são definidos no interior do taxema, assim como certos semas genéricos de fraca generalidade.

Como vários conjuntos de definição de generalidade crescente podem encontrar-se em relação de inclusão ou de intersecção¹³, podemos definir semas genéricos de generalidade crescente. Para fazê-lo, não levamos em conta as classes conceptualmente possíveis, mas unicamente classes semânticas linguisticamente relevantes: a) o taxema, ou paradigma minimal; b) o domínio, grupo de taxemas associados por uma norma social; c) a dimensão, classe de generalidade superior, em intersecção com todos os domínios, e incluindo certos taxemas. Por exemplo, para o semema «colher», retemos os semas genéricos: /talher/, exprimindo a pertença a um taxema; /alimentação/, exprimindo a pertença a um domínio; /concreto/ e /ina-

* «Voisins» no original — N. T.

nimado/, exprimindo a pertença a dimensões¹⁴. Distinguem-se assim três tipos de semas genéricos, conforme exprimam a pertença de um semema: (i) a um taxema, (ii) a um domínio, (iii) a uma dimensão. Chamar-lhes-emos, respectivamente, semas *micro-genéricos*, *meso-genéricos* e *macro-genéricos*.

IV. B. Aqui põe-se evidentemente o problema da identificação dos conjuntos de definição; das suas soluções dependem todas as análises funcionais em componentes. Este problema retoma o da escolha entre as descrições componenciais possíveis. Sejam, por exemplo, os sememas «metro», «autocarro», «comboio», «camioneta». Podem propor-se duas descrições das suas interrelações em língua¹⁵:



Enquanto os sememas manifestados por gramemas relevam na sua maior parte de classes acabadas e invariáveis em sincronia, os sememas manifestados por lexemas relevam de classes definidas por normas sociais e que podem variar em sincronia. Estas reagrupam os «termos verosimilmente utilizáveis»¹⁶.

Inclinar-nos-emos aqui para a árvore da direita porque corresponde às situações pragmáticas mais correntes: escolhe-se um meio de transporte em função do seu destino e não porque é férreo ou rodoviário. Por isso, os enunciados que temos são do tipo: «Vais de metro ou de autocarro?» ou «Prefiro lá ir de comboio do que de carro», em vez

de «Vais de autocarro ou de camioneta?». Enunciados como «Vamos de carro ou de metro?» continuam evidentemente a ser possíveis e aceitáveis.

Retenhamos, de momento, que a oposição específico/genérico é relativa ao seu conjunto de definição; nenhum sema é pois por natureza específico ou genérico¹⁷.

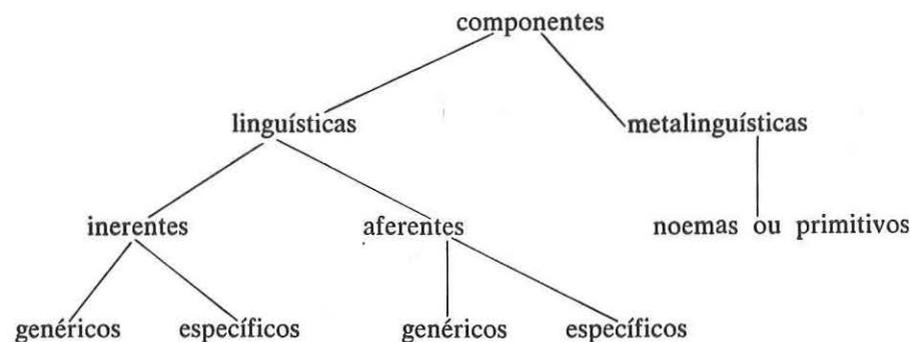
IV. C. Se vários sememas de um mesmo taxema compreendem um mesmo sema, este não é por esse facto um sema genérico, desde que todos os sememas do taxema considerado não o incluam. Por exemplo, se no taxema *talheres* os sememas «colher» e «garfo» têm relativamente a «faca», o sema aplicativo /para aprender/ isto não significa evidentemente que exista em francês um taxema *talheres-para-aprender*. Esta observação pode iluminar, nas definições de Pottier, a menção de que o sema genérico exprime uma identidade entre sememas «próximos» enquanto que o sema específico exprime uma disjunção entre sememas «muito próximos».

IV. D. Precisemos agora a natureza das relações de especificidade e de genericidade.

O sema genérico «aproxima» dois sememas se o taxema considerado não conta senão dois, e $2+n$ sememas se o taxema conta $2+n$. Enquanto exprime a sua pertença ao mesmo conjunto, o sema genérico é recorrente em todos os sememas pertencentes a esse conjunto. A relação entre as diferentes ocorrências do sema genérico é recorrente em todos os sememas pertencentes a esse conjunto. A relação entre as diferentes ocorrências do sema genérico é uma relação de *identidade*; a relação entre os diferentes sememas que o incluem é uma relação de *equivalência*, da qual ele é o módulo.

Em compensação, a relação entre dois semas específicos «permitindo opôr dois sememas próximos» é uma relação de *disjunção exclusiva*; ela induz entre os sememas que os incluem uma relação de *incompatibilidade*.

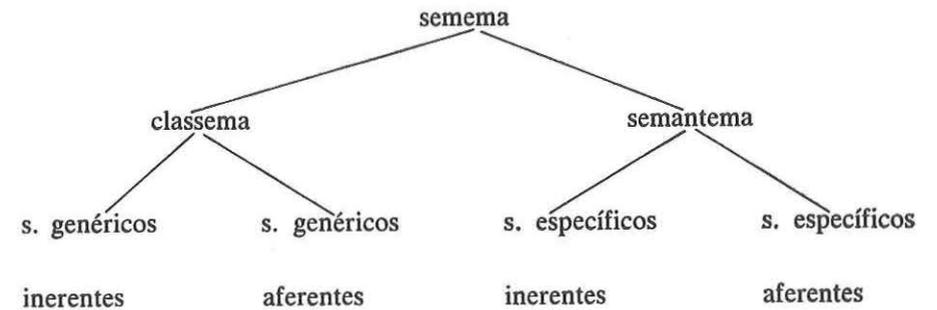
V. Estamos presentemente em condições de apresentar uma tipologia das componentes semânticas:



N. B.: a) Sobre os noemas, ver nomeadamente Heger (1971), Martin (1976, pp. 142-143; 1983, pp. 83-90), Pottier (1980).

b) Para ser contemplada, esta tipologia requer uma teoria das aferências em contexto linguístico e/ou pragmático; desenvolvê-la-emos por outra via.

A estrutura do sema pode agora ser representada assim:



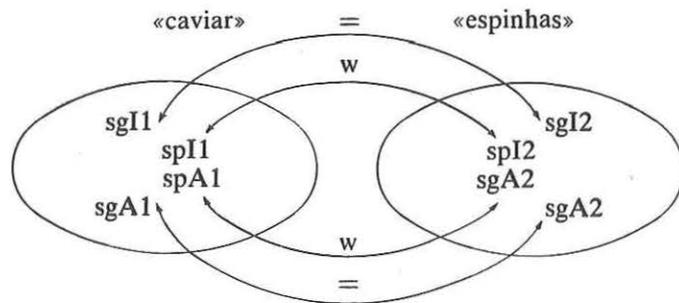
Um exemplo simples permitirá ilustrar estes quadros tipos de semas¹⁸. *Le Canard Enchaîné* * de 30.11.1983 escolhia por título: *O caviar e as espinhas*.

Um sema genérico de tipo (i) é comum aos dois sememas «caviar» e «espinhas» :/ partes de peixe/. Estes dois sememas são, por outro lado, opostos por, pelo menos, um sema específico, / comestível/, para «caviar», / não comestível/ para «espinhas». Estes três traços são inerentes (codificados em língua).

Inferências contextuais, situacionais, e o conhecimento de normas sociais permitem por outro lado construir semas aferentes. As inferências contextuais têm por fonte o conteúdo do artigo e as espinhas de arenque fumado com que os desenhadores do *Canard* enchem todas as semanas, o prato do Zé-povinho; as inferências situacionais relevam do tipo do jornal, satírico e especializado na crítica sócio-política; o conhecimento de normas sociais relaciona-o com o preço do caviar, reservando-o em geral às chamadas elites e conferenciando-lhe um valor «simbólico». Em função de tudo isto, o sema genérico aferente comum a «caviar» e a «espinhas» pode ser denominado / condição económica/; o sema específico aferente de «caviar», / luxo/, e de «espinhas», / miséria/.

Obtém-se assim a representação seguinte:

* Célebre semanário humorístico francês; cf. sua caracterização supra. N. T.



Legenda: sp: sema específico; sg: sema genérico; I: inerente; A: aferente; =: identidade; w: disjunção exclusiva.

sgI1 e sgI2: /partes de peixes/

spI1 : /comestível/; spI2 : /não comestível/

sgA1 e sgA2 : /condição económica/

spA1 : /luxo/; spA2 : /miséria/.

VI. Estamos neste momento à altura de formular uma definição que sintetize as reflexões precedentes.

Um sema é uma relação funcional binária e não-trivial entre dois elementos pertencendo a dois sememas distintos. Nomeia-se essa relação especificando a extremidade do par de elementos que ela une.

Podem distinguir-se dois tipos de semas, correspondendo a dois tipos de relações funcionais: as relações simétricas e/ou reflexivas, nomeadamente a identidade e a disjunção exclusiva, definem os elementos ditos *inerentes*. As relações assimétricas e/ou irreflexivas, nomeadamente a implicação definem os elementos ditos *aferentes*¹⁹; no caso do semema-fonte e do semema-fim, convém sempre distingui-los explicitamente da relação funcional.

Chama-se sema *genérico* a uma propriedade característica dos elementos do conjunto considerado; e sema *específico* a uma propriedade característica de um elemento do conjunto considerado.

A relação sémica é construída por meio de um *interpretante*²⁰.

O interpretante de um sema genérico determina o seu conjunto de definição; o de um sema específico determina os dois sememas (ou sub-conjuntos de semas) que são o lugar da relação.

O interpretante de um sema genérico determina o seu conjunto de definição; o de um sema específico determina os dois sememas (ou sub-conjuntos de semas) que são o lugar da relação.

O interpretante pode ser uma unidade semiótica²¹ qualquer quer ela pertença ao plano do conteúdo quer da expressão.

A relação entre um sema e o seu interpretante é determinada por um sistema de codificação, quer se trate do sistema funcional da língua, quer de outras normas. A sua identificação releva da semântica interpretativa.

VII. As propostas acima conformam-se com certos objectivos epistemológicos: desejamos não excluir do campo da semântica — numa prag-

mática não integrada, uma poética, ou uma semiótica discursiva autónoma — fenómenos de significação constatados no discurso, mas que escapam a uma definição demasiado estreita da língua — e da linguística.

Se conviermos que o sistema funcional da língua não é senão uma das normas sociais que sistematizam o conteúdo linguístico, porque não tomar em conta as outras normas? Seria uma vitória à Pirro construir uma semântica restrita, incapaz, por exemplo, de descrever um título do *Canard Enchaîné*.

Com efeito, uma questão crucial se coloca: «Structural semantics, as we understand it, is as such concerned exclusively with the level of the system (level of functional oppositions). But how does the transition function from the level of the system (...) to those of *norm* and *discourse*?» (Coseriu e Geckeler, 1981, p. 68). Desejamos que, à custa de um necessário aprofundamento teórico, o estudo das aferências possa contribuir para resolver este problema.

Traduzido do francês *Typologie des Composants Sémantiques*, por VERA LÚCIA VOUGA — Universidade do Porto

NOTAS

¹² Ruwet combina todo o tipo de resistências criticando a afirmação do Grupo Mu segundo a qual «bétula» é uma metáfora possível de «rapariga» porque as duas expressões têm em comum o sema /flexível/. Antes de mais, /flexível/ não é um sema porque «não é evidentemente uma unidade minimal de significação» (1975, p. 372). Em seguida, /flexível/ não entra na descrição de «bétula» nem de «rapariga» que se define pelos semas seguintes: «ser humano», «de sexo feminino», «não casado», e talvez «jovem» (...) Quanto a *bétula*, não é claro que este termo tenha uma representação semântica qualquer» (ibid. p. 373). Enfim, não é uma metáfora: «Também não há razão de pensar que um só 'sema' comum esteja subjacente a uma metáfora — em geral, as metáforas, sobretudo as mais felizes, evocam todo um feixe de associações, de analogias mais ou menos fortes ou mais ou menos claras» (ibid.). Esta argumentação contraditória só confirma aos nossos olhos a utilidade do conceito de sema aferente. Diríamos que /flexível/ pode ser um sema aferente a «rapariga» no contexto equativo de uma comparação com «bétula».

¹³ Reencontramos aqui, numa problemática particular, o problema da «hierarquia-ser», que concerne a transitividade das relações hipotáticas:

Esta casa tem uma porta.

Esta porta tem um puxador.

Mas \odot (?) Esta casa tem um puxador.

¹⁴ Os traços /concreto/ e /inanimado/ poderiam, bem entendido, ser inferidos de /talheres/. Sobre a necessidade de definir regras de redundância, cf. Katz, 1971, p. 193 sq.

¹⁵ Desejamos apresentar aqui elementos para responder a uma objecção de princípio que Lyons formula contra a semântica componencial: «Hoje é geralmente admitido que em certos domínios do vocabulário onde se aplicou a análise componencial (...) é possível fornecer várias análises do mesmo conjunto de lexemas, todas igualmente plausíveis. Como decidir então em tais casos qual destas análises é correcta? Até aqui esta questão continua sem resposta e pode ser mesmo impossível responder-lhe» (1978, p. 270). Esta questão está correctamente colocada, mas o critério psicológico que propõe Lyons parece-nos difícil de admitir tal qual; ele continua: «Com efeito, resta demonstrar que as componentes de sentido que postula o linguista desempenham algum papel na produção e na percepção dos enunciados. Ora, se não se pode demonstrar a validade psicológica destas componentes de sentido ditas fundamentais, a análise componencial torna-se imediatamente muito menos atraente».

¹⁶ Sobre esta questão, cf. também o nosso estudo, 1985, II.A.
¹⁷ Por isso Coseriu observou que «um clasema (i. e. sema genérico) que funcione como *determinador* em certos lexemas pode funcionar como *sema determinante específico* em outros contextos: assim, o clasema «pessoa» do latim «miles», «consul», «sator», «magister», etc., funciona como sema no adjectivo «senex» («velho» para as pessoas)» (1966, p. 212). Para uma discussão, cf. C. Kerbrat-Orecchioni, 1979, p. 523.

¹⁸ Diferentemente da formulação inaugural de Pottier, introduzimos semas aferentes («traços conotativos», segundo ele) no clasema e no semantema em vez de os reagrupar numa classe ad hoc (o virtuemema).

Não desejamos fazer aqui um estudo comparativo das diversas tipologias de componentes semânticas. Sobre a tipologia de Katz e Fodor, cf. Bierwisch, 1971; para uma tentativa de combinação original das tipologias gerativistas e «estruturalistas», cf. Kerbrat-Orecchioni, 1979, p. 585 sq.

Assinalemos no entanto uma convergência interessante entre a nossa tipologia e a de G. Lakoff (1972, p. 196 sq.), todavia proveniente de uma problemática diferente. Utilizando vedações (hedges), Lakoff diferencia quatro espécies de traços semânticos:

a) Os traços *definicionais* são postos em relevo pela vedação *tecnicallly*; assim, *A whale is technically a mammal* é uma proposição verdadeira. Diríamos que o traço /mamífero/ é inerente a «whale».

b) Os traços *primários* são postos em relevo pela vedação *strictly speaking*; assim, *A whale is strictly speaking a mammal* é uma proposição verdadeira; e diríamos o mesmo que acima.

c) *Loosely speaking* põe em relevo os traços *secundários*; *Loosely speaking, a whale is a fish* seria uma proposição verdadeira; em nossa opinião, a vedação suspende a alatopia entre «whale» e «fish» (se nos referirmos à taxinomia científica), e permite seleccionar os semas comuns /aquático/, e /pisciforme/.

d) *Regular* permitirá formar *Harry is a regular fish*, que será verdadeiro se Harry nadar como um peixe: este traço é dito *característico* e *fortuito*.

Sem discutir aqui os exemplos citados, nem os fundamentos de uma semântica vericondicional, podemos propor as seguintes concordâncias: traços deficionais ou primários = semas genéricos inerentes; traços secundários = semas específicos inerentes; traços característicos fortuitos = semas aferentes.

¹⁹ Não estudaremos aqui a composição das relações binárias de aferência, que poria em jogo mais de dois sememas. Limitar-nos-emos, além disso, às relações entre sememas, sem precisar se relações de aferência podem ser estabelecidas entre unidades relevando de um patamar superior da descrição (por exemplo, as implicações entre enunciados, ou entre funções narrativas).

²⁰ Não retomamos aqui o conceito de interpretante tal como é definido por C. S. Peirce Com efeito, para ele, o interpretante define-se relativamente a um signo, que pode ser uma unidade da expressão, uma palavra, por exemplo, e não relativamente a uma unidade de conteúdo. Além disso, o interpretante está ligado a uma teoria de referência, visto que um signo é «qualquer coisa que determina outra coisa (o seu interpretante) a referir-se a um objecto ao qual ele próprio se refere» (2.300; cf. também 1.339, 4.536, 5.473-492, 2.230). O conceito assim definido é tão geral que se torna praticamente inutilizável; procurando restringir o seu sentido, Eco identifica-o (i) com o sinónimo, (ii) com a representação componencial do semema, e (iii) com o sema (cf. 1975, pp. 106-107): ainda é demais.

²¹ O interpretante pode relevar de um sistema de signos não linguístico.

BIBLIOGRAFIA

Bierwisch, M.

(1971) On classifying semantic features, in Jakobovits, L., Steinber, D. eds. *Semantics*, Cambridge University Press, pp. 411-435.

Coseriu, E.

(1966) Structures lexicales et enseignement du vocabulaire, in *Actes du I^{er} colloque de linguistique appliquée*, Nancy, pp. 175-217.

Coseriu, E., Geckeler, H.

(1981) *Trends in structural semantics*, Tübingen, Narr, 85 p.

Greimas, A.-J.

(1966) *Sémantique structurale*, Paris, Larousse, p. 262.

Katz, J. J.

(1971) *La philosophie du langage*, Paris, Payot, p. 268.

Katz, J. J., Fodor, J. A.

(1963) Structure of a semantic theory, *Language*, 39, pp. 170-210.

Kerbrat-Orecchioni, C.

(1979) *De la sémantique lexicale à la sémantique de l'énonciation*, Lille, Service de reproduction des thèses, t. I, p. 597.

Kiefer, F.

(1974) *Essais de sémantique générale*, Paris, Mame, p. 163.

Lyons, J.

(1978) *Eléments de sémantique*, Paris, Larousse, p. 296.

Martin, R.

(1976) *Inférence, antonyme et paraphrase*, Paris, Klincksieck, p. 174.

(1983) *Pour une logique du sens*, Paris, P.U.F., p. 265.

Nef, F.

(1983) *La description de la deixis temporelle du français moderne*, inédit, p. 523.

Pottier, B.

(1964) Vers une sémantique moderne, *Tra.li.li.*, pp. 107-138.

(1974) *Linguistique générale*, Paris, Klincksieck, p. 338.

(1980) Sémantique et noémique, *Anuario de Estudios filológicos*, Cáceres, Universidad de Extramadura, III, pp. 169-177.

Rastier, F.

(1983) Isotopies et impressions référentielles, *Fabula*, I, pp. 107-120.

Weinreich, U.

(1971) *Explorations in semantic theory*.

ERRATA da primeira parte do artigo, publicada em CRUZEIRO SEMIÓTICO I:

P. 35, no fim do parágrafo 6, acrescentar a nota (12).

P. 36, onde se lê «blanquette em molho branco», deve ler-se «blanquette: prato de carne em molho branco.»

LUÍS F. A. CARLOS

Universidade do Porto

METAMORFOSES DO SIGNO E UMA SUPRA-METAMORFOSE DE JORGE DE SENA

Toda a poesia da modernidade põe em função uma infinita metamorfose dos signos. Dir-se-á que o tema da metamorfose fantástica dos seres — que, também ele com as suas metamorfoses, marca a literatura ocidental desde as suas origens — se transforma finalmente no mecanismo privilegiado de uma semiosis segundo a qual a própria linguagem se autodevora. Mas tal mecanismo não está por seu turno isento de múltiplas metamorfoses. Os seus limites extremos — ou o seu centro simbólico — situam-se na «supra-metamorfose» representada pelos *Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómena* de Jorge de Sena.

I

PANDEMOS

*Dentífona apriuna a veste iguana
de que se escalca auroma e tentavela.
Como superta e buritânea amela
se palquitorará transcêndia inana!*

*Que vúcios defuratos, que inumana
sussúrrica donstália penicela,
às tricotas relesta demiquela,
fissivirão bolíneos, ó primana!*

*Dentívolos palpículos, baixai!
lingânicos dolins, refucarai!
Por mamivornas contumai a veste!*

*E, quando prolifarem as sangrárias,
lambidonai tutilícos anárias,
tão placitantes como o pedipeste.*

Assis, 6/5/61

II

ANÓSIA

*Que marinais sob tão pora luva
de esbranforida pela retinada
não dão volpúcia de imajar anteada
a que moltínea se adamenta ocuva?*

*Bocam dedetos calcurando a fuva
que arfala e dúpia de antegor tutada,
e que tessalta de nigrors nevada.
Vitrai, vitrai, que estamineta cuva!*

*Labiliperta-se infanal a esvebe,
agluta, acedirasma, sucamina,
e maniter suavira o termidodo.*

*Que marinais dulcífima contebe,
ejacicasto, ejacifasto, arina! ...
Que marinais, tão pora luva, todo ...*

Assis, 6/5/61

III

URÂNIA

*Purília amancivalva emergidanto,
imarculado e rósea, alviridente,
na azúrea juvenil conquinomente
transcurva de aste o fido corpo tanto ...*

*Tenras nadáguas que oculvivam quanto
palidiscuro, retradito e olente
é mínimo desfincta, repente,
rasga e sedente ao duro latipranto.*

*Adónica se esvolve na ambolia
de terso antena avante palpinado.
Fímbril, filível, viridorna, gia*

*em túlida mancia, vaivinado.
Transcorre uníflo e suspentreme o dia
noturno ao lia e luçardente ao cado.*

Assis, 14/5/61

AMÁTIA

*Timbórica, morfia, ó persefessa,
meláina, andrófona, repitimbídia,
ó basilissa, ó scótia, masturlídia,
amata cíprea, calipígea, tressa*

*de jardinatas nigras, pasifessa,
luni-rosácea lambidando erídia,
erínea, erítia, erótia, erânia, egídia,
eurínoma, ambológera, donlessa.*

*Áres, Hejáistos, Adonísio, tutos
alipigmaios, atilícios, futos
de lívia damitada, organissanta,*

*agonimais se esgorem morituros,
necrotentavos de escancárias duros,
tantisqua abradimembra a teia canta.*

Assis, 20/6/61

Estes sonetos tiveram a sua primeira aparição no n.º 2 da revista de vanguarda *Invenção* (2.º semestre de 1962, São Paulo — Brasil), onde pontificavam conhecidos «poetas concretos» como Haroldo e Augusto de Campos, Décio Pignatari, Pedro Xisto, etc. São no entanto conhecidas as reservas de Jorge de Sena face ao projecto concretista. Se os *Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómena* não deixam por isso de manter uma ligação literária indissolúvel com este movimento, a verdade é que Jorge de Sena estabelece uma demarcação com repercussões directas no estatuto semiótico-poético dos textos. Para Jorge de Sena, o concretismo «assenta sobretudo na ideia de recusa ao *discurso poético* e na do valor das palavras fora de um contexto sintáctico», diferentemente dos seus sonetos, que têm por suporte uma rede subtil de estruturas sintácticas e discursivas¹. Em outros termos, o aparelho semiótico dos *Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómena* só funciona enquanto a desintegração do discurso poético prevê a sua reconstrução dialéctica.

O que seguramente está em causa nestes sonetos é menos o discurso poético do que as estruturas morfo-lexicais nele injectadas pelo sistema linguístico. Jorge de Sena submete-as a um tratamento de tal modo complexo que a leitura é abalada parcialmente e remetida para uma profunda remodelação dos seus códigos de serviço a partir da sistemática textual, nos seus diferentes níveis significantes, em particular o sonoro. No fundo, pretende-se que a linguagem signifique por si própria, dentro de uma semiótica onde os processos de significação jamais residem nos signos mas na sua metamorfose. Eis a semiosis que o presente trabalho procura apreender, nos seus mecanismos gerais.

Jacques Derrida sintetiza lapidarmente o projecto nuclear da escrita contemporânea: «destruir o conceito de 'signo' e toda a sua lógica»². Ora este exercício de destruição — a crise mesma da unidade dualista saussureana — tem os seus efeitos mais imediatos na ruptura da relação Ste/Sdo que as práticas poéticas da modernidade geralmente executam. A lógica contestativa-transformativa de tais práticas introduz uma série de novas modalidades semióticas, contrapostas ao imperialismo das matrizes convencionais e ao código da representação, cujas bases residem na noção de «signo», na lei, no conceito, no princípio de causalidade e numa teleologia do sentido. Dentre essas modalidades, o funcionamento metafórico do discurso ocupa, como o demonstrou Jakobson, uma importância central, porque não só desintegra a unidade do signo mas sobretudo inverte a relação das suas partes constitutivas. Porém, não dispensa de todo operações previamente codificadas nem impede a reconstituição, num grau considerável, da matriz do signo. Ademais, a destruição do vínculo vertical nem sempre corresponde a uma actuação homóloga sobre o significantes como forma instituída e instauradora de bloqueios semióticos determinados por um regime de fixação linear.

Uma nova problemática se enuncia com a crise radical da linearidade do significantes. São múltiplos os seus avatares, conduzidos aos limites extremos da lisibilidade por uma produção desenvolva de textos de ruptura. Mallarmé põe em questão a linearidade textual, ao mesmo tempo que fala de «un adieu du signe» e interroga o esfíngico «nul ptyx». Os vanguardistas do início do século, na sua recusa teórica e empírica das matrizes convencionais, dos seus fundamentos e do próprio discurso, originam uma nova atitude perante a actividade produtiva e a consequente remodelação dos dispositivos semióticos. Duas vias distintas participam nesta pesquisa. Uma — identificável com a poesia fónica do dadaísmo, do letrismo isouiano e de algum concretismo exacerbado — acaba por totalmente rejeitar a palavra e a própria poesia, obstruindo a manifestação de qualquer tipo de código, em vista de uma lógica da destruição ou de uma simples construção ilogística. A sua fixação na esfera do não-signo tem todavia um risco: não se destrói o que está ausente e em lugar seguro. Uma posição antipodal deste tipo vê-se reduzida à condição de mero avesso instantâneo, solitário e ínfimo do objecto de contestação.

A outra via reveste-se de um carácter intermediário. Move-se entre o signo e o não-signo; e concebe o caos semiótico como prática de reorganização semiótica apoiada no investimento de uma «lógica significantes» cujo papel de redistribuição das articulações do plano expressivo remodela as estruturas do plano do conteúdo. Os seus processos traduzem-se basicamente em operações que incidem nas formas constituídas (deformação ou intersecção) e em formas novas (invenção). Dos seus particulares representantes, destacam-se, na variedade que os informa, Lewis Carroll, os futuristas — nomeadamente com as *parolibéri* de Marinetti e o *zaoum* de Khlebnikov —, Ângelo de Lima, alguns surrealistas em deriva, Prévert, Desnos, Queneau, Henri Michaux, certo concretismo consciente dos seus limites e, finalmente, no género do romance polifónico, o autor de *Finnegans Wake*, James Joyce. Todos se unificam num

mesmo projecto, duplamente accionado: em primeiro lugar, na sabotagem da organização orientada, do sentido vectorizado e da grandeza unidimensional definidos pela «linha» significante instituída, relativizando a significação e convertendo a linha em *volume*, numa espacialidade multidimensional de infinitas relações (Kristeva, Sollers); e, em segundo lugar, na sobredeterminação do funcionamento semiótico por uma economia de sentido global, interactivo. Assim a prática significante rompe com as estruturas codificadas nos vários níveis (morfo-fonémico, lexical e sintáctico); e submete o signo a uma permanente metamorfose. Jorge de Sena, com os *Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómena*, inscreve-se, a seu modo, neste novo regime significante.

Em 1963, estes sonetos tiveram a sua primeira edição portuguesa no volume *Metamorfoses*, do Autor. O título ovidiano enferma de um valor profundamente semiótico na aplicação que Jorge de Sena dele faz: os poemas do livro resultam de transposições intersemióticas operadas a partir de objectos plásticos; o seu processo gerador radica na metamorfose de sistemas semióticos — metamorfose dos signos. No tocante aos *Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómena*, «que encerram e coroam» o volume, inscrevendo-se assim numa nova sistemática, são apresentados como uma «supra-metamorfose»³. Isto é: mais do que a transposição de sistemas, seguem um conceito de «poesia como criação de linguagem» que «engloba a realidade e a sua mesma representação linguística»⁴. Indo mais longe, os sonetos incidem simultaneamente em sistemas semióticos não-linguísticos e, sobretudo, na organização significante da própria língua, a uma escala de transformação tal que a destrói «como significação»⁵. «O que eu pretendo — diz o Poeta — é que as palavras deixem de significar semanticamente para representarem um complexo de imagens suscitadas à consciência liminar pelas associações sonoras que as compõem»⁶. Esta valorização funcional das «associações sonoras» extrai as últimas consequências semióticas e poéticas de duas propostas centrais da modernidade: as correspondências de Baudelaire e a gramática da sugestão mallarmeana. A polifonia do sistema de equivalências textuais promove uma esfera de sugestão que o próprio Poeta considera mais ampla do que a da «metáfora ambígua, com as suas fixações de sentido»⁷.

Entretanto, põe-se a questão de saber qual o aparelho de escuta susceptível de realizar operações de atribuição de sentido, ante as resistências oferecidas às actividades de reconhecimento e de compreensão. De acordo com U. Eco, «o texto é uma máquina preguiçosa que requer do leitor um árduo trabalho cooperativo para preencher espaços do não-dito e do já-dito, por assim dizer, deixados em branco»⁸. Cabe ao leitor a função de pôr o texto a trabalhar, reactivando os operadores textuais e estabelecendo níveis de articulação possíveis entre o sistema produtivo e o campo de leitura de que faz parte, de modo a permitir o funcionamento dos circuitos de sentido. Esta articulação tem como condições mínimas o investimento de processos de análise sobre as regras e os mecanismos de produção, por um lado, e a ligação directa ou indirecta das suas previsões de leitura às disponibilidades atributivas do sujeito, por outro. Ora aqui os *Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómena* colocam-nos perante um grande óbice, apenas transponível porque nos confrontamos com uma textualidade situada entre dois limites: o signo e o

não-signo, o lisível e o ilisível, o código e o não-código. Resta constituir o modelo teórico adequado à sua transposição.

Articulando e desenvolvendo propostas teóricas marginais a uma metafísica do signo dominante — a desintegração sonora da palavra pela fonologia de Praga, o dialogismo de Bakhtine, a cadeia significante de Lacan e, sobretudo, essoutro Saussure das pesquisas anagramáticas e da dissolução do signo como força estruturante do espaço textual —, Julia Kristeva chega a um modelo *paragramático* que em múltiplos aspectos prevê linhas de acesso ao texto-limite de Jorge de Sena. Kristeva abandona definitivamente a concepção dualista do signo e desloca o problema semiótico para o domínio dinâmico e pluridimensional do *texto*, encarado como produtividade significante «irredutível à representação»⁹, numa «oscilação da escrita entre o Logos e os choques de significantes»¹⁰, entre os princípios monológico e dialógico, a lei e a sua destruição¹¹. A entidade *texto* define-se por um estatuto duplo: de um lado, «a sua relação com a língua na qual se situa é redistributiva (destrutivo-constructiva)»; do outro, «é uma permutação de textos, uma intertextualidade»¹². Repare-se: entre o texto e a língua, joga-se uma redistribuição de categorias e, conseqüentemente, tem lugar um trabalho de transformação que pode atingir diversos níveis, entre os quais a própria organização significante; mas o texto é também a transposição de uma infinidade de textos: «todo o texto é absorção e transformação de um outro texto»¹³. Este processo semiótico, que Kristeva designou por *paragramatismo* — conceito «do que opera para ligar a desconstituição do sujeito à sua constituição, a desconstituição da palavra à constituição do texto, a desconstituição do signo à constituição da escrita»¹⁴ —, releva do seguinte princípio geral: o texto é uma «rede de conexões»¹⁵ sobredeterminadas por uma «palavra-tema» (Saussure), ou, noutros termos, o texto é uma expansão dessa palavra-tema¹⁶. Algo de semelhante propõe U. Eco. Para ele, o texto é uma expansão de um semema ou «texto virtual»¹⁷. Riffaterre, por sua parte, nas proximidades de Kristeva, considera o texto como o «resultado da transformação de uma matriz»¹⁸. Quer dizer: o texto compreende a matriz e as suas transformações, reguladas por uma «semiosis unificante»¹⁹, visto que os «enunciados sucessivos são de facto equivalentes» e representam «variantes da mesma matriz estrutural»²⁰, promovidas por relações de sobredeterminação (expansão e derivação hipogramática)²¹.

Nos três casos, a produção de sentido é possível graças a um novo tipo de significância. Para Kristeva, o sentido poético «é o lugar de cruzamento de vários códigos»²², portanto um «efeito interdiscursivo»²³. Quanto a Eco e a Riffaterre, estes semioticistas fazem apelo à noção peirciana de *interpretante*, «signo equivalente» ou «mais desenvolvido» de outro signo. O primeiro aponta para uma «semiosis ilimitada» com base no circuito infinito dos interpretantes: «Todo o signo interpreta um outro signo, e a condição basilar da semiose é, justamente, esta condição de regresso infinito»²⁴. O segundo perspectiva o interpretante como signo mediador «equivalente num outro sistema significante» ou «no seu próprio sistema significante»²⁵. Com efeito, o interpretante é o «vínculo entre o já-dito do intertexto e a reescrita que é o texto», sendo a sua função «engendrar a maneira desta reescrita» e «ditar-lhe as regras de decifração»²⁶. A leitura do texto ao intertexto deve atender

necessariamente à função do interpretante. O mesmo sucede na ordem interna do texto, onde se gera uma motivação secreta das palavras, «sobredeterminadas pelo seu papel no contexto do interpretante»²⁷.

Dentro deste quadro teórico, os *Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómena* constituem um caso exemplar, de tal forma realizam a síntese extrema do lisível e do ilisível. A sua orgânica semiótica enuncia-se como interacção cerrada dos códigos e da sua destruição. Esta instabilidade permanente de processos *significa* a instabilidade mesma do sentido.

A sistemática heteróclita dos significantes textuais mantém um suporte de estruturas que reenviam a níveis de conteúdo intertextualmente localizáveis noutros textos e no conjunto dos códigos culturais. Atente-se no título dos poemas: além de respeitar o léxico e as regras de gramaticalidade próprias da língua matriz, introduz o *topic* textual e uma série de hipercodificações que orientam a semiosis e fixam factores de lisibilidade impostos pelas regras do género lírico e por configurações mitológicas: o soneto, cuja técnica formal o Poeta respeita integralmente, e Afrodite, a deusa grega do Amor, captada na sua génese mítica através do epíteto /Anadiómena/, de significado «a que emerge das águas», que ao longo dos textos sofrerá múltiplas metamorfoses, como os subtítulos indicam. A partir desta matriz, todo o texto se estrutura mediante conversões²⁸ dinâmicas sobredeterminadas, substituindo a «relação semântica vertical» por uma «relação lateral»²⁹, metonímica, segundo a lógica do interpretante. Qual Afrodite, o sentido emerge do papel diferencial (que já não referencial) representado pelos significantes³⁰. Temos pois um conjunto de sobredeterminações possíveis, geradoras de correspondências semântico-fonémicas gradualmente amplificadas no interior da rede textual. O exemplo mais significativo reside na densa paragramatização do diferencial significante /ana-/, contido em /Anadiómena/ e dotado de uma função interpretante. Esta paragramatização manifesta-se tanto no plano expressivo como no plano do conteúdo, veiculando semas que sugerem uma dinâmica multidimensional: movimento *para, sobre, através de, para cima; de novo; sentido contrário*. Um outro exemplo pode ser dado: o termo inicial do primeiro soneto — /Dentífona/ — cria uma impossibilidade de leitura se o tomarmos isoladamente; mas, se o pusermos em relação com o termo /andrófona/, do quarto soneto (v. 2), e procedermos à sua semanálise, facilmente lhe reconheceremos uma função semiótica: /andrófona/ é um epíteto grego de Afrodite — como a grande parte dos significantes neste soneto — que traduz o conteúdo «devoradora de homens»; e pode sobredeterminar /Dentífona/, cujo corpo contém os diferenciais significantes /dente/ e /fona/; ora o jogo dos interpretantes textuais com interpretantes lexicais permite-nos captar a isotopia da «devoração» em /Dentífona/, por seu turno sobredeterminada pelo sentido erótico global.

Um factor de lisibilidade não menos importante — e que aqui, obviamente, não pode ser desenvolvido — consiste na organização sintáctica do discurso. É o próprio Jorge de Sena quem afirma que os *Quatro Sonetos* «são, cada um deles, um discurso sintacticamente coerente»³¹. Sublinhe-se todavia que os seus modos de estruturação relevam mais de uma gramática interna do que da gramática da língua. No presente nível, Jorge de Sena reactualiza (e ritualiza) ainda o trabalho poético de Mallarmé, tanto na preservação da sintaxe como *garantia*

(«il faut une garantie — /La Syntaxe») quanto nas suas distorções: a par de efeitos de gramaticalidade produzidos por uma acumulação de operadores frásticos evidentes, Jorge de Sena engendra modificações de vária ordem, ora recuperáveis, ora irrecuperáveis, principalmente inversões e elipses, encaixes e supressões.

Embora resultante de uma interacção complexa, é nos níveis morfo-fonémico e lexical que a metamorfose do significante — a «supra-metamorfose» — tem a sua realização concreta. O trabalho poético que a prática textual assim investe sobre a língua e suas estruturas elementares confronta-nos com o problema do reconhecimento, no interior da rede semiótica, das formas significantes e de uma gramática subjacente. Devemos notar antes de mais que a transposição de processos significantes de um sistema para o outro virtualiza o processamento de permutações isoladas ou em cadeia. Se, como é o caso, a poética assumida pelo texto aponta no sentido de uma «*criação de linguagem*», tal processamento é inevitável.

À noção genérica de metamorfose (transformação de uma figura ou forma para outra) associa-se a noção específica de *anamorfose*. Desde logo a sua forma prefixal abre perspectivas favoráveis, pelas conexões que mantém com a figura matricial «Anadiómena». Mas a sua extensão é mais ampla. Em primeiro lugar, compreende um sentido de deformação que pode incidir nas formas oferecidas pela língua e na superfície textual. Em segundo lugar, tem conotações retóricas ligadas a procedimentos verbais como o anagrama ou o paragrama. Finalmente, supõe uma leitura pelo menos dupla, também ela sujeita a variações de posição (a transposições). Através de uma metáfora explicativa, podemos dizer que à produção anamórfica dos *Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómena* corresponde uma anamorfose da leitura, ajustando a superfície textual e o ângulo de observação até ao ponto em que se torne possível passar do disforme a uma imagem provisória do lisível. Deste modo, conheceremos o aparelho semiótico (e os mecanismos retórico-poéticos em que se apoia) da «supra-metamorfose» seniana.

O procedimento geral desta semiosis metamórfica radica naturalmente na criação neológica. Considerado por Riffaterre «o agente ou o instrumento de uma semiosis»³², um «signo vazio, sinal de espera de um sentido»³³, o neologismo cria uma situação-limite. Com ele, acrescenta Riffaterre, «a linguagem, literalmente, ultrapassa-se»³⁴, porque excede o «domínio dos significantes possíveis»³⁵. Mas, na sua origem, desempenha a função textual de «reunir ou condensar em si as características dominantes do texto»³⁶. Ponto nodal de múltiplas interferências, morfológicas ou semânticas, apresenta-se como a forma significante mais motivada na ordem textual.

Três tipos de formas significantes são observáveis nos *Quatro Sonetos*. A sua correlação organiza um sistema bipolar com um nível intermédio que faz passagem entre as duas extremidades, preenchidas por formas significantes lexicalizadas, num caso, e não-lexicalizadas, no outro. As primeiras derivam de uma semiótica lexical e reenviam ao código linguístico português, sendo portanto lisíveis: /veste/ (I, 1), /inumana/ (I, 5), /luva/ (II, 1), /todo/ (II, 14), /corpo/ (III, 4), /dia/ (III, 13), /canta/ (IV, 14), etc. As segundas, inscritas numa semiótica textual, caracterizam-se individualmente por uma ilisibilidade completa: /apriuna/

(I, 1), /trícotas/ (I, 7), /tútilicos/ (I, 13), /esbranforida/ (II, 2), /acedirasma/ (II, 10), /ambolia/ (III, 9), /uniflo/ (III, 13), etc. Irredutíveis ao código linguístico porque resultam de combinatórias originais de unidades fonemáticas ou grafemáticas, estas formas neológicas obedecem, no entanto, às previsões dos sistemas fonológico e ortográfico portugueses. Da confluência das duas semióticas, lexical e textual, constitui-se o nível intermédio. Nele está centrada a força nuclear da semiosis seniana. Gerador de formas híbridas, tem uma dupla orientação: por um lado, opera decomposições e recomposições significantes, fragmentando formas lexicalizadas na língua matriz ou recuperando fragmentos de línguas clássicas, nomeadamente o grego e o latim; por outro, procede a fusões de fragmentos lexicalizados com formas não-lexicalizadas. Em resumo, apenas o primeiro nível não é abrangido pela função de reorganização semiótica que o neologismo exerce, de acordo com sobredeterminações significantes a cargo dos contextos semântico, sonoro e versificatório (o erotismo, os ritmos fónicos, a intensidade expressiva, o metro, o ritmo, a rima e a musicalidade; numa palavra: o erotismo da própria linguagem).

Uma vez que o nível intermédio envolve um maior grau de semiótica, não posso deixar de referir os procedimentos retórico-semióticos e suas regras de permutação a que faz apelo. No essencial, agrupam-se em três ordens inseparáveis que só por conveniência expositiva aqui são isoladas: o metaplasma, a composição nominal e o «mot-valise». Figura da expressão por excelência, o metaplasma (ou metagrama) comporta a noção geral de «mudança» ou «modelagem» e designa todas as figuras que alteram a totalidade linear de um significante ou «corpo de palavra». Estas figuras distribuem-se, desde Quintiliano até às adaptações teóricas do grupo μ , por quatro categorias de transformação, passíveis de serem combinadas entre si: adjunção, supressão, transmutação e imutação. Todas dão o seu curso à metamorfose seniana. Quanto às duas primeiras, são frequentes as suas operações: próteses, epênteses e paragoges (/tessalta/ (II, 7), /Purília/ (III, 1), /azúrea/ (III, 3), etc.); aféreses, sínopes e apócopes (/arina/ (II, 13), /prolifarem/ (I, 12), /antegor/ (II, 6), etc.). Mais profundamente vinculadas ao sentido de metamorfose, a transmutação e a imutação desempenham um papel assinalável. Da transmutação devo dizer que se trata de uma transposição de grafemas ou de fonemas no interior da forma significante. Não são raros os exemplos de conversões, inversões e interversões, metáteses, anagramas ou paragramas. Vejamos três casos: /volpúcia/ (II, 3) é uma paragramatização de «volúpia» com adjunção por epêntese; /donlessa/ (IV, 8) releva eventualmente do mesmo processo em relação a /donzela/, com perda do carácter sonoro na sibilante; por fim, /apriuna/ (I, 1) partilha com /iguana/ (I, 1) uma estrutura vocálica diferenciada por metátese (*aiuna/iuana*). No que se refere à imutação, a metamorfose produz-se por substituição paradigmática, isto é, por comutação ou série de comutações. Temos assim a transformação de «pura» em /pora/ (II, 1 e 14), «suporta» em /superta/ (I, 3), «amá-la» em /amela/ (I, 13), «vícios» em /vúlcios/ (I, 5), «negras» em /nigras/ (IV, 5), «inane» em /inana/ (I, 12) (cf. *in-ana*), etc. Ocorrem ainda simples fenómenos de sonorização fonológica, conforme as exigências contextuais. Por exemplo: /emergidanto/ (III, 1) (emerge tanto) e /esgorem/ (IV, 12) (escorrem).

A composição nominal, se tomada num sentido restrito, ocupa um lugar discreto nos *Quatro Sonetos*. São contudo visíveis a justaposição de /luni-rosácea/ (IV, 6) e aglutinações como /luçardente/ (III, 14) (luz + ardente) e /palidiscuro/ (III, 6) (pálido + escuro). Se bem que a actividade metamórfica da composição nominal se reduza nestes exemplos ao nível das previsões estabelecidas pela gramática da língua, o composto exprime dois factos cruciais sublinhados por Benveniste: preenche uma função micro-sintáctica³⁷ e, devido ao «*metamorfismo*» que lhe é inerente, integra-se numa «classe de transformações»³⁸. Também este tipo de metamorfose se infiltra no texto de Jorge de Sena, abrindo perspectivas merecedoras de uma atenção especial que aqui não pode ser concedida.

Uma leitura semanalítica dos *Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómena* depara com um procedimento semiótico que teve em Lewis Carroll o primeiro teorizador. Trata-se do «mot-valise» («portmanteau word»), formado pela fusão numa só unidade significante de duas formas lexicais em relação paradigmática de intersecção³⁹. Com Lewis Carroll, «shark» (tubarão) e «snake» (serpente) originam, por telescopagem, o neologismo «snark» (tubarão-serpente). O processo instaura-se por meio de relações de imbricação e de coalescência que introduzem centripetações e condensações significantes. Ao invés da metáfora, obtida por intersecção de significados, o «mot-valise» deriva de uma intersecção de significantes — com repercussões na organização do conteúdo —, de uma metamorfose que nasce da interferência de estruturas, um pouco à maneira do intertexto. A analogia não é aleatória: o «mot-valise» constrói-se segundo uma lógica bivalente («destrutivo-constructiva»), por «absorção e transformação» de signos distantes. Ou ainda: a lógica do «mot-valise» consiste numa lógica textual que redistribui as categorias da língua. Qualquer leitura que sobre ele se exerça descortina sob a sua forma «estranha» (à língua, diria Mallarmé) dois interpretantes lexicais em actividade mas semi-destruídos.

É considerável a função do «mot-valise» nos *Quatro Sonetos*. O seguinte verso: /Tenras nadáguas que oculvivam quanto/ (III, 5) contém precisamente dois exemplares compostos: /nadáguas/ e /oculvivam/. O primeiro assinala a intersecção de «nádegas» e «águas» — com a curiosidade de o diferencial significante «águas» participar da forma «nádegas». Esta leitura apoia-se no atributo antecedente e na isotopia erótica manifesta. Mas /nadáguas/ também pode assinalar a contracção de «nadar» + «águas» ou de «nada» + «águas». Isto porque a isotopia aquática é dominante: além da presença inequívoca de «águas», todo o verso é sobredeterminado pelo subtítulo do soneto — «Urânia» —, alusivo à deusa marinha e ao seu nascimento das águas do mar tingidas do sangue de Urano: Afrodite Anadiómena, «a que emerge das águas». O segundo exemplar, /oculvivam/, introduz uma diferença na estrutura lógica. A relação de equivalência patente no caso anterior é substituída por uma relação de contradição. Por isso há dois mecanismos a considerar: o oxímoro e o «mot-valise», dado que /oculvivam/ concilia a ocultação e a ostentação (ocultam + avivam).

Um outro tipo de «mot-valise» é /auroma/, inserido no segundo verso do primeiro soneto. O contexto verbal imediato conduz-nos à decifração da forma lexical «aura», sobreposta à forma etimológica de «ouro»,

e do significante lexical «aroma»⁴⁰. Todavia, a sobredeterminação exercida pelo subtítulo — «Pandemos», que significa, como lembra Jorge de Sena, «o amor vulgar, o amor como e de toda a gente» — inverte a nossa leitura. E de inversão se trata efectivamente: a leitura inversa, por anamorfose, decifra dois anagramas justapostos: um, estereotipado («vulgar», «como e de toda a gente»), é o anagrama de «amor»; outro, o de «rua». Recorrendo a uma metáfora fotográfica, direi que /auroma/ representa o negativo condensado do sintagma «amor da rua». O que põe o problema de saber se o «mot-valise» ainda existe enquanto tal. Se não, /auroma/ será um «mot-valise» e algo mais: uma forma ou figura (de linguagem) que se transforma noutra sem cessar — uma «supra-metamorfose».

Supra-metamorfose que supõe um sentido infinito. Por detrás de cada metamorfose, nova metamorfose se desdobra. Seria necessária uma «visão perpétua» para podermos avistar a complexidade irreduzível desta semiosis. O que foi dito apenas desenvolveu determinados pontos que abrem caminho para novas pesquisas semiótico-poéticas em torno dos *Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómena* de Jorge de Sena. Um caminho sob o signo da metamorfose.

NOTAS

- ¹ «Falando com Jorge de Sena», *O Tempo e o Modo*, 59, Lisboa, Abril de 1968, p. 423. Cf. Posfácio a *Metamorfozes* seguidas de *Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómena*, Morais Editora, Lisboa, 1963, p. 133.
- ² *De la Grammatologie*, Minuit, Paris, 1979, p. 16.
- ³ Jorge de Sena, Posfácio a *Metamorfozes*, p. 132.
- ⁴ *Id.*, p. 133.
- ⁵ *Id.*, *ibid.*
- ⁶ *Id.*, p. 132.
- ⁷ *Id.*, *ibid.*
- ⁸ *Leitura do Texto Literário — Lector in Fabula*, Presença, Lisboa, 1983, p. 27.
- ⁹ *Séméiotikè — Recherches pour une Sémanalyse*, Seuil, Paris, 1969, p. 41.
- ¹⁰ *Id.*, p. 269.
- ¹¹ Ver *id.*, pp. 153 e 179.
- ¹² *Id.*, p. 113.
- ¹³ *Id.*, p. 146.
- ¹⁴ *Id.*, p. 274.
- ¹⁵ *Id.*, p. 175.
- ¹⁶ *Id.*, p. 185. Cf. Jean Starobinski, *Les Mots sous les Mots — Les Anagrammes de Ferdinand de Saussure*, Gallimard, Paris, 1971.
- ¹⁷ Ver *op. cit.*, pp. 25-6.
- ¹⁸ Michael Riffaterre, «L'Illusion Référentielle», in AAVV, *Littérature et Réalité*, Seuil, Paris, 1982, p. 98.
- ¹⁹ M. Riffaterre, «Sémiotique Intertextuelle: l'Interpretant», *Revue d'Esthétique* («Rhétoriques, Sémiotiques»), 1-2, 10/18, Union Générale d'Éditions, Paris, 1979, p. 141.
- ²⁰ «L'Illusion Référentielle», p. 97.
- ²¹ Ver *id.*, p. 105. A este respeito, ver ainda, do mesmo Autor, *Sémiotique de la Poésie*, Seuil, Paris, 1983, *passim*.
- ²² *Op. cit.*, p. 255.
- ²³ *Id.*, p. 212.
- ²⁴ *Op. cit.*, p. 46. Ver ainda, do mesmo Autor, *Tratado Geral de Semiótica*, Perspectiva, São Paulo, 1980, p. 58 e seg.
- ²⁵ «Sémiotique Intertextuelle: l'Interpretant», p. 134.
- ²⁶ *Id.*, p. 146.
- ²⁷ *Id.*, p. 135. Cf. *Sémiotique de la Poésie*, cap. IV.

²⁸ Riffaterre entende a *conversão* como agente de produção e «factor modificador» cujo princípio constante consiste em «modificar simultaneamente todas as componentes do texto que actualizam a estrutura matricial e repetem o modelo gerador» (*id.*, p. 139). Em *Sémiotique de la Poésie*, p. 86, Riffaterre estabelece a seguinte regra: «A conversão transforma os constituintes da frase matriz modificando-os a todos por um só e mesmo factor.» Num outro sentido, A. J. Greimas caracteriza a conversão como o conjunto de procedimentos que operam a passagem «de uma unidade situada no nível profundo para uma unidade da estrutura de superfície» (*Du Sens II*, Seuil, Paris, 1983, p. 94). Sobre a aplicação desta categoria na semiótica discursiva, ver A. J. Greimas e J. Courtés, *Sémiotique — Dictionnaire Raisonné de la Théorie du Langage*, Hachette, Paris, 1979.

- ²⁹ «L'Illusion Référentielle», p. 94.
- ³⁰ Cf. Julia Kristeva, *La Révolution du Langage Poétique*, Seuil, Paris, 1974, p. 243: os diferenciais significantes «semantizam-se, por condensação ou sobredeterminação, segundo a sua pertença a outros lexemas».
- ³¹ «Falando com Jorge de Sena», *op. cit.*
- ³² «Poétique du Néologisme», in *La Production du Texte*, Seuil, Paris, 1979, p. 72.
- ³³ *Id.*, p. 67.
- ³⁴ *Id.*, p. 68.
- ³⁵ *Id.*, *ibid.*
- ³⁶ *Id.*, p. 74. Sobre o neologismo nos seus aspectos lexicais, ver, p. ex., *Langages* («La Néologie Lexicale»), 36, Didier-Larousse, Paris, Dezembro de 1974, e ainda Louis Guilbert, *La Créativité Lexicale*, Larousse, Paris, 1975.
- ³⁷ Cf. Emile Benveniste, «Fondements Syntaxiques de la Composition Nominale», in *Problèmes de Linguistique Générale* — 2, Gallimard, Paris, 1981, p. 145: «A composição nominal é uma micro-sintaxe».
- ³⁸ *Id.*, pp. 160-1.
- ³⁹ Cf. Catherine Kerbrat-Orecchioni, «L'Image dans l'Image», *Revue d'Esthétique*, p. 202. Cf. ainda, entre outros, Groupe μ , *Rhétorique Générale*, Seuil, Paris, 1982, p. 56; T. Todorov, *Teorias do Símbolo*, Ed. 70, Lisboa, 1979, p. 289 e seg.; Pierre Guiraud, *Les Jeux de Mots*, P. U. F. (col. «Que sais-je»), Paris, 1979, p. 66; *Change* («L'atelier d'écriture»), 11, Seghers-Laffont, Paris, Maio de 1972.

⁴⁰ Neste nível de leitura, /auroma/ enuncia dois modos de produção: o encaixe de «aura/o» + «aroma»; e a adjunção interpositiva (epêntese) de /u/ a /auroma/.

ATIVIDADES SEMIÓTICAS DE 1984

4-6 de Setembro: I Colóquio Luso-Brasileiro de Semiótica (Niterói). Realizou-se na Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro), por iniciativa do Departamento de Arte e Comunicação Social, com o apoio da Reitoria da UFF, da Organização Universitária Interamericana, da Federação de Associações Portuguesas e Brasileiras, bem como da Associação Brasileira de Semiótica e da Associação Portuguesa de Semiótica. A presença de membros da A. P. S. foi possibilitada pelo apoio da Fundação Gulbenkian e do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

O Colóquio, presidido pela Prof.^a Mónica Rector, registou um elevado número de comunicações, para além de vários painéis temáticos, promovendo, assim, o intercâmbio de investigações semióticas entre portugueses e brasileiros e o confronto de perspectivas de trabalho em diversos domínios da semiótica, tanto ao nível da teoria, como ao da análise das diferentes práticas significantes humanas e sociais, verbais e não-verbais.

O interesse recíproco em prosseguir na via de contacto entre o Brasil e Portugal, no campo dos estudos semióticos, esteve na base da decisão conjunta de realizar em 1985, no Porto, o II Colóquio.

27-28 de Outubro: Simpósio de Semiótica — IV Encontro Anual da Sociedade Finlandesa de Semiótica. Realizou-se na Universidade de Helsínquia e incidiu especialmente nos domínios da Semiótica Musical, Semiótica da Cultura, Semiótica Literária e Teoria Semiótica. Entre muitos outros semioticistas, o Simpósio contou com a participação de Eero Tarasti, Paolo Fabri, Christian Kloesel, Gino Stefani, Marcello Castillana, Henri Broms, etc..

17 de Dezembro - 12 de Janeiro: International Semiotic Institute (Mysore, Índia). Decorreu no Central Institute for Indian Languages, organizado por esta instituição conjuntamente com a Universidade de Mysore, o Círculo Semiótico de Toronto e o Centro Internacional de Semiótica e Linguística da Universidade de Urbino.

Para além de mais de uma dezena de cursos, orientados por Eco, Sebeok, Bouissac, Posner, Searle, entre outros, tiveram lugar 5 colóquios e várias conferências que permitiram debater uma grande multiplicidade de temas e de abordagens.

REALIZAÇÕES PARA 1985

27 de Maio - 22 de Junho: International Summer Institute for Semiotic and Structural Studies (ISISSS 85).

Tal como os precedentes, é organizado pelo Research Center for Language and Semiotic Studies (Universidade de Indiana) e pelo Círculo Semiótico de

Toronto e decorrerá, este ano, em Bloomington, sob a direcção de Michael Herzfeld. Os principais domínios escolhidos para esta edição do ISISSS serão: Teoria Semiótica, Comunicação Não-verbal e Folklore. Entre outras, estão previstas as presenças de Dan-Ben-Amos, Deledalle, Dolezel, Even-Zohar, Thomas Sebeok, Jean Sebeok, Yamaguchi, etc..

Os pedidos de informações deverão ser dirigidos ao Professor Michael Herzfeld, Director of ISISSS '85, P. O. Box 10, Indiana University, Bloomington, Indiana, 47402 USA.

2-6 de Setembro: II Congresso Brasileiro de Semiótica.

Promovido pela Associação Brasileira de Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pela Universidade de São Paulo, decorrerá nesta última e visará o intercâmbio de pesquisas semióticas nacionais e internacionais. Os pedidos de informação deverão ser dirigidos a Ana Claudia Mei Alves de Oliveira (Presidente do Congresso) ou a Maria Lúcia Santaella (Presidente da A. B. S.) — Rua Monte Alegre 984 — CEP 05014 — Perdizes — São Paulo — SP Brasil.

24-27 de Outubro: 10th Annual Meeting of the Semiotic Society of America.

Informações: Semiotic Society Secretariat, P. O. Box 10, Bloomington, Indiana 47402 USA.

Capa de *Zita Magalhães*

REALIZAÇÃO GRÁFICA

Tipografia Camões

Póvoa de Varzim